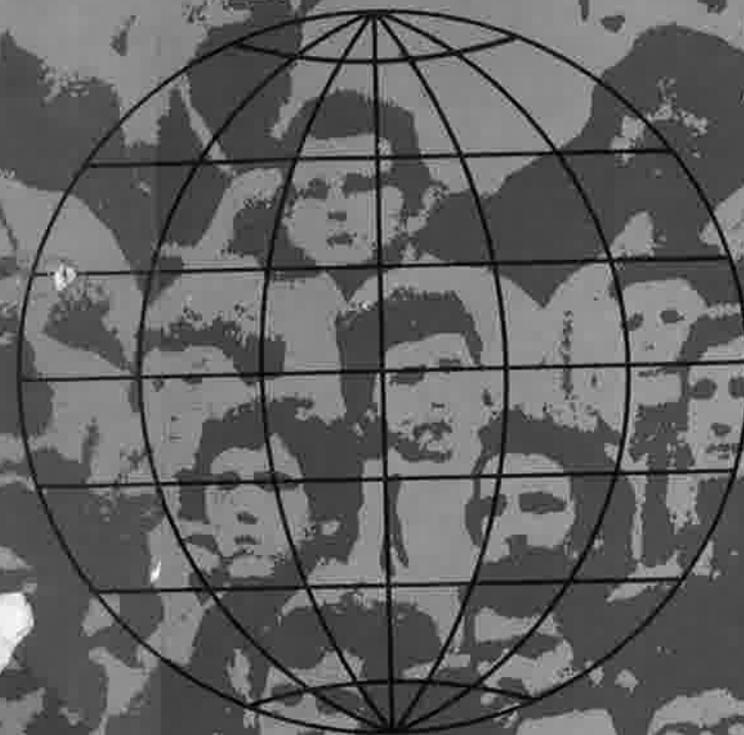


Jean-Marie Poursin e Gabriel Dupuy

MALTHUS

editora cultrix / editora da universidade de são paulo



FICHA CATALOGRÁFICA

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte,
Câmara Brasileira do Livro, SP)

Poursin, Jean Marie.

P89m Malthus | por | J.-M. Poursin e G. Dupuy; tradução de Frederico Pessoa de Barros. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

Bibliografia.

1. Malthus, Thomas Robert, 1766-1834 2. Malthusianismo I. Dupuy, Gabriel. II. Título.

CDD-330.153
-301.32

75-0299

índices para catálogo sistemático:

1. Malthusianismo : Economia 330.153
2. Malthusianismo : Sociologia 301.32



*Obra publicada
com a colaboração da*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Orlando Marques de Paiva

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Presidente: Prof. Dr. Mário Guimarães Ferri

Comissão Editorial:

Presidente: Prof. Dr. Mário Guimarães Ferri (Instituto de Biociências). **Membros:** Prof. Dr. Antonio Brito da Cunha (Instituto de Biociências), Prof. Dr. Carlos da Silva Lacaz (Faculdade de Medicina), Prof. Dr. Pêrsio de Souza Santos (Escola Politécnica) e Prof. Dr. Roque Spencer Maciel de Barros (Faculdade de Educação).

330.184
P877m

DEDALUS - Acervo - FFCLRP
Malthus /



20800005678

J.-M. POURSIN e G. DUPUY



MALTHUS

Tradução de

FREDERICO PESSOA DE BARROS

ilação, 24 — A avareza da natureza, .
ogico, 31 — Rumo a uma população ótima, 33 —
o do Criador”, 35 — O liberalismo e a miséria, 39
arma de guerra, 42

volta na história, 46

volução agrária, 47 — A revolução industrial, 48 — A
ção demográfica, 53 — As transformações sociais, 56 —
e revolta, 59 — A voga do “Ensaio”, 63 — Malthus
ria burguesa, 65

via, 68

69 — P

EDITORA CULTRIX

SÃO PAULO

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Título do original:

MALTHUS

Copyright © Éditions du Seuil, 1972

330.184
p 877.m
8504

Direitos de tradução para o Brasil adquiridos
com exclusividade pela

EDITORA CULTRIX LTDA.

Rua Conselheiro Furtado, 648, fone: 278-4811, São Paulo,
que se reserva a propriedade literária desta tradução.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

(Os capítulos 1, 2, 3, 6, 7 e 9 foram redigidos por Jean-Marie Poursin;
os capítulos 4 e 5 por Gabriel Dupuy; o capítulo 8 é obra comum de
ambos os autores.)

INTRODUÇÃO, 9

1. *Um conflito de gerações*, 13
Um jovem estudioso, 15 — A maldição da fome, 18
2. *O ensaio tal como é em si mesmo e como arma de guerra*, 22
A lei da população, 24 — A avareza da natureza, 27 — O
impulso biológico, 31 — Rumo a uma população ótima, 33 —
"A intenção do Criador", 35 — O liberalismo e a miséria, 39
— Uma arma de guerra, 42
3. *Uma volta na história*, 46
A revolução agrária, 47 — A revolução industrial, 48 — A
revolução demográfica, 53 — As transformações sociais, 56 —
Miséria e revolta, 59 — A voga do "Ensaio", 63 — Malthus
e a ideologia burguesa, 65
4. *Da demografia à economia*, 68
A obra econômica de Malthus, 69 — Demógrafo ou econo-
mista? 70 — A análise de longo período, 72 — O método, 75
— O conservantismo de Malthus, 80 — As leis econômicas
"naturais", 81
5. *O economista dos "Princípios"*, 84
O preço do trigo, 85 — A renda agrícola, 86 — A superpro-
dução, 89 — O problema do valor, 91

6. *Um desmentido brilhante*, 95

A "explosão" populacional, 95 — Um crescimento, mais fenomenal ainda, o dos recursos, 96 — Malthus e a história demográfica recente, 98

7. *O grande medo de 1954*, 101

A demografia galopante do terceiro mundo, 101 — O grito de alarma dos demógrafos, 103 — O medo dos países ricos, 106 — O planejamento familiar, 108 — 7 bilhões de homens sobre a terra, 113

8. *Os demônios de 1970*, 114

A revolução verde, 114 — O fracasso do desenvolvimento, 116 — A superpopulação dos ricos, 117 — Uma nova escassez, 127 — As análises de Forrester, 130.

9. *Malthus amanhã...*, 137

Malthus desmentido pela história, 137 — O mundo acabado, 142 — Se Malthus voltasse... 143

BIBLIOGRAFIA, 149

BIOGRAFIA, 153

INTRODUÇÃO

Há 174 anos, em 1798, um pequeno volume in-octavo, de 396 páginas, intitulado *Ensaio Sobre o Princípio de População*, surgia anonimamente em Londres. A obra de Thomas-Robert Malthus, obscuro vigário de uma paróquia de Surrey, então com 32 anos, obteve um êxito considerável e imediato.

A forma da obra era brilhante, o estilo claro e conciso, o tema de fácil entendimento, exposto com grande vigor. Panfleto político dirigido contra certos utopistas inspirados pela Revolução Francesa, trata-se de uma obra de circunstância cuja cativante simplicidade, além de seu caráter polêmico, reuniu numa síntese impressionante idéias que já estavam no ar, à espera de um "catalisador".

Para seu autor, ela é a manifestação pública de uma verdadeira conversão. Malthus põe fogo ao que antes havia adorado. Narra a descoberta de uma terrível evidência, que lhe foi revelada bruscamente e que ele se sente na obrigação de participar aos demais.

O público, efetivamente, mostrou-se sensível à sua revelação, e essa primeira edição, hoje inencontrável, por certo de poucos exemplares, esgotou-se em algumas semanas. Seu aparecimento provocou uma chuva de artigos, de libelos. Interpretado de maneira contraditória, o livro deu pretexto a controvérsias apaixonadas e também a violentos ataques, que não deixaram de causar sofrimento ao pacífico pastor de Alburv. Contudo, convencido de ter, por sua reflexão, descoberto uma das chaves da história humana, Malthus firmou-se em sua opinião e a defendeu com suas leituras, pesquisas e viagens. Ele publicou em 1803 uma segunda edição de sua obra — consideravel-

mente aumentada e reelaborada — sob a forma de um grosso volume in-quarto, de 600 páginas. Quatro edições se sucederam ainda durante a vida do autor (em 1806, 1807, 1817 e 1826) sem modificações ou acréscimos substanciais em relação à segunda edição, na qual a teoria de Malthus sobre a população é definitivamente formulada.

De 1798 a 1803 passamos de um século a outro, de uma obra escrita de um só jato, espontaneamente provocante, a uma obra seriamente amadurecida e gravemente elaborada; de um libelo de filosofia política a um tratado de economia; de princípios gerais estabelecidos a priori à demonstração de fatos cuidadosamente enfeixados.

A revelação se transformou em doutrina. Durante mais de um século e meio, ela poderá ser criticada, mas nunca desprezada. Sobre ela se baseou a teoria econômica clássica, que estabelece o princípio de população como a pedra angular da teoria econômica. Toda a escola liberal buscou inspiração na doutrina de Malthus: Ricardo, Stuart Mill, e até seus longínquos descendentes. Na própria França, desde a Restauração até o fim do Segundo Império, a doutrina econômica oficial é malthusiana. Na aurora do século XX, o patrimônio das idéias do pensamento econômico tradicional implica ainda a certeza de uma miséria inevitável para a grande massa dos homens, convicção de que o nível de vida leva a uma sobrevivência precária pelo jogo do princípio da população.

Transformada em verdadeiro dogma, a análise de Malthus foi também, ao mesmo tempo, objeto de ataques violentos e repetidos vindos de vários horizontes. Contentemo-nos em citar Marx: "O que caracteriza Malthus é a vulgaridade absoluta dos sentimentos, vulgaridade a que só se pode permitir o eclésiástico que vê na miséria humana a punição do primeiro pecado, que tem necessidade deste 'vale de lágrimas', mas que, por causa de suas gordas prebendas e com a ajuda do dogma da predestinação, julga vantajoso amenizar, para as classes dirigentes, esse 'vale de lágrimas'." ¹

(1) História das Doutrinas Econômicas, tomo IV, p. 9.

Glorificado ou difamado, o pensamento de Malthus é grandemente difundido e cristaliza em torno de si, ou em torno de seus sucedâneos, uma ampla corrente de opiniões. Contudo, pouco a pouco, as teses e demonstrações próprias de nosso autor se esfumam e seu nome se torna como que o símbolo de um conjunto de práticas e atitudes, manifestações de um estado de espírito qualificado erroneamente de malthusiano, pois são estranhas ao próprio personagem.

Revelação, doutrina, dogma e depois símbolo, essa obra faz parte dos raros livros que exerceram e ainda exercem influência sobre o pensamento humano, que modificaram o curso de nossas atividades e que têm uma repercussão direta sobre a existência de multidões que ignoraram e ignoram até o nome de Malthus. Um dos primeiros monumentos da ciência econômica, o Ensaio Sobre o Princípio de População, está ao lado de A Riqueza das Nações, do Contrato Social, de O Capital, de A Origem das Espécies, de As Condições do Progresso Econômico nessa galeria de livros que marcam uma época.

Apesar das críticas que, legitimamente, se lhe pode dirigir e das deformações a que ele se viu sujeito, no pensamento de Malthus está a origem e o centro de toda reflexão sobre o problema da população. Sua originalidade no plano das idéias pode ser negada, sua exatidão no domínio dos fatos — e mais ainda no domínio das previsões — contestada, mas a história das doutrinas de população se situa em relação a ele. De geração em geração, é a Malthus que devemos voltar, é por ele que temos de recomeçar. Ele continua clássico: nós lhe devemos menos pelas verdades e idéias que exprimiu do que por tê-las enunciado no momento oportuno, por ter revelado a essência do problema da população, por tê-lo reduzido a seus traços essenciais com uma força e uma simplicidade tais que ele continua não apenas a marcar o início da reflexão demográfica, como é ainda seu eixo permanente.

1. UM CONFLITO DE GERAÇÕES

O título completo da primeira edição do *Ensaio* revela o estado de espírito de Th. R. Malthus e designa os moinhos-de-vento contra os quais nosso novo D. Quixote vai arremeter: *Ensaio sobre a lei da população e seus efeitos sobre o aperfeiçoamento futuro da sociedade, com observações sobre as especulações de Mr. Godwin, Mr. Condorcet e outros autores*. Eis aí designados pelo nome dois filósofos famosos e, através deles, toda uma ideologia, a do século XVIII que chegava ao fim, e que logo iria ser sacudido pelo tiro de canhão da Revolução Francesa.

O *Esboço de um Quadro Histórico do Progresso do Espírito Humano* havia sido escrito por Condorcet em 1793, quando, condenado à morte pela Convenção, ele ficara escondido durante 6 meses em Paris, à Rua Servandoni. Acossado e proscrito, Condorcet parece ter adquirido a total liberdade de espírito que em certos casos precede a morte e, num surpreendente resumo da história, confia seu testamento espiritual às gerações futuras. Os fenômenos sociais têm um sentido, afirma ele, e é possível constatar através do passar dos séculos a elaboração de uma organização cada vez mais estimulada, a melhora contínua da existência individual e coletiva, tanto no plano material como no espiritual. Sob este ângulo, Condorcet distingue nove períodos na história, representando nove estágios desse progresso que deve se completar em um segundo período. A apoteose será a volta da idade de ouro sobre a terra: abolição de todas as desigualdades de raça, de idade, de sexo, de nação, de riqueza, de educação, etc.; língua universal, desaparecimento das doenças; a síntese dos elementos trará uma abundância da qual não se

pode ter idéia. O próprio homem, se não se tornar imortal, verá a duração de sua existência se prolongar, sem um limite determinado. Condorcet, depois de ter conseguido fugir de Paris, será encarcerado na prisão de Bourg-la-Reine, onde se suicidará em abril de 1794.

A essa visão responde, do outro lado da Mancha, o livro de Godwin, *Inquérito a Respeito da Justiça Política*, também escrito em 1793, que nos oferece uma descrição não menos idílica do mundo: os vícios e as misérias são consequência das instituições humanas; modifiquemo-las, para permitir uma completa igualdade social e econômica. Nós assistiremos ao desabrochar da natureza humana, capaz de um progresso ilimitado. Suprimamos a propriedade, generalizemos o direito à assistência e as riquezas materiais criadas sem esforço (bastaria meia hora diária de trabalho) serão distribuídas igualmente entre todos. “Então não haverá mais guerras, crimes, a assim chamada administração da justiça, não haverá mais governo. Além disso, não haverá mais doença, nem angústia, nem ressentimento. Cada homem procurará, com um ardor inefável, o bem de todos.” Godwin estava bem consciente do problema da população e exprimia a idéia de que seu nível seria fixado pelos meios de subsistência. Segundo ele, a origem dessa limitação deveria ser encontrada nas distorções engendradas pelo direito de propriedade, que impedia, de um lado, o aumento da produção e, de outro, uma justa distribuição das riquezas.

Ambos esses livros tiveram uma repercussão considerável. Três edições da obra de Godwin se sucederam em menos de 5 anos. Sua reputação estava tão bem estabelecida que só o fato de atacá-lo teria bastado para provocar o interesse a respeito do *Ensaio* do jovem Malthus, primeiro indício da contracorrente que iria lutar contra a concepção ortodoxa, até então aceita por toda a *intelligentsia*.

No mesmo instante em que a Revolução atingia seu paroxismo e punha em dúvida, por seus excessos, seus fundamentos ideológicos, cada um desses autores trazia para o século que nascia a herança daquilo que o século precedente havia conseguido elaborar de mais original e de mais empolgante. Baseada sobre a bondade essencial da natureza humana, sua perfectibi-

lidade, os progressos indefinidos da sociedade, essa doutrina testemunhava, além de um otimismo fundamental, uma cesura com a tradição filosófica do mundo europeu.

Thomas R. Malthus havia cedido ao encanto de suas sercias e, numa primeira obra, *A Crise*, escrita em 1796 e nunca publicada, ele parece dobrar-se à sua ideologia. A propósito de um *bill* apresentado por Pitt, primeiro ministro, no Parlamento, ele defende a extensão da assistência aos indigentes, a necessidade de um auxílio complementar que levasse em consideração os encargos de família. Longe de tornar a pôr em questão o princípio de ajuda aos pobres, ele preconiza seu desenvolvimento e, se critica a administração, é pela insuficiência e mesquinhez de seu apoio. Dois anos mais tarde sua posição será exatamente o contrário. O *Ensaio* será escrito para refutar a tese da perfectibilidade humana, denunciar a vaidade de um progresso indefinido e provar que a desigualdade e a miséria dos pobres não decorrem das instituições, mas procedem de causas naturais e, por isso mesmo, são inelutáveis.

A reviravolta foi completa: ela se relacionava muito diretamente com Thomas R. Malthus, que teve de dar provas de honestidade e de certa coragem para defender idéias contrárias a sua época e romper, pelo menos no plano dos princípios, com seu meio familiar, profundamente marcado pelas idéias dos filósofos.

UM JOVEM ESTUDIOSO

As origens da família Malthus são muito antigas. O primeiro testemunho escrito a seu respeito encontra-se num testamento datado de 12 de fevereiro de 1424, redigido por William Malthus, de Binfield, pequena aldeia de Berkshire. Parece que Binfield continuou como sede da família durante pelo menos dois séculos. Depois de diversas vicissitudes, a ascensão dos Malthus prosseguiu através de três gerações: o bisavô de Thomas é nomeado para um cargo honorífico e lucrativo: farmacêutico do rei Guilherme III e da rainha Ana, ele morre em 1717. Sydenham Malthus, seu avô, foi inscrito no foro de Lincoln's Inn, como diretor nomeado da South Sea Company. Ele trouxe

prosperidade aos Malthus. Depois da fartura vinha a fortuna, e o pai de Thomas se dedicou a gozar, sem excessos, dos esforços da geração precedente. Nascido em 1730, Daniel Malthus entrou em Oxford em 1747, mas não colou grau. Como seu pai, foi admitido no Lincoln's Inn, mas não exerceu a profissão. Depois de alguns anos de viagem pela Europa, estabeleceu-se, em 1759, numa vasta casa de campo, *The Rookery*, perto de Dorking. Ele transformou sua propriedade e fez dela uma espécie de palácio gótico, antecipando-se ao gosto da época, sinal tangível de suas preocupações intelectuais. *The Rookery* foi vendida em 1766 e Daniel Malthus foi-se instalar numa casa mais modesta, perto de Guilford, onde Thomas R. Malthus nasceu a 13 de fevereiro de 1766. Daniel Malthus teve oito filhos, seis meninas e dois meninos (Thomas era o segundo dos meninos) — pelo menos dezenove netos e o número de seus bisnetos deve ter chegado a bem mais de trinta. Como observa Keynes, isso é bem a apologia e a ilustração da progressão geométrica!

Levando a vida pacata de um pequeno *gentleman* do campo, Daniel Malthus tinha um caráter afável, uma natureza feliz, era um diletante que juntava aos prazeres da caça e da herboração um gosto muito acentuado pelas letras e pelas artes. “Se algum dia eu for conhecido, escreveu, será sob o nome de amigo de Jean-Jacques Rousseau”, predição ligeiramente aventureira, que testemunha de um modo geral o pouco crédito de que gozam os filhos diante dos pais.

Com efeito, foi um admirador fervoroso de Jean-Jacques, que ele encontrou em três ocasiões e notadamente a 9 de março de 1766 — Thomas tinha então três semanas — em companhia de David Hume. O filósofo, nessa época, estava à procura de um abrigo e Daniel Malthus lhe propôs uma casa de campo perto de Albury, que muitos anos depois ainda era chamada de refúgio de Jean-Jacques. Apesar de uma paixão comum pela botânica, Rousseau não aceitou a oferta. Os dois amigos, contudo, continuaram a trocar abundante correspondência e Daniel Malthus comprou em 1773 a biblioteca botânica de Rousseau, além de uma parte de seu herbário.

Homem de raras qualidades certamente o era porque, além da amizade desses dois homens célebres, ele teve a estima de muitas outras personalidades, principalmente de Voltaire e

de Goethe (atribui-se a D. Malthus uma tradução inglesa de *Werther*).

Amigo dos filósofos, discípulo de Godwin e de Condorcet, ele acreditava firmemente num retorno da idade de ouro. Era um adepto fervoroso e conseqüente das novas teorias. A educação de seus filhos foi, portanto, dirigida de acordo com os princípios do *Emílio*, e nisto, como em outras coisas, a amizade de Daniel Malthus não mostrava desfalecimentos. Até os dezesseis anos o jovem Malthus foi criado em parte por seu pai e em parte por seus tutores. Aos dezesseis anos ele foi entregue às mãos de Gilbert Wakefield, outro discípulo de Jean-Jacques, ex-pastor da igreja anglicana, que se tornou não-conformista e que foi preso em 1799 por ter declarado publicamente o desejo de que os revolucionários franceses conquistassem a Inglaterra. Thomas, desde sua infância, havia mostrado, além de outros dotes, um notável equilíbrio, que permitiu que ele se aproveitasse, sem se deixar deformar, das lições desse mestre generoso, embora incircunspeto.

Rompendo com a tradição da família, que preferia Oxford, e seguindo nisso os conselhos de Wakefield, ele entrou em fins do inverno de 1784 como pensionista do Jesus College, em Cambridge. A universidade encontrava-se então em plena evolução. Depois de um longuíssimo período de imobilismo, durante o qual ficara agrilhoada ao ensino escolástico, ela saía de sua letargia e tomava ânimo sob a dupla influência dos movimentos políticos de importância, que revolucionavam a Europa, e do afluxo de idéias novas desencadeado e dirigido pelos filósofos.

Thomas R. Malthus foi integrado num grupo de estudantes brilhantes e assistiu a essa efervescência. Foi um dos indivíduos menos comprometidos de uma geração turbulenta. William Friend, seu tutor no terceiro ano, tornou-se o centro de uma polêmica que apaixonou profundamente Cambridge, quando, depois de ter rompido com a Igreja da Inglaterra, ele adotou o unitarismo e, com ele, a liberdade de pensamento e um total pacifismo. Em todo esse turbilhão Thomas Malthus conservava uma cabeça fria. Seu bom senso livrava-o de qualquer excesso. Notável pelo menos nisso, ele causava a admiração de seus pares por sua temperança e se destacava, além disso, por seus talentos

no *cricket* e na patinação. Nem urso, nem escravo do trabalho, sua companhia era agradável e seu humor frio mantinha os direitos do espírito crítico frente à vivacidade e aos transbordamentos da eloquência de um meio apaixonado.

Em 1788 ele terminou o primeiro ciclo como bacharel em artes (matemáticas e línguas clássicas). Distingue-se muito particularmente, convém assinalar, nas matemáticas, na qual está entre os primeiros. Cambridge, sem dúvida, tinha muitos encantos para esse tipo pacífico, menos tentado pela vida ativa do que pela continuação de uma vida de estudos. *Master of Arts* em 1791, ele foi eleito, em 1793 *fellowship* do Colégio de Jesus, onde continuará como professor residente até 1796.

A MALDIÇÃO DA FOME

Nessa data Malthus é nomeado vigário da paróquia de Albury, perto da casa paterna. Sua vocação para a Igreja havia sido contrariada por um defeito de pronúncia, sem dúvida herdado de algum longínquo antepassado paterno, e que o fez hesitar. Consultado a respeito, o Dr. Beaton, diretor do Colégio de Jesus, levantou o obstáculo quando Malthus lhe explicou que “seu maior desejo era levar uma vida retirada no campo”. Era também a manifestação de convicções profundas, embora moderadas, que o haverão de animar durante toda a sua vida.

Eis portanto Malthus de volta a seu ambiente familiar. Tem então 30 anos, um espírito frio, ponderado, mais interessado nos fatos e realidades presentes do que em conjecturas e predições. Partilhando com o pai um interesse comum pelas questões sociais, uma comum preocupação pelo bem público, os dois homens conversam e, durante suas discussões, vai-se esboçando claramente sua clivagem. Depois de estrear com a redação de *A Crise*, Malthus se pôs a refletir sobre o futuro próximo da sociedade britânica. A leitura de *A Justiça Política* de Godwin provoca, entre pai e filho, uma profunda troca de pontos de vista, prolongada, em 1797, com o aparecimento de um ensaio de Godwin, *Avareza e Prodigalidade*, no qual o autor sintetiza com brio suas opiniões sobre as vantagens de uma completa igualdade.

Defensor convicto da utopia, o pai defende com ardor as teorias de Godwin e tenta fazer com que o filho participe do mesmo entusiasmo. Malthus está longe de ser insensível aos encantos da sociedade que os áugures deixam entrever. Ele próprio menciona no *Ensaio* o quanto havia sido atraído pelos quadros encantadores descritos por Godwin e a dor que havia sentido por não poder subscrever-lhe as previsões. Mas o jovem, matemático por formação e, além do mais, incapaz de confundir seus desejos com realidades, recusa-se a se comprometer nesse terreno. Em algumas linhas acerbas, ele desmascara tais absurdos. “Um escritor pode me dizer que ele acha que, por último, o homem se transformará num avestruz. Eu não posso contradizê-lo totalmente. Mas, antes que ele possa esperar que uma pessoa inteligente acate sua opinião, ele deve mostrar que o pescoço dos homens se alonga gradualmente, que seus lábios se endurecem e se tornam salientes, que a forma de suas pernas e de seus pés se altera dia a dia, e que seu sistema piloso se transforma em penas. Enquanto a probabilidade de uma conversão tão maravilhosa não possa ser demonstrada, é certamente perda de tempo e de eloquência discorrer a respeito da felicidade do homem em semelhante estado, descrever seu duplo poder de correr e de voar, pintá-lo numa condição na qual todas as superfluidades da existência seriam desprezadas, cuidando ele apenas em reunir os elementos indispensáveis para sua “vida material” e onde, conseqüentemente, a parte de trabalho de cada homem será diminuta e grande a sua parte de lazer.”¹

Sem ilusões a respeito das antecipações muito longínquas, a respeito da volta da idade de ouro, nostalgia do paraíso perdido, ele irá opor ao progresso indefinido o duro problema do pão de cada dia.

Apesar dos votos que pode fazer, ele se considera, por consciência, obrigado a se manter mais perto do chão e de seu tempo. Quais serão então as conseqüências práticas das posições tomadas pelos ideólogos? Uma dentre elas impõe-se com uma terrível evidência a seu espírito e reduz a nada as extrapolações que, em primeiro lugar, não levarão em consideração

(1) *Ensaio*..., 1.^a edição, p. 10.

esse dilema. O poder que a humanidade tem de se reproduzir está bem além de seu poder de produzir alimentos. A diferença permanente daí resultante impedirá o aparecimento de utopias, aliás, desejáveis. Hoje, agora, existem miseráveis, por falta de trigo que os alimente. De que serve dar assistência aos pobres, permitir-lhes que tenham filhos, se não se aumenta a quantidade de alimentos necessários para sua manutenção? Não estão em causa nem o regime social nem as instituições, mas uma lei fundamental e inelutável da natureza. Impressionado pelo caráter irrefutável desse obstáculo, ele desenvolve seus argumentos durante as palestras com o pai. Em algumas semanas, Malthus elabora o *Ensaio*, que será publicado em 1798.

Malthus assinala no prefácio dessa primeira edição: “O ensaio que se segue originou-se de uma palestra com um amigo (o pai) a propósito do *Ensaio* de Mr. Godwin a respeito da avarizia e da prodigalidade.”

Contra o que a posição do pai tinha de vago, ele traz o debate para seus dados simples e imediatos. Duas gerações de homens se sucedem. Como são diferentes uma da outra! À generosidade, ao entusiasmo, à inconseqüência da mais velha, e também às suas certezas, últimos frutos de uma época de felicidade, a mais nova opõe o cálculo, o exame, os números, as deduções lógicas, que provocam uma análise de seu tempo, um reexame, desencadeado pela grande desordem à qual ele assiste. Manifestando sem o querer sua qualidade de ponto de junção entre um regime que se desfaz e uma civilização que se constrói, ele está dividido entre dois séculos: um que se anuncia, e que ele prefigura; outro que se acaba, que seu pai aceita sem restrições e que o havia inspirado até então. Ao otimismo fundamental dos filósofos responde o realismo de um utilitarista; ao dinamismo que anima a visão de um progresso constante em relação à sorte da humanidade, responde o estatismo, que sugere irresistivelmente a impotência dos esforços das sucessivas gerações diante dos obstáculos colocados pela natureza, através das leis cruéis que condicionam a existência de nossa espécie.

É que, na verdade, a Revolução, “cometa coruscante”, parece um prelúdio a uma nova era e, em alguns anos, provoca mudanças fundamentais que não encontram exemplos nos séculos

precedentes. Indo contra Godwin, contra o pai, contra sua educação e contra toda a sua juventude, Th. R. Malthus rejeita as mudanças que constata. O *Ensaio* será a materialização de seu pavor. Ele não só é incapaz, por reflexão e por temperamento, de aderir ao movimento que se prepara, como se opõe essencialmente a ele. A desigualdade social, a pobreza da maior parte do povo, a riqueza de alguns, a propriedade que constitui a base dessa riqueza, as instituições que a mantêm constituem os caminhos, sem dúvida estreitos, mas inelutáveis, graças aos quais o homem, com o correr dos tempos, pôde passar do estado selvagem para a sociedade civilizada. Fazer desaparecer a desigualdade, a propriedade, a hierarquia, é lutar contra um problema falso e socializar a miséria, cuja única e verdadeira causa é a superpopulação. Malthus não apenas aniquila os filósofos: durante o século e meio seguinte ele será o adversário que bastará evocar para que se pense logo na vaidade das doutrinas sociais, na inanidade das soluções jurídicas e institucionais diante da miséria. Esse livro de 600 páginas denuncia há 150 anos a maldição permanente da pobreza e da fome sobre nosso destino.

2. O ENSAIO TAL COMO É EM SI MESMO E COMO ARMA DE GUERRA

Obra de controvérsia, redigida por um crente, em favor de uma causa da qual ele é, se não o inventor, pelo menos o revelador, o *Ensaio Sobre a Lei da População* traz, intrinsecamente, a marca de seu autor. Embora essas características fossem se atenuando durante as sucessivas recomposições da obra, elas ainda continuarão a marcá-la.

O sucesso do livro, as críticas violentas que ele suscita deixaram Malthus surpreso e, de algum modo, fixaram-no numa posição de combate, que cada vez mais se lhe tornava difícil abandonar à medida que ele se confirmava em sua opinião, sob a dupla pressão dos ataques e dos aplausos suscitados por sua obra.

Obra de reflexão, a primeira edição do *Ensaio* traduz a necessidade que Malthus sentiu de apresentar seu ponto de vista, de expor os resultados de uma descoberta intelectual, nascidos de suas discussões com o pai. Investida sistemática contra os utopistas, justificação da ordem divina, é ao mesmo tempo uma obra quase que puramente abstrata, baseada numa lógica *a priori*.

A preocupação que o anima é doutrinal, dogmática e quase não leva em consideração os fatos, pela ausência, pelo menos nessa primeira edição, de documentação suficiente. “A primeira edição desta obra apareceu em 1798. Foi um livro de Mr. Godwin que me colocou a pena nas mãos, como eu disse então em meu prefácio. Segui o impulso do momento e usei os dados que eu tinha a meu alcance, no campo, onde eu morava. Hume,

Wallace, Adam Smith e Price foram os que me serviram de guia.”²

Destinado menos a provar do que a convencer, o *Ensaio* conseguiu-o pela simplicidade de seu roteiro, pela solidez de seu raciocínio. Sob este ângulo, Malthus, publicista e polemista tanto quanto os autores que ataca, não pode ser considerado como autor de uma obra científica — a não ser de modo indireto pelas pesquisas a que sua reflexão deu origem. Quanto a ele, longe de colher fatos para classificá-los e, a partir deles, deduzir suas leis, ele parte de postulados intangíveis, e não se interessa senão pelos fatos que os homologam. Sustentado, sem dúvida, por um conjunto de provas matemáticas, que constitui sua parte mais original e mais discutível, o *Ensaio*, todavia, continua a ser uma tese. Os desenvolvimentos ulteriores de que Malthus o enriquecerá nada mais farão do que reforçar o arsenal defensivo, sem que sejam destruídas as afirmações *a priori* que constituem o corpo da doutrina.

Verdadeiro manifesto, o *Ensaio* foi condicionado pelas circunstâncias particulares que inspiraram sua redação, e sobretudo pelo momento crucial da história que provocou a crise de consciência de Malthus. Apesar das pequenas mudanças feitas nos trinta e seis anos, durante os quais ele publicou cinco edições de seu livro; apesar, também, das críticas válidas que elas sugeriram e da flexibilidade relativa introduzida por Malthus num sistema de pensamento, de início muito rígido e coerente, a base doutrinal não foi modificada e as formas específicas de suas afirmações continuam as mesmas.

Tendo conseguido grande número de leitores e tendo triunfado vitoriosamente sobre a investida ideológica dos utopistas, Malthus, a contragosto e como que por acaso, torna-se demógrafo. Suas preocupações levam-no para a economia política, e os problemas de população não o interessam senão na medida em que constituem dados primordiais do problema econômico em seu conjunto. Nesse sentido, o problema da população não lhe diz respeito de modo direto: e, de fato, a grande desordem demo-

(2) Prefácio à segunda edição, 1803.

gráfica que se desenrolou sob seus olhos quase que lhe passou por completo despercebida.

Esse aspecto essencial, aliás, escapa à grande maioria de seus contemporâneos. As razões do êxito imediato de sua obra, a profunda influência que ela exerceu no correr do tempo devem ser procuradas alhures.

De imediato, além da disposição particular da opinião pública para acolher sua obra, assunto de que falaremos mais tarde, são a forma e a força internas do *Ensaio* que irão provocar a rápida adesão de numerosos partidários. Malthus, a princípio, propôs-se a escrever justamente um *Ensaio*. O êxito de sua tentativa o levará a elaborar ulteriormente um tratado pesado e cheio de demonstrações, para enriquecer seu pensamento. Nessa primeira edição ele se limita ao essencial e faz seus ataques com uma verve e um brilho de estilo que depois irão desaparecer. Brillantemente redigido, fruto da inspiração, a obra é de fácil acesso: seu ritmo arrebatava a convicção. Malthus, consciente da importância de sua descoberta, soube encontrar o tom e a expressão capazes de iluminar os espíritos e de excitar a imaginação.

Num resumo empolgante, ele reúne argumentos evidentes por si mesmos e deles tira conclusões lógicas. Esse confronto leva à exposição de um dilema mais fácil de se atacar do que de se refutar. A base de sua doutrina, a tese que ele criou, e da qual não se afastará, reduz-se, com efeito, a algumas proposições simples.

A LEI DA POPULAÇÃO

A princípio, a teoria repousa sobre dois postulados: "Primeiro, que o alimento é necessário ao homem. Em segundo lugar, que a paixão entre os sexos é necessária e se manterá, com poucas mudanças, tal qual existe atualmente."³ Se é verdade que, exposto dessa maneira, o primeiro postulado é um simples truísmo, o segundo provoca algumas reflexões. Trata-se, antes de mais nada, da verdadeira base da construção matemática que Malthus irá elaborar: o estímulo sexual, absoluto

(3) *Ensaio...*, 1798, p. 11.

em seu princípio, imutável em seus efeitos, é a causa da tendência à progressão geométrica do crescimento da população. Esse estímulo age de modo universal, por toda parte, com a mesma força e com uma regularidade quase que maquinal. E isso é verdade sempre, qualquer que seja o período da história que se queira considerar: "O instinto de reprodução parece existir com tanta força agora como há dois ou há quatro mil anos."⁴ Esse estímulo irresistível e uniforme é a condição primeira da proliferação da espécie humana, como de qualquer outra espécie. Mas Malthus não soube (e talvez não pudesse) distinguir entre instinto sexual e reprodutividade. Ele não abordou o estudo da fecundidade e da fertilidade.

Indo mais longe em sua reflexão, Malthus constata que o dinamismo explosivo da potencialidade biológica, inerente aos seres vivos, leva a melhor a cada instante sobre os recursos, os meios de existência que deveriam satisfazer a essa demanda, em seu princípio insaciável. Se os meios de subsistência são evidentemente indispensáveis à vida, eles constituem ao mesmo tempo o obstáculo que impede uma multiplicação exagerada. "A população tem uma tendência constante para crescer além dos meios de subsistência e ela é detida por esse obstáculo." Outra formulação da mesma idéia expressa por Malthus: "Pelo que eu constatei, a causa disso é a tendência constante que se manifesta em todos os seres vivos de aumentar a espécie mais do que o comporta 'a quantidade' de alimento que está a seu dispor."

Sobre essas bases Malthus estabelece então o que constitui a lei da população propriamente dita: "Considerando meus postulados como certos, digo que o poder da população é infinitamente maior do que o poder da terra para produzir os meios de subsistência necessários para o homem. A população, se não encontra obstáculo, cresce de acordo com uma progressão geométrica. Os meios de subsistência aumentam de acordo com uma progressão aritmética. Basta um conhecimento elementar dos números para mostrar a magnitude do primeiro poder em comparação com o segundo.

(4) *Ibid.*, p. 68.

“De acordo com essa lei de nossa natureza, que faz com que o alimento seja indispensável à vida humana, os efeitos desses dois poderes desiguais devem, contudo, ser tidos como iguais. Isso implica que a penúria dos meios de subsistência age como um freio poderoso e constante sobre a população. Essa penúria deve ocorrer em todos os lugares e, necessariamente, deverá ser sentida por grande parte da humanidade.”⁵

Do estudo rápido do recenseamento dos Estados Unidos, Malthus deduz que o período durante o qual a população pode dobrar, se ela não se submeter à limitação mencionada precedentemente (e esse parece ser o caso dos Estados Unidos, país novo por excelência por essa época), é de 25 anos. Lembrando que, por progressão geométrica, entende-se uma série que aumenta de termo em termo por multiplicação e que Malthus toma a série mais simples, aquela na qual cada termo é o dobro do precedente — e que por progressão aritmética se entende uma série que aumenta de termo em termo por adição, e que Malthus tem em vista igualmente a série mais simples, a dos números inteiros, constata-se imediatamente, pela comparação das duas séries, a amplitude dos problemas colocados por este confronto:

	0	25	50	75	100	125	150	175	200
Série população	1	2	4	8	16	32	64	128	256
Série subsistência	1	2	3	4	5	6	7	8	9

Se, como Malthus afirma, a população pode duplicar a cada 25 anos, os meios de subsistência no mesmo período de tempo não aumentarão mais do que de uma importância idêntica à quantidade inicial. Ao fim de 8 períodos de 25 anos, ou seja, dois séculos, a população é 28 vezes maior que o último valor que representa os meios de subsistência.

Se se tomar como exemplo a população da Grã-Bretanha e da Escócia em 1800, ou seja, 10 milhões de habitantes, a progressão seria tal que em 1950 ela contaria com 672 milhões de habitantes, ou seja, 64 vezes mais. Na mesma data, e em

(5) *Ensaio...*, 1798, pp. 13-14.

relação a 1800, o crescimento dos meios de subsistência não seria senão de 7 vezes mais. Diante dessa terrível perspectiva, o medo não poderia deixar de se manifestar. Ao destino que prometia essa vaga engeuecida, ao grito de alarme lançado por Malthus, a prudência e a previdência iriam efetivamente responder. Malthus soube se rodear de um aparato científico que impressiona o espírito dos leitores e soube apresentar uma ilustração em números cuja evidência e clareza pareceram sem réplica. O poder de sua argumentação repousa sobre a definição e a justaposição das progressões, nas quais ele introduziu com felicidade as noções de interesse compostos, que ele foi o primeiro a aplicar com igual rigor aos problemas demográficos.

Contudo, o exame das cifras citadas precedentemente faz surgir de imediato a impossibilidade de levar muito longe a progressão das séries; a Inglaterra de hoje, naturalmente, não tem 672 milhões de habitantes, e qualquer inglês de 1970, por certo, alimenta-se melhor do que um inglês de 1800.

A AVAREZA DA NATUREZA

Aliás, o pensamento de Malthus não se situa nesse nível e ultrapassa essas conclusões aberrantes. De fato, o crescimento da população e dos meios de subsistência não podendo ser senão idênticos, a população não poderá se manter e se desenvolver senão no mesmo ritmo e proporcionalmente aos meios de subsistência.

Afastando-se, com isso, dos economistas que o precederam — e em cuja tradição se inscreve sua obra — Malthus não considera uma sociedade estática, mas, pelo contrário, uma sociedade prestes a sofrer rápida e profunda transformação. Ele apresenta um processo dinâmico: a relação entre duas variáveis, a precariedade de seu equilíbrio, e introduz ao mesmo tempo o movimento. Para isso, ele não nega a impossibilidade de um enriquecimento alimentar e do conseqüente crescimento da população. Toda a história da humanidade aí está para prová-lo, mas essas progressões não se efetuam de acordo com as mesmas leis. A exuberância da população, à sua generosidade, opõem-se a raridade dos meios de subsistência, a avareza da natureza. A

constante pressão exercida sobre o meio ambiente pela prolífica espécie humana choca-se continuamente contra a resistência invencível da penúria. Nesse sistema de forças que se defrontam, o essencial é o próprio jogo da tensão. Eis, em definitivo, o que faz sobressair a ilustração aritmética escolhida por Malthus e cuja precisão importa menos do que seu sentido global.

Um ajuste inevitável deve portanto produzir-se e restabelecer necessariamente o equilíbrio entre essa onda proveniente do poder biológico, a demanda, e a faculdade nutriente da terra, a oferta. Essa harmonia não é preestabelecida; ela se realiza a cada instante de modo indireto, através da concorrência feroz entre todos os pretendentes, através de uma multidão de reações, de acidentes, que sublinham a instabilidade do resultado. A luta pela existência é um dos dados fundamentais da matéria viva, da qual nem o homem escapa.

O ajuste, contudo, pode ser conseguido de diversos modos. As plantas, os animais, a própria humanidade em larga escala — antes de entrar para o quadro do “dirigismo vital”, que toma forma na Europa no fim da Renascença — estão sujeitos apenas ao jogo das leis físicas e biológicas. A natureza procede à eliminação dos supranumerários por meio de um extermínio implacável. As múltiplas formas dessa destruição, tão cega quanto a proliferação que a provoca, o homem evoluído pode responder por uma ação refletida, de um lado, sobre o meio, de outro lado, sobre sua própria reprodução. Só ele pode reprimir e controlar o instinto que domina irresistivelmente as demais espécies e, por um ato da vontade, opor à fatalidade da morte o cálculo da vida.

Em conseqüência, os obstáculos que freiam e detêm o crescimento da população são de três espécies. Em primeiro lugar, o homem pode calcular e limitar preventivamente o número de sua descendência em função dos recursos de que dispõe e, assim, evitar a superpopulação. O controle da fertilidade, que tende a diminuir a natalidade, se exerce então de acordo com duas linhas de direção. A dissociação entre sexualidade e fecundidade desvia de suas conseqüências naturais a função sexual. Todas essas fraudes contra o instinto são globalmente designadas por Malthus sob o nome de “vícios”, e são condenadas, quer se trate

de relações sexuais ilegítimas e infecundas, ou do uso, no casamento, de processos anticoncepcionais. Na segunda edição do *Ensaio* ele introduz um segundo obstáculo preventivo à superpopulação: o controle da fertilidade pela coação moral, que consiste em retardar a idade do casamento até o dia em que poderão ser assumidas as responsabilidades econômicas da manutenção de uma família, e em se abster, enquanto isso, de qualquer relação sexual. Aí Malthus também rejeita formalmente o uso de técnicas anticonceptivas e impõe a prática da continência até no casamento. (Depois de longo noivado, Malthus não se casou senão com a idade de 38 anos e teve três filhos, o que, dada a importância da mortalidade infantil na época, era insuficiente para assegurar uma descendência. Por esse motivo, o próprio Malthus afirmará que ele considera uma família com seis filhos como o tipo da família normal.)

Mas o homem também pode abdicar de seus poderes. Recusando-se a governar o próprio futuro por uma conduta prudente, ele pode ignorar sua consciência e sua razão, e ceder ao instinto. Ele conhecerá então as preocupações que acabrunham as espécies inferiores e as maldições que elas suportam. Ao voltar à natureza, ele se sujeita à lei que a domina. O obstáculo repressivo então passará a agir. Como para os demais seres vivos, a expansão de sua raça será bloqueada pela eliminação: o aumento da mortalidade. Malthus reúne o arsenal dessa terrível repressão sob o nome de “miséria”: desaparecimento prematuro dos indivíduos mais jovens e, portanto, dos mais fracos, epidemias, guerras e, enfim, a fome. Ele chega à lúgubre conclusão de que “a fome parece ser o último e o mais terrível recurso da natureza. O poder da população é de tal modo superior ao poder da terra, de produzir meios de subsistência para o homem, que uma morte prematura, sob uma ou outra forma, deverá agir sobre nossa raça. Os vícios da humanidade são agentes ativos e hábeis de despovoamento. Eles constituem a vanguarda do grande exército da destruição, e muitas vezes eles próprios terminam essa obra atroz. Mas, caso eles fracassem nessa guerra de extermínio, as epidemias, a peste, os flagelos avançariam em fileiras serradas e arrebatariam os homens aos milhares. A grande obra ainda não estaria terminada, e uma fome gigantesca e inevitável cuidará da retaguarda e, com

um único e possante empurrão, nivelará a população ao alimento do mundo.”⁶

Os utopistas, portanto, andaram sonhando. O perigo não surgirá nos séculos vindouros: ele está à nossa porta, hoje. De nada valerá o gênio humano aumentar o volume dos meios de subsistência a serem distribuídos, porque a exuberância demográfica iria ainda e sempre mais depressa. Esse perigo é de todos os tempos e nossa história está colocada sob seu signo: a idade de ouro não será amanhã, e nem adianta procurá-la num passado longínquo. Ela nunca existiu.

“Se a proporção entre o crescimento natural da população e dos meios de subsistência há muito que ocorreu e se essa oscilação necessária, essa causa permanente de uma miséria periódica sempre existiu desde que a humanidade tem uma história, ela existe agora e existirá sempre, a menos que ocorra uma mudança decisiva na constituição física de nossa natureza.”⁷

Contra esse perigo presente e permanente, as modificações que se pretende introduzir na estrutura das instituições ou no equilíbrio das condições são inúteis. O vício e a miséria não são frutos de determinada sociedade, mas conseqüências irremediáveis da pressão populacional. Essas construções jurídicas e sociais não passam de epifenômenos, da epiderme de uma realidade impiedosa e que se manifestará sejam quais forem as formas adotadas por suas contingências. Suponhamos, mesmo por um instante, que Godwin e Condorcet tenham razão e que, enfim, torne-se realidade esse mundo ideal anunciado pela doutrina da perfectibilidade. Esse estado seria indiscutivelmente favorável a um crescimento acelerado da população e, ao cabo de pouco tempo, a mesma causa provocaria os mesmos efeitos. A sociedade perfeita seria destruída por sua multiplicação desenfreada face a um aumento menor da alimentação. Recolocado sob a dependência da necessidade, o homem teria de organizar de novo sua carestia, refazer a partilha do mundo entre os vivos pela propriedade, recriar o organismo de defesa que constitui a família, pelo casamento.

(6) *Ensaio*... , 1798, pp. 139-140.

(7) *Ibid.*, p. 153.

O IMPULSO BIOLÓGICO

Desse modo, estão aniquiladas as profecias, as perspectivas de progresso traçadas por otimistas impenitentes. Veemente no tom, friamente lógico no raciocínio, o *Ensaio* é implacável em seu pessimismo sem solução. Ao profundo mal-estar suscitado por suas conclusões, à revolta provocada por sua inexorável crueldade, mistura-se contudo o sentimento de que essa grandeza sombria se baseia numa construção teórica, cujo valor basta para explicar-lhe a influência ao mesmo tempo tão ampla e tão duradoura.

Em primeiro lugar, Malthus teve, primeiro, o mérito de recolocar a espécie humana dentro de um vasto sistema. Essa reintegração do homem no seio da grande comunidade dos seres vivos está de acordo com o esforço precedente do movimento científico, que nega ao homem uma posição privilegiada e contesta que ele tenha um lugar à parte entre todos os organismos. Contra uma longa tradição inspirada pelas noções de povo e depois de raça eleita, de um Deus feito à sua imagem, foi necessário que o homem abdicasse de sua preeminência no universo e, depois de ter aprendido que a terra girava ao redor do sol, constatasse igualmente que este mundo não era um reino sem partilha. Assim laicizado, restituído à ordem sem falhas da natureza, a população poderia tornar-se objeto da ciência. Era normal que essa questão fosse levantada quando a idéia de destino se apagava diante da idéia de progresso, quando o número dos homens entrava para o círculo das pesquisas sociais, no momento em que ele escapava do domínio exclusivo do poder divino e de seu representante na terra. Ao mesmo tempo, tornava-se evidente que o problema da população, reduzindo-se aos termos válidos para todas as espécies, está intrinsecamente ligado às relações do homem com seu meio ambiente. Qualquer forma de vida só pode se expandir e crescer na medida em que o meio o permitir. O homem não constitui exceção a essa regra. Essa rígida dependência, contudo, pode ser aliviada e seu aspecto ferozmente incômodo pode ser abrandado por um tempo. A necessidade que cria um espaço limitado, se hoje não pode ser percebida, subsiste para amanhã. O futuro está pejado de todas as ameaças latentes que hoje apenas pressentimos.

A idéia primordial de Malthus, expressa pelas leis da população, é a de ter dado destaque à corrida entre o poder da proliferação e o poder econômico. Ele foi um dos primeiros a levar em consideração a biologia da espécie humana, a força específica que tende a multiplicá-la, tornando preciso esse enorme potencial de crescimento. Ele demonstrou claramente o caráter essencial do crescimento do homem, comum a todos os demais processos biológicos de reprodução, sua natureza multiplicadora, expressando-se seu efeito cumulativo por interesses compostos, não por interesses simples. Insistindo sobre o lado “animal” da espécie humana, ele descobriu a noção de população máxima: a que, pela ação da multiplicação natural, atinge o nível máximo permitido pelos recursos do meio, no qual o crescimento é irresistivelmente freado pelo menor crescimento concomitante dos recursos, pela ação dos rendimentos decrescentes, e enfim bloqueado por essa coação que provoca um aumento da mortalidade sob diversas formas. Esse tipo de população parece “comandado” por uma regra quase automática.

É fora de dúvida que a natureza é de uma “generosidade catastrófica” (Albert Sauvy), e que semeia com mais profusão os germes da vida que os meios para viver; que o ritmo da reprodução leva a melhor, e de longe, sobre o ritmo do aumento dos meios de subsistência, e que a luta pela existência é sua terrível conseqüência. Tudo isso será amplamente confirmado pelos estudos biológicos ulteriores do quadro da biosfera terrestre. Nesse sentido, o problema da população é inerente à relação fundamental que existe entre o homem e seu meio, e se coloca de um modo permanente, senão em termos reais, pelo menos sob um aspecto potencial que explica os gritos de alerta periodicamente registrados a esse respeito. Fundamentalmente, a extensão das terras cultiváveis, sua fertilidade, seus recursos e as reservas de matérias-primas, etc., põem definitivamente limites à capacidade do homem para se libertar das leis da natureza.

A explicação biológica realizada por Malthus provou ser muito fecunda. À leitura do *Ensaio*, Darwin deve ter descoberto a amplitude da luta pela subsistência, sobre a qual ele centrará toda a sua teoria da evolução orgânica. Ulteriormente, a ecologia empreenderá o estudo sintético do universo vivo,

tendo em vista a evolução de uma comunidade em função de um ambiente complexo. Mais imediatamente, essa base teórica foi adotada pela escola da economia clássica, graças sobretudo às interpretações e aos desenvolvimentos acrescentados à tese de nosso autor por seu amigo Ricardo.

RUMO A UMA POPULAÇÃO ÓTIMA

Indo além desse plano geral, as leis da população, tais como Malthus as exprimiu e sustentou, chocam-se, contudo, contra fortes objeções de princípio. Se Malthus, durante sucessivas reedições, procurou variar seu pensamento, ele, contudo, nunca pôs em dúvida a essência de sua doutrina, embora a definição rígida, o quadro aritmético de suas proposições tenham sido submetidas, desde que surgiram, a críticas objetivas e fundadas. Deixando de lado a formulação numérica das progressões, vê-se em primeiro lugar que não se poderia comparar de modo tão absoluto a multiplicação humana e a multiplicação animal, cujas características são bastante diferentes. Sem dúvida, hoje é muito mais fácil para nós constatar essa diferença do que o foi para Malthus. A dissociação entre o instinto sexual e o instinto de reprodução, que sempre existiu, não se definiu senão no meio século que precedeu ao *Ensaio*. Por mais paradoxal que essa afirmação possa parecer, o instinto sexual não representa senão um papel muito secundário na reprodução da espécie, quando se trata da espécie humana. Vivendo num período de junção da história das idéias e da evolução demográfica, Malthus assistiu, sem o saber, a uma ruptura radical que, sob esse ângulo, irremediavelmente, afasta e depois separa, o homem do animal. Depois de um longo período, as duras leis de uma natalidade e de uma mortalidade puramente naturais são abolidas e o homem toma seu destino nas mãos. Ele inventa e ao mesmo tempo faz uso de apetrechos técnicos, que lhe permitem, por um lado, comandar e regular sua própria multiplicação, controlando sua capacidade de reprodução (controle dos nascimentos), lutando, por outro lado, contra a morte (remédios, higiene, etc.). Eis, sem dúvida, uma das revoluções mais profundas de nossa época, a que leva de uma humanidade resignada e presa da cega

pressão das leis biológicas e uma humanidade determinada a aplicar a si mesma os dados da consciência e da ciência, a sujeitar à sua própria vontade o tamanho de sua população, a substituir as regras costumeiras de seu desenvolvimento, as influências favoráveis ou contrárias a que está sujeita, pela reflexão e a previsão que, ao mesmo tempo, é aplicada em outros campos.

A mudança radical de mentalidade que implica essa nova e decisiva orientação das atitudes do homem diante da vida e da morte, agora integradas ao domínio de seu julgamento, de sua decisão e de sua ação, a essa nova conquista, que representa o domínio sobre si mesmo, junta-se um domínio maior sobre o mundo exterior, que ele há muito já governa e modela. É igualmente sobre esse segundo ponto que Malthus e as leis de população parecem insuficientes: as relações do homem com seu meio contrastam singularmente com as relações entre esse mesmo meio e não importa que outra espécie. A originalidade da espécie humana, que lhe confere sua preeminência, é justamente essa libertação progressiva, através de sucessivas revoluções, da estreita submissão às condições do meio. Se as populações primitivas e o homem da pré-história se ajustam à comunidade biótica quase do mesmo modo que a fauna de sua região, se eles vivem numa economia natural em equilíbrio com o resto da vida, na qual estão integrados sem dela se distinguir, o processo histórico de seus esforços tende a inverter os termos do problema, a romper em seu favor o equilíbrio da natureza e a regular, em proveito próprio, a entrada e a saída das demais formas de vida, transformadas de concorrentes em servidoras. O homem produtor, que transforma a natureza, opõe-se ao animal consumidor, que vive do que a natureza, e só a natureza, lhe oferece. Através dessa evolução histórica muito lenta, que por etapas bruscas se apropria de novas técnicas, de novos modos de produção e, graças à melhoria, também progressiva, de suas condições de vida, o homem dominou afinal o meio ambiente para ultrapassar o problema da população máxima e abordar o da população ótima.

Isso não quer dizer que as modificações trazidas ao quadro permanente de nossa existência, a ação do homem cada vez mais forte sobre o mundo exterior, não possam alterar impunemente e desafiar o ciclo de produção e de recuperação da natu-

reza, governada pelas leis gerais da termodinâmica, que agem em última instância através dos processos físicos, químicos e biológicos, que nós dispomos e desviamos em nosso favor. Nesse sentido, indiretamente, pela degradação da energia, pela lei da entropia, a espécie humana, considerada como um todo, destrói continuamente o próprio capital, e a pobreza torna-se o termo final teórico de sua atividade. Essa perspectiva, evidentemente, está fora e além das reflexões de Malthus. Contudo, seu ângulo de ataque, por ser mais terra-a-terra e mais atual, não deixava de ser também o estudo da natureza e da pobreza, e acrescentava à pesquisa de Adam Smith sobre as riquezas a segunda parte do díptico. A miséria, a seus olhos, é o problema maior, e as leis da população, secundárias de acordo com seu modo de pensar, não têm em sua obra tanta importância senão porque nelas ele via a causa mais geral e a mais constante do mal que ele quer analisar.

O fato de ser a pobreza, a miséria, o mal, em última análise, a base dos estudos de Malthus permite-nos melhor compreender certos aspectos de sua doutrina, como o pessimismo e o rigor de que ela se reveste. Antes de ser homem de ciência e economista, Malthus foi o autêntico representante de uma ordem e de uma classe, um pastor burguês, que viveu os anos difíceis do fim do século XVIII. A obra de Malthus deve à sua pessoa e a seu tempo suas características mais impressionantes.

“A INTENÇÃO DO CRIADOR”

É a uma doutrina teológica elaborada muito antes dele que o pastor Malthus integrou, em primeiro lugar, sua doutrina. Nela também se baseiam as regras morais muito rígidas que ele enuncia. A pressão da população sobre os meios de subsistência, a tendência a uma multiplicação desmesurada, a precariedade dos recursos individuais daí resultantes, a luta pela existência, que ela provoca, são inerentes ao desenvolvimento da vida. São as leis da natureza. O equilíbrio resultante da ação dessas leis representa certa ordem, válida em todos os tempos e em todos os lugares, e qualquer transgressão a essa ordem só pode ser provisória e acabar em desastre. Essas denominadas

leis naturais são, na verdade, as leis fixadas por Deus e são os meios pelos quais se realizam os fins longínquos a que está destinada a espécie pela Providência. A submissão a essas regras é indispensável, tanto para a salvação do indivíduo como para a prosperidade de nossa raça. Nesse sentido, a dura lei da necessidade é essencial à evolução da humanidade: “Tudo nos leva a crer que a intenção do Criador foi povoar a terra, mas parece que essa meta não podia ser atingida se não se desse à população um crescimento mais rápido do que aos meios de subsistência... Se essas duas quantidades crescessem na mesma razão, não vejo qual o motivo que poderia ter vencido a preguiça natural do homem, para obrigá-lo a aumentar o cultivo da terra. A população do território mais vasto e mais fértil se deteria tanto nos 500 habitantes como nos 5 000, como nos 5 milhões ou nos 50 milhões. Essa razão não poderia, portanto, corresponder às finalidades do Criador.” Malthus acrescenta: “Todo meio artificial e fora da lei da natureza para conter a população suprimiria aquilo que dá alma ao trabalho e à indústria.”⁸

Pela ação da necessidade, que tem como conseqüência o poder multiplicador da reprodução, o homem está condenado ao trabalho, e é porque ele pôde construir na seqüência dos tempos sua própria civilização que lhe foi permitido expandir-se sobre a terra. Assim se refletem e se respondem dois dos principais mandamentos inscritos nos primeiros livros do *Gênese*: “Crescei e multiplicai-vos. Cultivareis a terra com o suor de vosso rosto.” Assim, baseia-se nessa dupla exigência o processo histórico da tomada de posse da terra pelo homem, sujeito às leis do Senhor.

Essa submissão apresenta, contudo, no homem, um caráter particular: enquanto o animal está totalmente condicionado pelas leis da natureza, a espécie inteligente pode e deve controlar e dirigir sua reprodução, ao mesmo tempo em que respeita os desígnios da Providência. Existem muitos freios, como vimos, para a explosão numérica: a miséria, com sua seqüência de fome, epidemias, guerras, etc., o vício, ou a continência dentro

(8) *Ensaio...*, 2.ª edição, p. 491.

e fora do casamento. Aqui ainda o ponto de vista de Malthus obedece rigorosamente aos princípios morais da tradição cristã. Acreditando no pecado original e na redenção, Malthus opõe-se profundamente à doutrina de uma melhora infinita da natureza humana: o homem é o que sempre foi e sempre será o que é. Marcado pelo primeiro pecado, ele está marcado pelo mal, e sua vida “é um estado de provação e uma escola de virtude, que o prepara para um estado superior de felicidade”. A miséria e seu cortejo serão seu prêmio, como o de todas as outras espécies, se ele se entregar ao instinto de reprodução. Decidirá ele, pelo contrário, suprimir artificialmente os efeitos normais do instinto, pondo em prática todas as técnicas que Malthus engloba sob o nome de vício e que vão dos piores desvios sexuais até a reprodução voluntária? A ameaça será o despovoamento, porque o vício é destruidor, primeiro em suas conseqüências mais imediatas e, por outro lado, restringindo a produção dos meios de subsistência, já que ele tira ao trabalho seu principal estímulo.

Nesse sentido, Malthus é resolutamente populacionista e, diz ele próprio, seria desconhecer inteiramente seus princípios considerá-lo um inimigo da população. “Os inimigos que combatem são o vício e a miséria.” Confrontada com o duplo perigo de uma população muito numerosa, fruto da miséria, e de uma população muito reduzida, conseqüência do vício, a humanidade só poderá se salvar em um caminho estreito: a *moral rigorosa*, uma observância ortodoxa da virtude. Sabe-se como, nesse domínio, se exprime a lei moral: rigorosa castidade fora do casamento — adiamento do casamento até que se tenham os meios suficientes para criar uma família — limitação eventual dos nascimentos pela observância de uma continência total, mesmo no casamento. A promoção da virtude como reguladora do movimento demográfico permite ao mesmo tempo evitar o excesso do número pela moderação do instinto e sua ação razoável em função dos recursos disponíveis para cada um e evitar o perecimento da espécie, não sendo a limitação mais do que a recompensa do sacrifício e da austeridade.

Contudo, não sendo o homem, como vimos, mais do que um homem, isto é, marcado pela queda desde que foi expulso do Paraíso, Malthus não crê, em absoluto, que ele esteja apto

a seguir o caminho difícil por ele indicado, nem que a prudência virtuosa chegue a ser algum dia uma prática geral e contínua. De fato, a maioria dos homens se alinha sob a bandeira da miséria e da pobreza, e nosso pastor, convencido da fraqueza humana, resigna-se à dura realidade: "...A coação moral é para nós um dever... Apesar disso, não creio que entre meus leitores se encontrem muitos que se entreguem, menos do que eu, à esperança de ver os homens mudar geralmente de conduta a esse respeito." Mais tarde ainda ele escreverá: "Eu ficaria inconsolável se dissesse fosse o que fosse, direta ou indiretamente, que pudesse ser interpretado num sentido contrário à virtude. Mas eu não acho que as faltas de que se trata devam, nas questões morais, ser encaradas sozinhas, nem mesmo que elas sejam as mais graves que se possa conceber... Não hesito nem um pouco para dizer que a *prudential restraint* (restrição moral), que se opõe à sucessão de casamentos impensados, é um obstáculo preferível à morte prematura... A pobreza sórdida é, de todos os estados, o menos favorável à castidade... Digo que a diminuição dos vícios provenientes da pobreza será uma compensação suficiente para o mal que se tem o direito de prever." Entre a miséria e o vício, entre dois males igualmente disseminados, é preciso ainda escolher o menor: conservando como ideal o reino da virtude, Malthus indica a solução prática que corresponde à realidade de nossa natureza, tal como o indica a doutrina teológica que o inspira e o inclina, a contragosto, antes ao vício do que à miséria.

Levado ao pessimismo de fato quanto aos caminhos e meios da dinâmica da população, Malthus inclina-se também a considerar que a história da população está colocada sob o signo da própria fatalidade. "Parece que a época na qual o número de homens ultrapassou os meios de subsistência chegou há muito tempo." Numa edição ulterior ele acrescentará: "Se a proporção entre o crescimento natural da população e o dos alimentos num território limitado, proporção que foi estabelecida no começo deste ensaio e notavelmente confirmada pela pobreza existente a cada estágio da sociedade humana, se essa proporção se aproxima um pouco da verdade, pode-se dizer que o período a partir do qual os homens sofrem de insuficiência de alimento é chegado há muito tempo e que... essa causa sempre subsis-

tente de miséria periódica existe desde os primeiros tempos aos quais remonta a história e continua a existir na maior parte dos países." A humanidade prolífica e a terra avara são os dados permanentes de nosso destino. Por mais longe que se a possa considerar, sempre e em toda parte, a população se chocou contra a insuficiência de meios. Essa constrição se afrouxará. Toda conquista de terras novas, todo progresso nas técnicas de exploração proporcionam efetivamente um desafogo à pressão fundamental. Dada a diferença entre a velocidade relativa das duas progressões, isso pode não passar de um alívio temporário: a lebre logo terá de voltar para o lado da tartaruga, o número dos homens terá alcançado rapidamente o nível dos meios de subsistência. O perigo é constante, o perigo imediato, e hoje como ontem e amanhã estamos colocados sob o seu signo. "...Essa oscilação necessária, essa causa permanente de miséria periódica sempre existiu, desde as origens da história da humanidade, existe agora e continuará a existir para sempre, a não ser que haja uma mudança decisiva na constituição física de nossa natureza." O teólogo Malthus retoma aqui a terrível maldição que marca o homem desde o início dos tempos e que o perseguirá sem tréguas. O economista Malthus vai tirar dessa base doutrinal conclusões não menos rigorosas e inteiramente a favor das necessidades ideológicas de sua época e de seu meio.

O LIBERALISMO E A MISÉRIA

Voltando ao estudo da pobreza tal como existe sob seus olhos, Malthus aplica a ele, com lógica, suas descobertas prece-dentes. A ação das leis da população, leis naturais e divinas, torna impossível a melhoria da sorte da maior parte da humanidade; a pressão das necessidades se exercerá sempre sobre as classes inferiores, as mais numerosas da sociedade. "O pobre tem o direito de ser alimentado, como tem o direito de viver mil anos." E, mais adiante: "...Admitida essa relação (população e meios de subsistência) segue-se que, se cada um se casa de acordo com a própria vontade, todo o trabalho do homem não seria capaz de alimentar tudo o que nasce. De onde se segue,

inevitavelmente, que o direito de ser alimentado não pode caber a todos." Admitindo mesmo que o pobre faça reconhecer esse direito "contra a natureza", seria impossível aplicar-lhe uma sanção material: a raridade global dos recursos opõe-se a isso em primeiro lugar. Esse obstáculo, provisoriamente, seria ultrapassado: o excesso de recursos assim conseguido seria em pouco tempo reduzido a nada, pelo aumento correlativo dos descendentes.

A rapacidade e o egoísmo dos ricos não estão em causa, mas a avareza da terra e, diante dessa objeção fundamental, todos os remédios propostos são vãos, porque eles não se prendem à raiz do mal, mas a epifenômenos. "Não está ao alcance dos ricos proporcionar aos pobres ocupação e alimento e, conseqüentemente, os pobres, pela própria natureza das coisas, não têm nenhum direito de exigir deles semelhante coisa." O Estado, as leis, o governo, os sistemas sociais e, notadamente, os de "igualdade", as instituições públicas nada podem contra essa lei geral: "As instituições humanas não passam de causas ligeiras e superficiais, nada mais do que plumas que pairam à superfície." A lei em favor dos pobres, as medidas de assistência são puramente artificiais; elas propagam a miséria ao invés de diminuí-la, permitindo a existência e a reprodução dos pobres sem aumentar os meios de subsistência. Para atingir essa meta seria preferível desenvolver a agricultura, proteger a população rural, destruindo o arsenal das leis e de regulamentos de uma outra época, que dão vantagens ao operário das cidades em detrimento do homem do campo. Toda intervenção na vida econômica, portanto, em princípio é inútil e é ao indivíduo que cabe a melhora de sua própria sorte.

Alinhando-se sob a bandeira do princípio de utilidade tal como o definiu Bentham, Malthus refere-se à "aritmética dos prazeres", que consiste para o indivíduo em calcular as próprias ações à luz de seu único interesse, visando a obter o máximo de prazer ao preço do mínimo de dor. Cabe exclusivamente ao indivíduo decidir se seus recursos são suficientes para lhe permitir o casamento e a educação deste ou daquele número de filhos. Nenhuma lei, nenhuma instituição podem dispensar a pessoa humana dessa responsabilidade ou atenuar as conseqüências infelizes de um casamento prematuro ou de uma descen-

dência muito numerosa. A felicidade de cada cidadão previdente e comedido — aqui o orçamento é a medida — abre o caminho para a felicidade de todos, e o equilíbrio conseguido na família repercutirá na nação para, afinal, assegurar numa relativa abundância o equilíbrio entre economia e população. É claro que o equilíbrio não pode ser conseguido senão pelo casamento e só através do casamento. Provisoriamente, a lei divina faz parar aqui a aritmética dos prazeres e ordena, sem recursos, a castidade e a virtude. "A felicidade social deve resultar da felicidade dos indivíduos e cada um nada mais tem a fazer senão cuidar da própria felicidade. . . Importa que cada um, para sua felicidade, adie seu estabelecimento até que, à força de trabalho e de economia, se ponha em estado de prover às necessidades de sua família."

Se o pobre se interroga a respeito das causas de sua miséria, que ele reflita e julgue sua própria inconseqüência; que ele discipline, na verdade, que ele sufoque suas necessidades sexuais. O Estado e a sociedade não devem intervir ou fazer leis a esse respeito; a lei natural sancionará, e com que dureza, o procedimento dos tresmalhados: "Entreguemos, portanto, esse homem culpado à pena pronunciada pela natureza. Ele agiu contra o caminho da razão, que lhe foi claramente manifestado, ele não pode acusar ninguém e deve se haver consigo mesmo se a ação que cometeu lhe acarreta conseqüências deploráveis. O acesso à assistência das paróquias deve ser-lhe interdito. E se a beneficência particular lhe oferece algum socorro, o interesse de humanidade exige imperiosamente que esses socorros não sejam demasiado abundantes. É preciso que ele saiba que as leis da natureza, isto é, as leis de Deus, condenaram-no a viver na penúria, para castigá-lo por tê-las violado. . . Talvez pareça duro que uma mãe e seus filhos, que nada têm de censurável, sejam citados para sofrer pela má conduta do chefe da família. Mas nisso ainda está uma lei imutável da natureza."

Essa condenação sem apelo, enunciada pelo pastor e pelo utilitarista, são reforçadas pelas convicções do economista. O curso natural das coisas, enaltecido pelo individualismo liberal, o *laissez-faire* e o *laissez-passer* não darão mais ao pobre a proteção jurídica e política, nem a ajuda social que ele pode esperar.

O *Ensaio*, em sua forma primitiva, inspira-se muito de perto no liberalismo mais intransigente, motivo pelo qual ele condena toda iniciativa de legislação que correria o perigo de falsear o papel definido na economia do mercado dos produtos e do trabalho, pelo mecanismo dos preços. Ele se liga igualmente, por seu otimismo de princípio, à automatização dos ajustes entre as ações e as reações dos indivíduos, destinado a provocar um equilíbrio no quadro mais vasto da nação. Adepto de A. Smith, Malthus adere implicitamente às noções dos valores e de preços definidos em *A Riqueza das Nações* e junta-se a ele explicitamente no capítulo da teoria dos salários, cujas conclusões coincidem com as leis da população.

O trabalho é uma mercadoria, e seu valor é o produto da venda. O preço dessa mercadoria no quadro de um regime capitalista é sempre afetado pela dupla cobrança antecipada do capital mobiliário e da renda do capital imobilizado. Cortado por suas inelutáveis deduções, o salário real é estabelecido abaixo de seu preço "natural", de seu valor integral. A tabela, segundo a qual ele é estabelecido, é fixada pela lei da oferta e da procura de trabalho. Na transação que o determina de modo concreto, o empregador dispõe de vantagens certas, face a uma numerosa massa de braços que se oferecem, face a proletários que não dispõem de capital ou de propriedade, aos quais é negado o direito de protesto, que não têm nem bens próprios nem renda, nenhuma reserva que lhes permitiria recusar as condições que lhes são propostas. Nesse combate sem esperança, a tabela de salários será estabelecida ao preço mais baixo possível: aquele abaixo do qual a subsistência — *stricto sensu* — do operário não mais poderá ser assegurada, aquele abaixo do qual a perpetuação dessa subespécie, embora indispensável, corre o risco de ser comprometida. O proletariado almeja ultrapassar esse mínimo vital? Os salários baixos indicam que os trabalhadores são muito numerosos e que o tamanho das famílias precisa ser reduzido. Desse modo, impõe-se a resposta: é preciso diminuir o volume da massa de trabalhadores, rarefazer os braços disponíveis no mercado, restringir a natalidade. Essa solução é apenas provisória porque, melhorando os salários, sobrevém certa

fatura e, com ela, novo aumento da natalidade. Em suma: quer os salários estejam, a um dado momento, acima ou abaixo dos níveis de subsistência, eles sempre hão de tender para esse ponto e, salvo circunstâncias excepcionais e temporárias, se estabelecerão em média nesse estágio.

Eis o pobre definitivamente emparedado na sua pobreza: não será o rico que haverá de mudar essa situação. "Nenhum sacrifício possível dos ricos, particularmente em dinheiro, poderá evitar em nenhum momento a volta da miséria entre as classes inferiores da sociedade..." O rico pode tornar-se pobre, alguns pobres podem tornar-se ricos; mas, enquanto a presente proporção entre população e alimentação existir, parte da sociedade deve necessariamente sentir dificuldade para manter uma família e essa dificuldade deve naturalmente recair sobre as classes menos afortunadas. Ei-las cercadas, sem possibilidade de recurso, agrilhoadas a uma condição da qual não poderão se libertar senão alguns raros e heróicos adeptos da continência.

Se a marca da juventude é sensível na primeira versão do *Ensaio*, ela se encontra nessa implacável exigência. Sem dúvida, as intenções de Malthus eram generosas. Todas as atenuações concedidas ulteriormente a essas opiniões categóricas são prova disso. Sem dúvida, ele havia ficado profundamente decepcionado com os sonhos dos utopistas, pelas idéias filantrópicas mas imprecisas de seu próprio pai, quando ele os confrontou com a miséria de todos os dias, com a qual seu ministério o obrigava a conviver; sem dúvida ainda, a descoberta que ele acabava de fazer das causas do mal e do único remédio possível haviam assegurado a seu espírito que semelhante evidência excluía toda possibilidade de atenuação, de concessão, de fraqueza. A brutalidade, a crueldade com as quais Malthus se exprime não são contudo nada mais do que a expressão, em estado puro, de sua reação diante da enormidade das ameaças que se amontoam sobre sua própria classe ao raiar do novo século, o testemunho sensível do vigor com o qual ele se agarra à ordem estabelecida e a tudo o que é capaz de a manter.

Conscientemente ou não, Malthus construía sua doutrina como uma arma de guerra dentro do conflito social que se anunciava entre uma minoria de privilegiados e o proletariado

industrial, cuja expansão não tardaria a se manifestar. Essa preocupação essencial explica as posições tomadas pelo teólogo, o moralista utilitarista, o economista, porque elas tendem para uma mesma meta e justificam em seu setor a perenidade, a inviolabilidade do sistema econômico e social existente. A carga da carestia, a precariedade de recursos, a avareza da terra pesam sobre os ombros dos pobres, que, naturalmente, são destinados a suportá-los, como, efetivamente, aconteceu em todos os tempos. O homem enquanto homem não tem direitos: o trabalho, o casamento, a proteção das leis, a própria vida são privilégios e sanção da fortuna. O pobre, curvado sob os decretos divinos, é condenado à castidade e à virtude, sozinho frente às reações soberanas do mercado e dos preços. Ele garante com seu trabalho a remuneração “natural” do capital; enfim, ser marginal, ele vive ou morre de acordo com a impiedosa mecânica da corrida entre a população e os meios de subsistência.

Se a privação é nosso prêmio, a extrema desigualdade é sua sanção, a miséria invencível das massas, a fatalidade. Mudar as leis positivas é um logro: a propriedade individual da terra ou do capital, embora não sendo uma lei divina, é contudo uma regra social imutável. Somente ela permite a exploração máxima dos recursos: sua ausência gera a anarquia ou o despotismo; quando menos, uma diminuição catastrófica dos meios de subsistência. A repartição das riquezas deve ser confiada ao “curso natural das coisas”, ao automatismo dos mercados. Qualquer mudança que lhe altere os resultados é artificial e nociva, aumentando a miséria que se pretendia diminuir.

A ordem liberal e capitalista da economia inglesa no início de seu desenvolvimento é assim defendida em todos os seus aspectos por Malthus. Sua influência pesou grandemente nos debates políticos provocados, entre 1800 e 1830, por alguns dos graves problemas desse tempo: as leis sobre os pobres e as leis sobre o trigo, particularmente. Como todos os adeptos da filosofia do *laissez-faire*, Malthus na verdade está fascinado pelas “leis naturais”, as quais não autorizam senão as leis humanas que têm a sorte de concordar com seus pontos de vista.

Malthus parece planar sobre um novo Sinai. Ele não deixou de estabelecer sua teoria e suas leis de população “em ter-

mos de luta de classes” (Alfred Sauvy). Essa inserção numa realidade concreta cada dia mais abrasadora determinou tanto a difusão imediata de suas teses como as polêmicas violentas que elas provocaram. Nunca, talvez, um livro terá sido publicado tão a propósito. Obra de atualidade, o *Ensaio*, sem dúvida, não poderia aparecer senão nesse momento preciso, e nesse país.

3. UMA VOLTA NA HISTÓRIA

Pensado e redigido no início da nova era, quando a história da humanidade se bifurca, o *Ensaio*, com efeito, traz a marca de seu tempo e de seu momento.

Primeiro de seu tempo, desse século XVIII que confirma, na Inglaterra, a ruptura definitiva com a Idade Média, com a ordem social e econômica de um feudalismo já severamente desmantelado, pelo menos sob o ponto de vista político, desse século XVIII no qual aparecem as primícias de um mundo novo, fundado sobre o capitalismo e a indústria, que assegurará, com o progresso inegável da Inglaterra no caminho do desenvolvimento econômico, a preeminência mundial da Grã-Bretanha e de seu império.

Desse momento em diante, desses últimos anos do século, no qual se sucedem, fora da Ilha, uma série de acontecimentos maiores, cujas conseqüências sofremos ainda hoje: a independência dos Estados Unidos (1783), a Revolução Francesa (1789), o duelo entre Pitt e Napoleão, entre a Europa Continental e o reino marítimo — dentro da Ilha, uma série de crises que acompanham e manifestam na superfície as transformações de grande amplitude que se realizam em profundidade.

O irremediável desaparecimento de um sistema e de uma sociedade, o nascimento de outro tipo de organização social e de exploração da natureza se realizam de modo gradual, mais rapidamente, por certo, a partir de 1760. Essas mudanças aparecerão muito antes e mais nitidamente na Inglaterra do que em qualquer outro lugar.

Os sintomas dessa mudança, discerníveis desde 1700, manifestam-se cem anos depois, primeiro no domínio econômico,

depois no domínio demográfico e, enfim, no domínio social. Se a estabilidade do regime político provocado pela revolta de 1688 se afirma, ocorre nesse lapso de tempo uma verdadeira revolução agrícola; os alicerces da revolução industrial estão colocados, o capitalismo comercial e financeiro se estende ao conjunto da economia, a população duplica de número e dá início a um crescimento já então sem possibilidade de retorno; enfim, a estrutura e as relações das classes sociais encontram-se totalmente modificadas.

A REVOLUÇÃO AGRÁRIA

É nesse período, com efeito, que se situa uma surpreendente mudança, cuja importância não seria demais sublinhar. Pela primeira vez desde a aurora dos tempos históricos e apesar da carestia que se observa em alguns lugares, um país parece ter-se libertado da terrível e permanente obsessão da fome, da maldição milenar dos meios de subsistência. Está justamente aí, sem dúvida, a primeira e a mais essencial das revoluções, a que marca a agricultura inglesa do século XVIII.

A Reforma, mais de dois séculos antes, havia permitido a secularização da terra. Desde o século XV já se assistia ao açambarcamento dos bens de raiz, à expropriação das pequenas propriedades rurais, pelo subterfúgio do movimento das *enclosures*, em proveito dos senhores e dos grandes fazendeiros. Quando o desenvolvimento dos valados se choca, por essa época, com a hostilidade do Parlamento, ele recebe, pelo contrário, o apoio total dos poderes públicos do século XVIII e logo cresce consideravelmente: 200 *enclosures acts* de 1700 a 1760, dez vezes mais, ou seja, 2 000 *enclosures acts*, de 1760 a 1800, num total de um milhão e meio de hectares, os melhores, reagrupados em vastos domínios e subtraídos à exploração comunitária das aldeias.

A substituição da empresa privada e individual, em vista do proveito do trabalho coletivo das aldeias, que viviam numa economia fechada, a ruína das associações medievais agrárias, ordenada sobre o *open field* e as terras comunais tiveram vários

efeitos. Elas permitiram, antes de mais nada, a adoção rápida de métodos modernos, preconizados por um corpo de inovadores de valor, como Jethro Tull, Lord Thounsend ou Arthur Young; o sistema de Norfolk reuniu sob seu nome a maior parte das novas técnicas: melhoria do solo, rotação acelerada das culturas, graças ao desaparecimento dos longos períodos de repouso, introdução de novos cereais, de novas culturas, como as plantas sachadas, o trevo, as plantas de forragem. De um modo geral, constata-se um inegável salto para a frente das técnicas agrícolas e um considerável aumento das superfícies exploradas. Agricultura e criação caminham lado a lado e realizam a sua simbiose, enquanto que antes o cultivo de ervas e o pastoreio eram inconciliáveis. Conseqüentemente, assiste-se a uma melhora quantitativa e qualitativa do gado.

O ciclo agrícola parece assim fechado e capaz de uma expansão indefinida: mais colheitas permitem gado em maior número, que, por sua vez, fornece o esterco que produz colheitas ainda mais abundantes.

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A adoção dessa nova economia agrária sem dúvida teria sido impossível sem a ampliação dos valados, mas ela modificou radicalmente a sociedade rural tradicional, provocou uma miséria nunca vista na população dos campos, ao mesmo tempo que uma prosperidade até então inimaginável para os grandes proprietários. Nesse sentido a revolução industrial não teria podido ocorrer sem o precedente agrícola, e isso sob três aspectos.

Primeiro, ao aumentar consideravelmente os rendimentos agrícolas e a produtividade da terra, a revolução agrícola tornava possível a alimentação da população dos campos, que irá acumular-se nas cidades, sob o impulso do êxodo rural provocado pela expulsão dos foreiros livres, pelo desaparecimento dos usuários comunais e dos exploradores dos *open fields*. Esse movimento reforça-se sob o impulso da necessidade de mão-de-obra das cidades em vias de construção. Enquanto antes esses excessos de alimento não poderiam ser concebidos, a agricultura

inglesa conseguiu fornecer a quase totalidade dos produtos de base necessários a uma população em crescimento contínuo e isso apesar de um deslocamento muito importante da população ativa da terra em direção à indústria. É sobretudo ao aumento da produtividade que se deve esse fato capital: "Num século, de 1650 a 1750, o montante dos produtos aumenta numa proporção tão grande quanto durante os quatro séculos e meio precedentes e, de 1750 a 1800, ou seja, num meio século, se conseguirá um progresso semelhante."⁹ A produtividade do trabalho agrícola (pelo que se pode calcular) deve ter aumentado de mais de 90% durante o século XVIII, o que representa um progresso extraordinário na escala dos tempos históricos. Esse dado é confirmado pelo exame do comércio exterior dos produtos alimentícios da Inglaterra. Nessa época, isso nos causa admiração, e até em 1760, o saldo positivo das exportações de trigo e de farinha não parou de crescer, passando de 110 000 *quarters*¹⁰ no decênio de 1700-1710 para 312 *quarters* no decênio de 1750-1760. Havia, portanto, amplas disponibilidades de alimento: se as exportações de cereais se tornam insignificantes a partir de 1760, se as importações se desenvolvem a partir dessa data, só mais ou menos em 1840-1850 é que os alimentos importados tomam um lugar primordial no consumo total inglês.

Eis realizada, num curto lapso de tempo, uma modificação fundamental dos dados econômicos tradicionais e aberta a possibilidade de um desmembramento importante dos recursos em proveito dos não-produtores. Ora, sob o efeito dos mesmos movimentos, o campo inglês se esvazia, a população camponesa pobre é desligada do solo, posta em disponibilidade, pela ação da apropriação jurídica das terras e o emprego concomitante das novas técnicas. Enquanto 70% dos ativos, em 1700, ainda eram agricultores, estes não representam mais do que 37% dos trabalhadores em 1800. Os pequenos arrendatários são então trabalhadores sem terra; as aldeias se despovoam à medida que a criação do gado se desenvolve, as necessidades de mão-de-obra

(9) Bairoch, *Revolução Industrial e Subdesenvolvimento*, p. 222.

(10) 1 *quarter* = 12,685 kg.

assalariada também diminuem pelos mesmos motivos; as indústrias domésticas, notadamente as têxteis, que representam uma fonte notável de recursos extras para os camponeses, periclitam antes de desaparecer. Assim se encontra constituído o exército de reserva dos assalariados em potencial, expulsos do solo, errando de lugar em lugar à procura de um ganha-pão imediato. Em alguns decênios ocorre uma transferência de população sem precedentes. Por volta de 1790, uma força numérica considerável de mão-de-obra encontra-se à disposição do capital financeiro, cuja acumulação prossegue, enquanto simultaneamente processos técnicos de fabricação industrial estão em vias de elaboração.

Um exército de produtores, mas também de consumidores: a revolução agrícola provocou indiretamente a criação de um vasto mercado interno para os produtos manufaturados. A economia de autoconsumo, que caracterizava outrora os meios rurais, desapareceu: se o arrendatário, talvez, consumia mais do que o proletário urbano, ele contudo comprava muito pouco fora, enquanto que o assalariado industrial, se sem dúvida consome menos, tem de comprar tudo o que consome. Desse modo vai surgir o mercado interno substancial, sobre o qual poderá levantar-se a grande indústria.

A revolução industrial, que acompanha e sucede a expansão agrícola, encontra-se então em seu início. Todavia, tudo está a postos para seu desenvolvimento. Estamos habituados a partidas e a chegadas igualmente rápidas. É-nos difícil conceber que a transição da sociedade rural para a sociedade industrial na Inglaterra tenha sido gradual e, de fato, ela estendeu-se por quase 100 anos. Se situarmos em cerca de 1760 a primeira convergência coerente dos diversos fatores que constituem o fenômeno, a Inglaterra não estará industrializada senão em 1860.

Contudo, por volta de 1790, o movimento já podia ser suficientemente percebido e a transição pelo menos iniciada. A produção deveria progredir a qualquer preço, sob a pressão de uma demanda em crescimento. O fator econômico permitiu o emprego, senão a invenção, de processos técnicos novos, que sozinhos podiam fazer desaparecer os diversos funis de estrangulamento de que sofriam as indústrias ainda ligadas aos métodos de produção tradicionais.

Tomando como exemplo o algodão, é possível constatar-se a preeminência do imperativo econômico. O uso efetivo das inovações técnicas requeria um longo período prévio de crescente demanda. Se os processos de fiação mecânica do algodão foram aperfeiçoados por Kay em 1738, o emprego extensivo e o agrupamento em fábricas das máquinas de tecer e de fiar, de modo significativo, não datam senão de cerca de 1790. Contudo, o consumo do algodão bruto aumentava de 117% de 1740 a 1770, e as importações de algodão na Inglaterra cresciam de 600% entre 1780 e 1790.

Sob esse impulso irresistível, a revolução industrial se estabelece, marcada por duas ordens de fenômenos distintos mas concomitantes: o uso generalizado dos maquinismos e a adoção de novas técnicas em determinado número de setores; a concentração dos homens nas cidades e, depois, dos operários nas fábricas.

Por uma série de repercussões em cadeia, os recursos suplementares que permitem o desembaraço do aumento da produção agrícola irão dar origem a um movimento geral e cumulativo de crescimento econômico. Primeiramente, é para as roupas, o vestuário, que se dirige a procura disponível. O algodão, que se presta melhor do que qualquer outro têxtil ao trabalho mecânico, está aí para responder. A produção do fio de algodão será multiplicada por 100 entre 1720 e 1850. Em 1840, os três quartos da população ativa industrial estão empregados na indústria têxtil, e metade exclusivamente na indústria do algodão. Ao mesmo tempo, as necessidades da agricultura renovada evoluem para a siderurgia: a compra de utensílios, aros de rodas, de charruas e de ferraduras se multiplica. Sob esse primeiro impulso, as bases materiais da civilização, em alguns decênios, vão se transformar: à água e à lenha vão suceder o carvão e o ferro. Em 1750 a madeira é usada de forma intensa, não apenas como combustível, mas na maior parte das indústrias, do vidro à construção naval, passando pela siderurgia. A Inglaterra sofre então de uma verdadeira fome de madeira, que cessará bruscamente com a multiplicação dos fornos a coque. Em 1760 a Inglaterra produz 5 milhões de toneladas de carvão, 800 quilos por habitante (essa cifra só será atingida na França em 1900) enquanto o consumo do ferro aumenta de 380% de 1700

a 1805. A demanda de energia cresce também com a multiplicação das máquinas e, uma vez afastado o obstáculo do combustível, a máquina a vapor e o carvão irão substituir a água como principal fator energético. O sistema é definitivamente aperfeiçoado por Watt em 1784, com sua patente de duplo efeito. As primeiras fiações a vapor remontam a 1786 e em 1805 a máquina a vapor tornou-se de uso comum na Inglaterra. Mais tarde, os meios de transporte também melhoram: primeiro, a multiplicação dos canais, depois, a criação e o desenvolvimento da estrada de ferro suprimirão esse funil de estrangulamento.

O deslocamento da economia rural, o aparecimento da civilização industrial revolucionam não apenas as técnicas e a sociedade, mas criam, com o afluxo dos pobres e o impulso das novas cidades, uma paisagem diferente. A concentração urbana na Inglaterra já era relativamente avançada, e nessa época Londres era a maior cidade do mundo: ela contava cerca de 670 000 habitantes já em 1700. Contudo, nas bacias de carvão de pedra, ao redor dos grandes portos, nas regiões têxteis, aparecem cidades-cogumelo. Se Liverpool e Manchester tinham, cada uma, 25 000 habitantes em 1750, elas contavam mais de 100 000 por volta de 1795. Outras cidades conheciam igual exuberância, como Glasgow e Birmingham. A Inglaterra negra, a do Noroeste, se desenvolve em detrimento relativo da Inglaterra verde, a do Sudeste. O centro de gravidade econômico continua fixo em Londres. Mas a distribuição geográfica da população se inverte e confirma *in loco* a importância da revolução em curso: a população rural de 1710 a 1810 aumenta indubitavelmente de 50%; ao mesmo tempo, a Inglaterra das novas cidades aumenta de 500%, indicando muito bem, com o sentido irresistível da revolução em marcha, sua verdadeira dimensão. A essa concentração nas cidades se associam o nascimento da grande usina, o ajuntamento de elevado número de operários nas manufaturas, permitindo uma divisão dinâmica do trabalho. A fábrica de Boulton, em Soho, em 1785, tinha cinco grandes corpos de edifícios, que reuniam mais de 600 operários. A indústria têxtil e a nova siderurgia se organizam e se desenvolvem, graças à produção em massa em centros de fabricação cada vez mais complexos, cada vez mais numerosos e possantes, ao mesmo

tempo em que proliferam a seu lado os casebres, que formam então sua inevitável contrapartida.

Concentração urbana, concentração operária, mas também concentração financeira e comercial, que dominam o impulso do capitalismo liberal. Nisso, ainda, a Inglaterra mostra o caminho. Voltada para o mar, dispendo de um imenso império colonial, centro do comércio mundial, a Inglaterra baseia sua riqueza no comércio, na permuta e no poderio financeiro. Com o comércio alimentando o crédito e dele se aproveitando, funda-se o Banco Central de Londres em 1695. Em 1793 cada cidade inglesa de importância média tem seu banco. A acumulação do capital aumenta com os altos lucros da agricultura renovada e da indústria em expansão. Por volta de 1800, o capitalismo está a postos, ao mesmo tempo em que os elementos da grande indústria encontram-se reunidos.

A REVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

Mais insidioso, mais evidente do que os movimentos precedentes, porém tão cheio de conseqüências para o futuro, imediato ou próximo, surge outro fenômeno, cujos sintomas se tornam sensíveis no fim do século XVIII — e para esse reconhecimento a importância do *Ensaio* foi grande. Em sessenta anos a população inglesa testemunha uma dupla transformação: em primeiro lugar, renovação de estrutura, com a passagem de um tipo demográfico restrito e submisso para uma população enfim liberta dos obstáculos tradicionais; modificação de volume, enfim, que permite um crescimento constante, passando a população inglesa de 5 milhões de habitantes, em 1700, a 8 milhões em 1790. É nesta época, com efeito, que se situa a primeira revolução demográfica, que duplicará a expansão agrícola e industrial com um impulso humano de grande amplitude.

Em 1750 a população inglesa muda definitivamente de tipo e é efetivamente libertada do ciclo demográfico tradicional, cujas fatalidades são bastante conhecidas. Enquanto a população da Europa variou pouco, no que diz respeito à quantidade, do século XIII ao início do século XVIII, esta estabilidade não significou imutabilidade. Bem pelo contrário, ela conheceu varia-

ções de grande amplitude, marcadas por crises e catástrofes que, em alguns anos, cavaram verdadeiros abismos demográficos. A tríade da fome, das epidemias e da guerra faz recair em cheio sua maldição diante da rigidez da oferta: a pouca elasticidade existente entre recursos e população provoca terríveis ondas de mortalidade. Diminuída assim a pressão da procura, a natalidade, então perto do nível biológico, preenchia rapidamente os vazios para atingir um teto demográfico irremediavelmente fixado pelos limites dos meios de subsistência, por sua vez tributários de um nível tecnológico tradicional.

Os meados do século XVIII vêem na Inglaterra a manifestação desse sistema: a continuidade "natural" é detida. Não são os nascimentos que se multiplicam: acabamos de vê-lo, eles estavam perto de sua taxa máxima; é a mortalidade que diminui em consequência da melhora dos recursos, é a vida humana que se prolonga e, em consequência, tem início um aumento vagaroso mas constante — e aí está sua característica principal — da população. Bruscos aumentos já eram conhecidos na história; este, como os precedentes, não poderia ter sido senão um dos avatares do ciclo normal: a persistência através dos anos de crescimento permite constatar que não se trata de uma variação causadora das repentinas recaídas demográficas tradicionais, mas de uma profunda ruptura face às fatalidades históricas. É o advento de um novo tipo de população.

Esta revolução, contudo, liga-se à dos séculos anteriores, porque o mecanismo da alta em nada difere dos precedentes. É sempre o fator econômico que age essencialmente, é a abundância dos recursos que desencadeia e condiciona a progressão demográfica, permitindo a redução da mortalidade, único regulador do equilíbrio. Nesse sentido, é exato que, se se pode datar de 1730 a revolução demográfica inglesa, registrou-se durante os três decênios anteriores o crescimento sensível da produção agrícola e das disponibilidades alimentares que acabamos de evocar. O verdadeiro milagre é que essa progressão vai prosseguir, sem solução de continuidade, através do século e que, mais tarde, os funis de estrangulamento, as rupturas previsíveis desaparecerão graças às mudanças sucessivas das chances históricas: a conquista de novas terras, a emigração, o envio maciço de provisões dos continentes de além-mar. Ao mesmo tempo,

uma nova revolução demográfica vai se completar e a ruptura com o regime demográfico tradicional vai ser definitiva desde que, de uma parte, a influência da medicina (ainda em 1800 quase que inteiramente ineficaz) tomará o lugar do papel antes assumido pelos meios de subsistência para reduzir a mortalidade, e desde que, por outro lado, a diminuição voluntária dos nascimentos criará um problema demográfico de sentido inteiramente diverso.

À espera de que o movimento se acelere, o desencadeamento demográfico se inicia por volta de 1700 na Inglaterra e leva a uma progressão sem paradas bruscas da expansão numérica sob a influência da extraordinária multiplicação dos recursos. Esse crescimento ininterrupto foi percebido pelos contemporâneos sem que eles, contudo, tenham descoberto o sentido da importância dessa evolução. Foi preciso esperar por Malthus para que a opinião pública a compreendesse e passasse a reagir. Foi preciso esperar pelo recenseamento de 1801 — o primeiro na Inglaterra — para que dados numéricos exatos o determinem. Toda a Europa, aliás, encontra-se presa da mesma exuberância e sujeita às mesmas forças: a França passa de 1700 a 1790 de 18 para 26 milhões de habitantes; a Itália, de 11 para 18 milhões; a Europa em conjunto, de 128 milhões em 1700 para 187 milhões em 1800.

Rápida e brutal aos olhos da história, convém sublinhar de que modo esse impulso demográfico, considerado em 1972, parece lento e modesto. Atualmente, considera-se moderado um crescimento demográfico de 1%. A taxa média anual de crescimento da população inglesa não chegou a ultrapassar essa taxa: de 1760 a 1860, foi de 1,1%, mas de 1710 a 1760 foi de apenas 0,2%, o que, aliás, evidencia, se disso houvesse necessidade, a primazia do fator econômico sobre o fator demográfico nessa época. Seja como for, a cesura com o passado não deixou de ocorrer; as barreiras, até então intransponíveis, foram derrubadas e a população inglesa passa a crescer de modo contínuo.

As repercussões da revolução demográfica são inúmeras. Se ela marca seu século com o selo de seu dinamismo, as compensações são igualmente claras. A vivacidade do impulso

econômico é tal que a transformação demográfica também é acelerada, de modo indireto, por exemplo, com o trabalho das crianças que, em certos casos — na indústria têxtil, principalmente — fornecem mais de um terço da mão-de-obra empregada. O prolongamento da vida humana causa o desconcerto da coletividade familiar antiga, e leva igualmente à introdução da previdência e do cálculo, tanto na conduta sexual quanto nas perspectivas da vida social, no sentido de poupança, etc.

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Fundamentalmente, as estruturas sociais é que irão sofrer os mais rudes ataques, as transformações mais importantes. Com efeito, as classes pobres, em primeiro lugar, se beneficiam com a melhora da alimentação e com a conseqüente diminuição da mortalidade. A relativa abundância tem imediatamente mais repercursões sobre essa maioria da sociedade, que até então não se alimentava de acordo com a fome que sentia. A diminuição da carestia alimentar provoca um afluxo de população nas classes populares. Todos os jovens que antes teriam sido ceifados pela fome e as epidemias vão formar a massa desse proletariado rural mais urbano, de cujo aparecimento fizemos menção anteriormente. Se esse aumento numérico dos pobres alimenta e ultrapassa as necessidades de mão-de-obra das cidades e das fábricas, a expansão desordenada de um de seus termos vai destruir o equilíbrio tradicional da sociedade inglesa.

Se nessa época vive um maior número de homens, falta muito para que eles vivam melhor do que seus antepassados. A sobrecarga demográfica continua a ser um dado permanente do século XVIII, como dos séculos precedentes, sobretudo entre os deserdados que, reduzidos a um nível de existência muito baixo, mais sobrevivem do que propriamente vivem: particularmente no campo, ou sujeitos ao aumento da população, à exploração da família, à política das *enclosures*, bom número de lares camponeses não possuem sequer um domicílio. Isso é também verdadeiro em relação ao continente onde, às vésperas da Revolução, mais de três quartos das aldeias vizinhas de Versalhes nada possuíam de próprio, nem mesmo uma palhoça. “A população aumenta aqui tão depressa que as crianças e os porcos fervei-

lham por todos os cantos”, escrevia Young durante uma viagem pelo Lincolnshire. “O número de nossos filhos nos desespera; não temos com que alimentá-los, vesti-los...”, dizem no seu livro de queixas os aldeões do bailiado de Chalons. A miséria do camponês se faz sentir tanto mais pelo fato de ela ser agravada pela contradição entre um duplo movimento simultâneo: diminuição da pequena propriedade e um impulso demográfico sem precedentes.

Se o êxodo rural drena na direção das cidades essa massa de deserdados, sem trabalho e instável, nem por isso ela encontrará ali um nível de vida superior. Nisso também todos os testemunhos concordam em prestar conta das terríveis condições às quais está sujeita a parte da população privilegiada que dispõe de trabalho. Privilegiada, sem dúvida, em relação a todos aqueles que vivem completamente à margem da sociedade e cuja importância, agora, mal podemos aquilatar. O fenômeno é tanto rural quanto urbano e o excedente de populações apresenta-se aí sob formas brutais: vadios, vagabundos, grandes bandos, ladrões e bandidos — mendigos por toda parte. Nos campos do norte da França um décimo da população só subsiste a cada ano a poder de esmolas; nas cidades inglesas avalia-se em mais de 15% a parte da população que vive unicamente da caridade.

Diante dessa extensão do pauperismo a Inglaterra reagiu, opondo ao aumento da miséria o renascimento de uma antiga tradição, de uma obrigação que parece arcaica face ao capitalismo nascente: o dever de assistência, que implica no direito a todos os meios de subsistência. A lei dos pobres remonta a 1536 e, através de muitas vicissitudes, impõe às paróquias a regra do socorro aos indigentes. O *Speenhamld System* subordina, em 1795, o montante da assistência ao preço do pão e ao número dos filhos na família. Pitt, em 1796, apresenta um projeto de lei destinado a generalizar esse sistema, e a primeira obra de Malthus é a favor dessa decisão. É-nos difícil verificar a amplitude tomada pela lei dos pobres e as medidas de assistência: mais de um milhão e meio de pessoas foram beneficiadas por ela por volta de 1750, ou seja, um quinto da população. Além da extensão do mal, o volume dos socorros atesta o medo das classes dirigentes diante das novas idéias que ameaçam conta-

minar as massas famintas. Este é também o preço pago pelos burgueses e aristocratas para a consolidação da indústria nascente e a manutenção do alto preço do trigo, tão proveitoso para os proprietários dos bens de raiz. Meia-medida destinada a tornar a miséria suportável sem a suprimir, para garantir-se contra as desordens que uma situação por demais intolerável correria o risco de criar, a lei dos pobres causou tanta pobreza quanto a que mitigou. Compensando em princípio a insuficiência dos salários, ela permite que os patrões os mantenham no nível mais baixo.

No transcorrer dos anos seguintes, o ponto de vista econômico prevalecerá sobre as preocupações sociais, e a lei dos pobres será suprimida. A ação de Malthus será decisiva na matéria. Na verdade, essas medidas, arcaicas em seu espírito e em sua aplicação, estavam igualmente fora de moda em relação às transformações que se iam realizando. Em todo caso, elas eram um testemunho do pragmatismo profundo do regime inglês, que continua dominado por um sistema político sólido e profundamente oligárquico. Os grandes proprietários controlam o Parlamento, o governo, toda a máquina administrativa, nacional ou local... Os direitos e os privilégios estão ligados à posse da terra, dos bens imóveis. Esse país legal compõe-se de 450 000 pessoas ricas, as únicas titulares do direito de voto, e os pobres, que não constituem "sujeito" do direito eleitoral, são muitas vezes simplesmente rejeitados pelo direito comum. À esse respeito, nada mais singular do que a evolução das leis inglesas sobre a caça furtiva em terreno vedado, cujas sanções foram sucessivamente agravadas de 1770 a 1817, ao mesmo tempo em que a penúria dos camponeses fazia da caça o objeto de uma crescente cobiça.

Grandes proprietários e industriais podiam ter interesses divergentes, uns advogando em favor de uma melhoria das condições do trabalho operário, os demais reclamando a abolição das leis sobre o trigo, que restringiam a importação desse cereal, encarecendo conseqüentemente o preço da alimentação e impedindo uma redução dos salários. Todos, contudo, se entendem de fato pelo subterfúgio de um compromisso cuja solidez lógica é de pouco peso em face de sua evidente utilidade: o apelo às leis do *laissez-faire*. Esses princípios formam

então um dogma intangível, segundo o qual cada indivíduo, ao buscar seu próprio interesse, estará contribuindo para o bem geral, sendo essencial que o Estado deixe de intervir seja no que for no imenso domínio econômico e social então "reservado" unicamente aos dirigentes. Duas exceções, contudo, e de importância: a interdição legal feita aos operários de se agruparem, de se unirem para movimentos de reivindicação; e também a interdição legal do trigo estrangeiro, de onde o sobrepreço dado aos cereais nacionais.

Certa hipocrisia intelectual, a rigidez do quadro jurídico, a estabilidade do corpo político não podiam por isso dissimular e conter os movimentos de fundo que agitavam a Inglaterra. O antigo sistema estala por todos os lados sob a pressão de uma crise interna das estruturas, sob a pressão também dos fenômenos exteriores, que irão precipitar a evolução e revelar-lhe o sentido.

A hora de Malthus se aproxima num clima de perturbações: demográficas, econômicas, sociais; ela soa em meio à desordem e às revoltas, num período que justifica tanto o aparecimento do *Ensaio* como o imediato interesse que ele desperta.

MISÉRIA E REVOLTAS

Algumas dezenas de anos se passam então numa profunda depressão, durante a qual uma pobreza, até então suportável, se transforma numa profunda miséria. Sem dúvida, jamais a história da Inglaterra foi tão marcada, como nessa época, por uma série de acontecimentos adversos, de provações, cuja conjunção, em outros lugares, teria sido intolerável.

De 1789 a 1814 o abastecimento das populações é gravemente comprometido por uma série excepcional de más colheitas, que se sucedem quase sem interrupção. Como causa, as condições climáticas, com invernos muito severos, verões muito frios e chuvosos. Em determinados anos a insuficiência do abastecimento de cereais é extrema: 1795, 1799, 1800, 1810, 1811 e 1812. Durante dezesseis anos, essas quedas de produção, repetidas a pequenos intervalos, criam uma psicose de fome. O

pânico aumentou ainda, e bastante justificadamente, com a guerra e o rigoroso bloqueio, que comprometiam as possibilidades de importação. Com efeito, as fontes de compra de cereais estavam quase que unicamente situadas na Europa, nas quais as variações de clima não eram em nada diferentes das da Inglaterra. O aumento da produtividade agrícola não podia compensar essa dupla desvantagem, tanto mais pronunciada quanto ao mesmo tempo a procura havia aumentado pelo aumento da população, enquanto que a oferta se reduzia à medida que a guerra se estendia a toda a Europa, isolando completamente a Inglaterra, durante alguns anos, do único celeiro existente.

Nessa atmosfera de incerteza e de medo a concorrência também se põe em pânico. Constata-se uma alta geral dos preços, particularmente sensível sobre os víveres, que atingirá um nível excepcionalmente elevado nos fins do século. Em 1792 o trigo custa 45 *shillings*, em 1796 ele é vendido a 80 *shillings* e a 128 *shillings* em 1801. Todos os gêneros de primeira necessidade participam do mesmo movimento e calcula-se que o índice global do custo de vida passe de 85, em 1788, para 137 em 1805 (base 1850 = 100). A situação da moeda é outra causa da alta dos preços. Emissões sucessivas de papel-moeda provocam em 1793 a suspensão dos pagamentos de 100 bancos provinciais. Em 1797, sob a ameaça da invasão, a retirada dos depósitos se precipita e a aceleração se torna tal que Pitt tem de autorizar o Banco da Inglaterra a suspender todos os pagamentos em dinheiro. A cobertura-ouro só será restabelecida em 1821. Falências e ruínas provocam uma perda de confiança na moeda à procura de bens reais, mais remuneradores e mais seguros, e as terras quadruplicam de preço entre 1780 e 1800.

A carga principal do encarecimento era suportada, em primeiro lugar, pelas classes pobres, reduzidas a um nível de vida precário, cujos elementos mais indispensáveis sofreram a alta de preços mais violenta. Os salários, efetivamente, foram aumentados em 1795, em 1796 e em 1801, e duplicam praticamente entre 1770 e 1800, sobretudo na indústria. Contudo, no final das contas, eles se dobram ante a fogueira dos preços, e a miséria se acentua: "A escassez, no fim do século, produziu uma terrível recrudescência de pauperismo... a crise que a Ingla-

terra atravessava então havia apagado, por assim dizer, a linha de demarcação entre a pobreza e a indigência." ¹¹

O balanço final desse período é sombrio. Levando-se em conta as dificuldades de uma interpretação estatística exata, estima-se que de 1770 a 1798 a renda nacional por habitante, a preços constantes, havia baixado de 20%. A renda global, por certo, aumentou nesse mesmo espaço de tempo, mas essa progressão foi aniquilada, e ultrapassada, pelo rápido crescimento da população. Se, como é provável, a desigualdade das rendas aumentou, o povo sofreu uma baixa real e sensível em seus rendimentos. É preciso esperar por 1845 para que a renda por habitante alcance a renda atingida antes, em 1770: essa regressão de mais de cinquenta anos foi o cruel preço pago pela vitória sobre Napoleão e a construção da nova Inglaterra.

Todos esses sofrimentos não se acumulam nem se prolongam sem reações. Subjacente, explodindo por instantes em bruscos incêndios, a cólera popular e a agitação social dominam essa época: revoltas rurais, provocadas pela greve e a fome, em 1795; revoltas citadinas, provocadas pelos salários baixos e a fome, em Londres, em Birmingham, em Dundee, em 1794 e 1795; sublevações dentro do exército; ¹² crises sociais gerais de 1799 a 1800; posteriormente, o movimento dos luditas, os depredadores de máquinas, e as revoltas camponesas de 1816. O *habeas-corpus* é suspenso em 1794 por oito anos e as tropas ocupam a maior parte das novas zonas industriais, como se se tratasse de países conquistados. Fazendo uso da repressão, o governo também usa do paternalismo, e em 1796 Pitt generaliza a lei dos pobres (o sistema de Speenhamland — a *cow-money clause*) reforçando assim o regime oligárquico mediante uma concessão vinda bem a tempo.

Bem a tempo, com efeito, porque à crise social interior se junta e se alia uma onda de fundo, vinda do exterior. Essa conjunção sacudirá durante 15 anos a Inglaterra, a Europa, o mundo

(11) P. Mantoux, *La Révolution industrielle au XVIIIe. siècle*, p. 457, citado por J. Stassart, *Malthus et la population*, p. 37.

(12) Motim da frota em 1797, rebelião na Irlanda em 1798.

inteiro. O grande medo que se apodera das classes abastadas britânicas tem sua origem direta na Revolução Francesa, nas conseqüências inimagináveis por ela provocadas. De 1793 a 1815 a Inglaterra será a cravelha-mestra da luta contra a revolução, da guerra contra a nova Europa. Com isso ela defende primeiramente sua posição privilegiada no mundo e luta para manter a qualquer preço a preeminência de sua atividade industrial e comercial; ela se defende também contra a asfixia, que ameaça provocar a diminuição de suas exportações, e contra o isolamento forçado, provocado pelas decisões econômicas da Convenção e, depois, pelo bloqueio do Império. Enfim, a independência americana de 1783 havia deixado um traço profundo e a Inglaterra procurava reconstituir, às expensas da França e da Espanha, o imenso império colonial que, alguns anos antes, lhe havia escapado.

O essencial do combate, contudo, está localizado em outro lugar. O medo provocado pelo contágio da Revolução que se propaga pelo continente é reforçado pelo terror de que ocorra uma revolta popular na própria ilha. Pitt, apoiado por grande parte da opinião pública, persegue impiedosamente todos os que se exprimem ou se manifestam em favor das idéias liberais, todos os que, pouco ou muito, se inclinam em favor das idéias francesas. Insurreições, revoltas, greves e motins, por mais justificados que sejam pela miséria e o sofrimento que os provocam, são impiedosamente esmagados. A tradição de tolerância, o equilíbrio do regime representativo, que marcavam a vida pública da Inglaterra e lhe conferiam até então seu valor exemplar, são esquecidos diante da ameaça suscitada pela maré montante da revolução.

Para que esse medo se atenuar, será preciso que a Revolução e a França sejam definitivamente esmagadas. Por esse motivo, os raros períodos de paz dessa época não passarão de tréguas. A guerra é melhor que um compromisso e Pitt, e, depois, seus sucessores levarão até o fim a cruzada criada pelo furor jacobino. O próprio Pitt explica o motivo dessa belicosidade: "Apenas estabelecida a paz, os franceses circulariam entre nossos pobres, entre nossos trabalhadores, entre nossos operários, para lhes ensinar a doutrina da liberdade e da igualdade. Eles lhes mostrariam com o dedo os palácios dourados

dos ricos, dizendo-lhes que é preciso pilhá-los e demoli-los em proveito dos pobres."

Cada adversário, nesse duelo sem piedade, usa dos meios conformes às suas concepções. Os coligados, sustentáculo da sociedade tradicional e da antiga ordem, não dirigem essa guerra, como não dirigiriam as anteriores: guerra dos reis e dos príncipes, guerra dos mercenários, guerra mercantil. A França revolucionária prefigura os grandes conflitos do século XX, pondo em prática a mobilização total e permanente dos homens e dos recursos, levantando contra os tiranos e os ricos a nação em armas.

Verdadeiro conflito armado em níveis nacionais e continentais, a guerra opõe formas radicalmente diferentes para a organização do mundo. A aspereza da luta é explicada pela importância do que estava em risco. Pitt, também nisso, coloca em plena luz o sentido do combate: "É uma questão de vida ou de morte para a civilização... para a salvação da Europa e da sociedade civil. Deveremos estar decididos a uma longa guerra, a uma guerra sem remissão, até a extinção do flagelo."

Com efeito, o flagelo será arrasado, mas por forças à sua altura: o território e o povo russos, o sobressalto nacional da Europa, o poderio financeiro e marítimo da Grã-Bretanha.

A VOGA DO "ENSAIO"

Às inquietações suscitadas por esses perigos terríveis, a doutrina de Malthus responde à perfeição. Nesse sentido, a voga do *Ensaio*, o grande número de adeptos que ele consegue não poderiam espantar. A Revolução Francesa, no desenvolvimento de sua lógica impiedosa, dissipava todas as ilusões. As confusões não eram aceitas e as convicções deviam se afirmar. Os espíritos generosos, progressistas e liberais, discípulos dos filósofos, depois de terem aplaudido, nas primeiras horas, a Revolução, renegavam-na em seu paroxismo. Por sua vez, os conservadores viam acontecer o que eles sempre haviam predito. A uns como a outros, Malthus apresenta a teoria que responde às suas preocupações; fala a linguagem que eles esperavam ouvir. O progresso, o otimismo devem ceder diante da fatalidade das leis eternas de nossa natureza e de nossa condição. A humanidade ultrapassou os limites de seus poderes e recebe hoje o

justo castigo de seu orgulho cego. Diante da subversão internacional, diante da agitação criada pela indústria, Malthus assegurava à opinião tradicional que, efetivamente, a ordem estabelecida devia subsistir, que somente as instituições existentes protegiam a Inglaterra de desordens ainda mais graves. A propriedade privada, os privilégios postos em perigo encontravam em seu livro justificações oportunas. Enfim, justamente quando os pobres se tornavam um pesado encargo, Malthus prova a ineficácia total da assistência que lhes é dispensada, denunciando-as como únicas responsáveis pela própria desgraça. Com o mesmo golpe, ele absolve as classes abastadas dessa maldição, dispensando-as de esforços, cuja inutilidade já estava provada, em favor das classes miseráveis.

Embora seus pontos de vista não fossem particularmente originais,¹³ eles pareciam contudo aplicar-se exatamente aos problemas suscitados por esse período confuso. Eles respondiam a uma verdadeira necessidade intelectual, ao assegurar, ao permitir a uma determinada categoria social acreditar naquilo em que ela efetivamente desejava acreditar, com todas as suas forças. Nesse sentido, era a revelação esperada, o livro do momento, de onde seu sucesso imediato.

É muito normal que a Inglaterra seja o local dessa revelação. Ela o deve sem dúvida à precocidade de seu *take off* econômico em relação às outras nações. O caráter turvo, o balanço irrisório da Revolução Francesa sob o ponto de vista econômico e social constituem uma boa explicação para isso. Era na Inglaterra, e não em qualquer outro lugar, que se sentia mais vivamente e mais diretamente a mudança prestes a se tornar realidade. Era também na Inglaterra que o regime demo-

(13) Todos os tempos, ou quase todos, estudaram os problemas de população, quer por motivos religiosos, quer por motivos políticos. Sem remontar tão longe quanto a Platão e a Aristóteles, é possível encontrar, esparsas e sem relevo, as idéias de Malthus em Botero, em Sir Walter Raleigh, em Francis Bacon, em John Graunt, em Sir Matthew Hale, em Benjamin Franklin, em Sussmich, em Sir James Stewart, em Hume e em Wallace, em Joseph Townsend, sem nos esquecermos de Adam Smith e A. Young. O merecimento de Malthus foi fazer a síntese dessas idéias, com grande largueza de vistas e uma força demonstrativa jamais atingida nem por seus predecessores nem por seus contemporâneos.

gráfico milenar começava a ceder; era lá que o crescimento da população se revestia, ao mesmo tempo, de seus novos caracteres e alcançava sua maior amplitude.

Enfim, o sentimento insular não pode ser negligenciado. Privilégio, talvez, mas nesse momento fonte de dificuldades crescentes, o isolamento da Inglaterra tornava mais evidente e mais premente o problema dos meios de subsistência. Ele perseguia há muito tempo o pensamento dos economistas ingleses e o pessimismo malthusiano é, sob esse ângulo, "um traço essencialmente britânico da escola clássica e uma espécie de reflexo natural por parte de pessoas que habitavam o espaço limitado de uma ilha".¹⁴ Malthus considerará com uma atenção particular o caso e o exemplo das ilhas, que oferecem um lugar de demonstração privilegiada para sua tese.

MALTHUS E A IDEOLOGIA BURGUESA

No quadro geral da tríplice transformação econômica, demográfica e social, sob a ameaça imediata de uma guerra ao mesmo tempo social e nacional, um profundo sentimento de insegurança se difunde entre a fechada oligarquia inglesa. Sua consciência de classe se afirma diante do perigo, delineia-se uma reação profunda e ela se manifesta por um endurecimento frente aos ataques sofridos. O reflexo ideológico de defesa, representado pela obra de Joseph de Maistre, de Bonald, de Burke e de Haller, conhecerá com Malthus seu verdadeiro precursor e um de seus epígonos. A derrota da França e da Europa, depois de um quarto de século de acontecimentos "monstruosos", o esmagamento do ímpio, exprimindo-se positivamente pela criação de uma gargalheira institucional e doutrinal, que deve afastar para sempre o retorno da revolução: a Restauração e a Santa Aliança. Primeiro, e Metternich o dirá, é o século XVIII que é varrido. "Século de irreligião... ele é o grande culpado, por desprezar tudo o que a sabedoria humana reconheceu como ligado a princípios eternos morais." Contra a razão, contra o progresso, contra o otimismo, contra o partido do movimento, baseado no

(14) F. Trexoux, prefácio aos *Textes choisis de Stuart Mill*.

homem e na confiança em seu destino, as elites restauradas impõem suas interdições, seu pessimismo e sua desconfiança, seu imobilismo, o retorno à ordem divina imutável, que congelará no passado o partido da resistência. Os autores que acabamos de citar retomavam no domínio político as idéias que Malthus havia posto tão claramente em evidência no plano econômico. A burguesia admitirá de roldão os caracteres de eternidade e de necessidade das implacáveis condenações emitidas por Malthus, opondo, a qualquer tentativa de intervenção, as leis da natureza, ditadas por Deus. No momento em que a classe operária ainda era incapaz de definir claramente e de exprimir o sentido de sua própria reivindicação, o aparato ideológico da burguesia já está constituído, em profundo acordo com as teses da aristocracia dos proprietários rurais.

Malthus, por sua argumentação intransigente, terá bloqueado a possibilidade de diálogo entre proprietários e proletários, as possibilidades de adaptação de uma flagrante desigualdade social, preço pago pelo desenvolvimento do regime capitalista. Sua imediata popularidade e a persistência de sua influência no curso do século XIX significam, da parte do autor e de seus partidários, a recusa da mobilidade inerente à civilização industrial, a adesão irracional aos valores de uma ordem e de uma sociedade ultrapassada, a negação mesma da história. Sob esse aspecto, o *Ensaio*, diretamente inspirado pelo meio e pelos acontecimentos vividos por seu autor, é também uma das manifestações mais precoces e mais evidentes desse bloqueio intelectual que, desde o primeiro quarto do século XIX, iria minar e frear a expansão dominadora da burguesia européia.

Mas, se a forma do *Ensaio*, assim como seu fundo, prestavam-se facilmente à defesa ideológica de determinadas classes sociais inglesas, a obra de Malthus, tanto quanto sua personalidade, não poderia reduzir-se a esse aspecto. Vimos as perguntas precisas e temíveis que o *Ensaio* faz, enfim, a todas as sociedades e que podem ser lembradas em algumas palavras: equilíbrio ou crescimento, relações entre o desenvolvimento econômico e o crescimento demográfico. Essas indagações continuam a ser feitas em nossos dias, tanto nos países desenvolvidos quanto nos do terceiro mundo. Contudo, são numerosas

as hipóteses de Malthus que foram invalidadas. De onde vem então essa espécie de verdade que captamos através do *Ensaio* e que torna Malthus, ainda hoje, atraente?

Antes de tentar avaliar a atualidade do *Ensaio*, é bom lembrar que Malthus não foi apenas o pai da demografia. Ele foi também, e talvez sobretudo, um grande economista. E é nos *Princípios de Economia Política* e na correspondência que ele trocou por ocasião de sua publicação, que se percebem as particularidades do método malthusiano. Sua filosofia, problemática e método aparecem talvez mais claramente nos *Princípios* do que nos *Ensaio*s. Com efeito, Malthus “responde” em sua obra aos fundadores da economia política: Smith, Jean-Baptiste Say, Ricardo. Ele é levado a precisar em quê sua abordagem é diferente da deles. Enquanto nos *Ensaio*s tratava-se de colocar em forma uma idéia, para com ela argumentar, os *Princípios* constituem uma verdadeira construção teórica, cujo exame permite precisar a silhueta de Malthus e, em certa medida, atualizar-lhe a obra.

4. DA DEMOGRAFIA À ECONOMIA

O público contemporâneo não conhece de Malthus senão o demógrafo. Malthus e o malthusianismo evocam sobretudo as práticas restritivas, em particular no domínio demográfico. Em contrapartida, o aspecto econômico da obra de Malthus é muito mal conhecido, apesar dos esforços de Keynes. Contudo, a vida e a obra de Malthus não deixam nenhuma dúvida: ele foi um economista. Aliás, escreve Robert L. Heilbroner,¹⁵ ele foi o primeiro economista profissional. Nomeado em 1805 professor de economia política pela Companhia das Índias, ele ensinou em Haileybury, numa escola destinada a formar administradores para as colônias. Ele já o era quando foi publicada a primeira edição do *Ensaio*, em 1798. Mas, desde 1800, ao mesmo tempo em que termina a segunda edição do *Ensaio*, ele se dedica aos estudos econômicos. É preciso dizer que a época em que viveu dava motivo para suas preocupações. As conseqüências da revolução industrial atingiam quase todas as classes sociais. A alta do preço do trigo, os problemas da pobreza, se se pode dizer, estavam “na primeira página” dos jornais da época. Em lugar de se refugiar nas pesquisas acadêmicas, são esses os dois temas que o pastor vai atacar de frente. Baseando em sólidas análises teóricas suas firmes tomadas de posição, de 1800 a 1815 ele publica opúsculos cujo estilo já deixa pressentir o dos *Princípios*.

(15) *Les grands économistes*, Paris, Seuil, 1971.

A OBRA ECONÔMICA DE MALTHUS

A propósito da legislação sobre os pobres, ele publica em 1807 as *Observações a Samuel Whitbread Sobre Seu Projeto que Tende a Modificar a Lei dos Pobres*. Sobre o problema dos gêneros alimentícios e da produção agrícola, ele escreve *O Alto Preço dos Meios de Subsistência*, em 1800, *Observações a Respeito das Leis do Trigo*, em 1814, *Fundamentos de um Parecer Sobre a Política que Limita a Importação do Trigo Estrangeiro e Pesquisa Sobre a Natureza e o Progresso da Renda*, em 1815. Esse último título evoca bem o gênero de trabalho a que se entrega Malthus: exame da realidade econômica e tentativa de interpretação dos fenômenos observados a partir de uma teoria explicativa. Em seus primeiros escritos, esse trabalho lhe serve sobretudo para fornecer argumentos para suas tomadas de posição em matéria de economia política.

Seus contatos com Ricardo, que conhecia desde 1809, parecem ter dado a Malthus uma orientação mais teórica. Isso não quer dizer, nós o veremos, que ele se refugie num sistema conceitual abstrato, mas que ele talvez recue um pouco mais em relação à política conjectural, em proveito de uma análise econômica mais aprofundada. Ricardo publica seus *Princípios de Economia Política* em 1817. Malthus responde-lhe em 1820, publicando os seus *Princípios de Economia Política Considerados do Ponto de Vista de Sua Aplicação Prática*. Ricardo redargüirá imediatamente, fazendo aparecer uma edição anotada da obra de Malthus, na qual ele refuta os “erros” do pastor.

A reflexão de Malthus, estimulada por esse diálogo, produzirá ainda *A Medida do Valor*, em 1823, e as *Definições em Economia Política*, em 1827, obra na qual Malthus mostra essa preocupação de rigor “que deve guiar a economia política”. Ele trabalhará ainda numa segunda edição dos *Princípios*, que só aparecerá em 1836, dois anos depois de sua morte. Essa segunda edição será completada por escritos precedentes sobre a renda, a medida do valor, e alimentada pela correspondência com Ricardo e J.-B. Say. Pode-se encontrar aí o essencial da obra econômica de Malthus.

Que procurava Malthus ao publicar os *Princípios*? Ele próprio escreve que, depois de ter querido mostrar no *Ensaio* as causas que mantêm a população ao nível dos meios de abastecimento existentes, ele se propõe indicar as causas que influenciam esse abastecimento e o aumentam. De fato, a pesquisa das causas do aumento da riqueza leva-o a estudar os fundamentos do valor, dos preços e dos rendimentos. Não se pode negar que os *Princípios* tenham constituído um desenvolvimento teórico do *Ensaio*. Contudo, a forma que Malthus deu a essa obra de economia política provém indubitavelmente de uma referência à obra de Ricardo. Malthus, desde o *Ensaio*, tinha o projeto de uma obra geral de economia. Mas foi necessária a publicação dos *Princípios de Economia Política* de Ricardo para concretizar essa intenção. Malthus escrevia a Ricardo em 1817: "Tenho em vista uma obra da qual acho que lhe falei. Quero responder-lhe, sem que isso tenha o aspecto de uma controvérsia..."¹⁶

DEMÓGRAFO OU ECONOMISTA?

Os *Princípios*, é preciso reconhecer, não tiveram e não têm o sucesso do *Ensaio*. Malthus, portanto, seria melhor demógrafo do que economista? Em primeiro lugar, é preciso dizer que Malthus não poderia fazer a si mesmo essa pergunta. A demografia ainda não havia visto a luz do dia como ciência, enquanto que a economia política já tinha suas cartas de nobreza. É certo que os dois aspectos, demográfico e econômico, estão intimamente ligados na obra de Malthus. A razão disso não é apenas pelo fato de a demografia, que então não era uma ciência, invadir necessariamente disciplinas já constituídas, e em particular a economia. Ou antes, se houve essa diferenciação, ela tomou formas que é interessante assinalar.

Em primeiro lugar, é preciso citar a apresentação lógica feita pelo próprio Malthus ao livro II dos *Princípios*: "Numa

(16) *The works and correspondence of David Ricardo*, Editadas por Piero Sraffa, vol. II, Cambridge University Press, 1957, Introdução, p. IX.

obra anterior, procurei quais eram as causas que, na realidade, mantêm a população ao nível dos meios de abastecimento existentes. Minha intenção, agora, é indicar quais são as causas principais que influem sobre esse abastecimento, ou que desenvolvem o poderio da produção sob uma forma de riqueza crescente."¹⁷ A distinção está clara: de um lado, uma obra que se dedica a um tema, a população; de outro, a vontade de estudar a produção dos bens. Malthus teria sido sucessivamente demógrafo e economista. O estudo da evolução das populações levava naturalmente a um problema de ordem econômica: Malthus transforma-se então em economista e estuda as causas que determinam o abastecimento.

A realidade não é tão simples. Apesar de seu caráter "demográfico", o *Ensaio* já tratava dos meios de abastecimento, dos hábitos de consumo dos grupos, da distribuição das terras, etc. Quanto aos *Princípios*, tratado de economia, encontram-se aí, principalmente, numerosas referências ao *Ensaio*, mas sobretudo, na análise dos mecanismos econômicos, constantes retornos à demografia. Contrariamente ao costume dos economistas modernos, o economista Malthus não toma a evolução demográfica como elemento exógeno, já conhecido, e que serviria de tela de fundo para a evolução da economia. Nos *Princípios*, existe uma interação entre a produção dos bens e a população. De um lado, Malthus considera que o crescimento demográfico tem ação sobre a demanda, e portanto sobre os preços, sobre os empregos, etc., de acordo com as análises clássicas. Mas, além do mais, um aumento da quantidade dos bens disponíveis para o consumo repercute quase que automaticamente no nível da população, no "número de braços" disponíveis para a produção futura.

A variante demográfica, portanto, é uma variante-chave na análise econômica de Malthus. Ele se interessa muito, como ele próprio afirma, pelo abastecimento, isto é, pela adequação entre a oferta e a procura dos diversos bens e, em particular, dos meios de subsistência. A demografia é fundamentalmente determinante da oferta, por intermédio dos empregos, e da pro-

(17) *Principes d'économie politique*, "Perspectives économiques", p. 251, Paris, Calmann-Lévy, 1969.

cura, pelo consumo. É o conjunto do mecanismo oferta-procura, com todas as suas engrenagens, suas repercussões que Malthus descreve nos *Princípios*. A quantidade da população constitui de algum modo um fator de controle para a economia: "O grande crescimento da população que, de alguns anos para cá, ocorreu na Inglaterra e na Escócia, vem da possibilidade que as classes operárias tiveram de conseguir grande quantidade de alimento."¹⁸ Lê-se no *Ensaio*. A partir daí, tudo o que vai agir sobre a possibilidade de obter recursos: seu preço, suas mudanças, seus salários — afetar o número da população. Mas, noutro sentido, tudo o que afetar a população modifica o "número de braços" disponível e, portanto, a capacidade de produção, os salários, os preços, etc. Desse modo, fecha-se o círculo do sistema demo-econômico. Pode-se então, como no *Ensaio*, insistir sobre o efeito das práticas de assistência aos pobres ou, como nos *Princípios*, desenvolver o problema da evolução dos lucros. Num caso, Malthus faz obra de demógrafo, em outro de economista, mas o conceito central não muda. Essa concepção é a de uma economia sobretudo agrícola, na qual o trigo representa um bem de subsistência fundamental, para uma população em sua maioria subalimentada e que vive integrada no ritmo demográfico "natural". A Inglaterra encontra-se às portas da revolução industrial.

A ANÁLISE DE LONGO PERÍODO

Mesmo que se queira referir a essa perspectiva, resta a considerar que o uso da variante demográfica em economia coloca habitualmente problemas ligados às disparidades na duração dos fenômenos. Entre o nascimento de uma criança e o momento em que ela se torna capaz de exercer plenamente um emprego, mesmo no tempo de Malthus, transcorria uma quinzena de anos. Segue-se daí que, quando, por um aumento dos meios de subsistência disponíveis, o número de braços, supõe-se, aumenta, esse aumento ocorre com um atraso considerável, de onde os "desajustes". Concebe-se, por exemplo, que, num dado momento,

(18) *Princípios de Economia Política*, p. 187.

alguns capitais possam procurar investir na produção agrícola: segue-se daí uma procura de trabalhadores agrícolas para trabalhar nas novas terras. A lei da oferta e da procura corre então o risco de fazer aumentar os salários, o que poderia desencorajar os investimentos ao cabo de alguns anos. Contudo, uma dezena de anos mais tarde, o efeito da alta dos salários se fará sentir, colocando à disposição da população agrícola mais meios de subsistência. Ocorrerá então um aumento da população, de onde um maior número de braços, que não encontrará mais em que se empregar.

Malthus tem perfeita consciência desse problema, que ele próprio assinala. Mas o autor dos *Princípios* preferiu dar prioridade a uma análise econômica, que hoje diríamos de longo período.¹⁹ Ao mesmo tempo em que reconhece que os azares do tempo, a evolução do comércio internacional causam variações importantes no preço dos bens e dos salários, Malthus interessa-se mais pelas evoluções não conjecturais, que provocam, por exemplo, modificações duradouras na procura (aumento do número dos improdutivos). Quando estuda as causas da variação dos preços do trigo, Malthus remonta a 1350, utilizando períodos de 20 a 50 anos! É claro, alguns desses períodos são deduzidos das estatísticas disponíveis, mas essa amostragem não parece incomodar o autor. É fácil compreendê-lo: ao tipo de economia pouco progressista, que estava em plena transformação na época dos *Princípios*, acomodava-se muito bem a análise de períodos longos. Essas análises permitem avaliar e explicar a incidência de grandes fenômenos: as mudanças nos produtos cultivados, na legislação relativa às terras. As flutuações de curto período, devidas às condições meteorológicas, às diversas guerras, são pelo contrário fortemente esfumadas.

Começa-se então a ver delinear-se uma perspectiva única na obra de Malthus. Perspectiva essencialmente ditada pelo tipo de sociedade que Malthus estuda, quase estacionária do ponto de vista demográfico em longo período, com flutuações econômicas de grande amplitude pouco numerosas e lentas, e sobretudo uma sociedade agrícola de "subsistência", na qual as rela-

(19) Que não devemos confundir com previsões a longo prazo.

ções entre demografia e economia são extremamente estreitas. Dentro dessa perspectiva única, autorizada pelo tema estudado, Malthus irá utilizar um único método para estudar a população e o abastecimento de bens? Nada disso. A diferença entre o *Ensaio* e os *Princípios*, salvo talvez por algumas páginas dessa última obra, é surpreendente.

O *Ensaio* partia de uma revelação, era um panfleto. Arma de guerra contra a corrente utopista do século XVIII dos Condorcet e dos Godwin, o *Ensaio* dificilmente poderia pretender um *status* científico. A primeira edição não procura provar a validade da tese apresentada, validade que parece se impor por si mesma à mente: o desacordo entre a rapidez do crescimento da população e os meios de subsistência parece extremamente perigoso, tanto no presente quanto no futuro. Mas, no *Ensaio*, esse desacordo é mais sentido do que explicado. Apesar da formulação matemática das “progressões”, não se compreendem bem os motivos existentes para opor ao crescimento muito rápido da população um aumento limitado dos meios de subsistência. Evidentemente, prolongando as tendências, apreendem-se melhor ainda as disparidades, mas trata-se aí de um artifício de apresentação. O que se desejaria saber é de que modo são produzidos os meios de subsistência, de que modo os limites à produção intervêm, qual é a incidência do número de braços sobre essa produção.

De fato, o *Ensaio* não é uma demonstração. É uma introdução ao problema fundamental da escassez. Malthus deixa a impressão de ter querido antes convencer do que provar. Esse o motivo pelo qual as análises que ele desenvolve, as informações com que ele enriquece sua reflexão são, em suma, tão pouco pesquisadas, enquanto que, nos *Princípios*, o comportamento das diferentes categorias de agentes será estudada pormenorizadamente, as grandezas econômicas serão objeto de considerável colheita de informações. No *Ensaio* não existe nada disso, pelo menos na primeira edição. Para a segunda, Malthus já se fixou numa posição de atacante em relação a seus detratores. Ele vai à procura de fatos para persuadi-los. Mas pode-se duvidar de que ele tenha tido durante essa pesquisa a mesma abertura para a realidade que se vê transparecer no economista

dos *Princípios*. Isso se liga ao fato, já assinalado, da novidade da demografia. Ao redigir o *Ensaio*, Malthus não tem ainda atrás de si exemplo de teoria demográfica. Ele dispõe apenas de estatísticas, aliás bastante incompletas, assim como de uma “revelação” — a disparidade recursos-população — que teria podido levar a uma teoria científica, mas que servirá antes de base a um “profético” sinal de alerta.

Isso não significa que não se possam encontrar no *Ensaio* elementos de uma análise rigorosa. O modo pelo qual Malthus analisa as conseqüências das medidas de assistência aos pobres constitui um bom exemplo disso. Mas, quer se trate de economia ou de demografia, é nos *Princípios* que encontramos as características do modo de proceder de Malthus. A razão disso, sem dúvida, é que o Malthus dos *Princípios* era obrigado a se “situar” em relação a sistemas teóricos: o de Say, o de Smith e, sobretudo, o de Ricardo, que eram considerados rigorosos. Seja como for, parece-nos, é mais ainda por esse modo de proceder do que pelo conteúdo das análises econômicas ou demográficas que se exprimem a personalidade e a originalidade de Malthus, homem de sua época. É essa atitude particular que precisamos tentar descrever.

O MÉTODO

Malthus, em primeiro lugar, é muito sensível aos fatos, às realidades, não apenas, como no *Ensaio*, para reforçar sua argumentação, mas porque ele se impregnou literalmente deles antes de escrever os *Princípios*. A realidade vista por Malthus, aliás, é vista através de certo número de conceitos, girando ao redor da natureza das coisas, a natureza humana, o estado da sociedade, etc. Para Malthus, existe certo número de categorias permanentes do tipo “natureza”, que constituem dados quase intocáveis do mundo social e econômico. A renda agrícola é um bom exemplo disso.

A renda é o proveito que os produtores agrícolas retiram de sua terra. Depois de terem pago os salários dos trabalhadores e os juros aos que adiantaram o capital durante a produção, o que lhes resta da venda dos produtos constitui

a renda agrícola. Malthus considera a renda como um dado natural, a reprodução da desigualdade “natural” da fertilidade das terras: “Dever-se-ia considerar a terra como um dom feito ao homem de um grande número de máquinas, todas suscetíveis de aperfeiçoamentos contínuos, pelo emprego de um capital, mas cada uma com qualidades e faculdades primitivas muito diferentes e forças desiguais.”²⁰

Seria difícil citar todas as passagens nas quais intervém esse conceito do natural. “O valor das rendas sobre o Estado tem uma tendência natural e constante de diminuir à medida que elas se aproximam do termo em que devem expirar.”²¹ Saiba-se, pelo menos, que ela é usada muitas vezes nos *Princípios*, seja para caracterizar o comportamento dos agentes econômicos (consumo, poupança), seja para caracterizar mecanismos habituais. Mas que ninguém se engane. Salvo raras exceções, Malthus não batiza de natural tudo o que ele não procura explicar. Essa atitude estaria em contradição com seu modo de encarar os fatos. Malthus conhece outras sociedades além da Inglaterra de seu século. Os Estados Unidos, a França, a Irlanda, a Inglaterra do passado, constituem para ele outros quadros de referência dos quais ele usa abundantemente. Mas, *mutatis mutandis*, Malthus encontra neles fenômenos semelhantes ao que ele pode observar. O natural, portanto, não é contestado pelas experiências de outras sociedades. Ou antes, o que Malthus qualifica de natural é o que ele julga ser comum a todas as sociedades por ele observadas. Quanto às que fogem à sua observação ele afirma, a propósito do problema da renda: “Se na Inglaterra, ou em qualquer outro país, fosse possível que o solo se tornasse de repente tão fértil, que um décimo de sua extensão, com a décima parte do trabalho que nele é empregado atualmente, pudesse alimentar mais do que a população existente, isso, durante algum tempo, diminuiria de muito a renda. Mas, acrescenta Malthus, é absolutamente inútil insistir em suposições sem fundamento e tirar daí conseqüências gerais.”²² Isso é a negação da utopia à la Godwin em particular, mas isso

(20) *Princípios de Economia Política*, p. 138.

(21) *Ibid.*, p. 227.

(22) *Princípios de Economia Política*, p. 153.

vai mais longe ainda, porque, no capítulo dedicado à renda, é sobretudo a Ricardo que Malthus se dirige, e o que ele contesta é uma construção teórica por demais abstrata, logicamente satisfatória, mas que se alimenta de hipóteses demasiado irrealistas para poder dar respostas adequadas aos problemas da sociedade inglesa do início do século XIX. Porque é também uma das preocupações de Malthus fornecer elementos para a ação. Seja em matéria de economia, seja em matéria político-social, é evidente que as análises são destinadas a ter como decorrência natural a criação de instrumentos de medida adequados e, além disso, de ações diretas. É por isso que o valor encontrou sob sua pena uma de suas primeiras medições; é por isso que esse valor medido serve afinal de indicação para uma política de crescimento da riqueza da nação.

Uma segunda característica do estilo malthusiano liga-se ao método de análise. Malthus é capaz de análises extremamente precisas, isto é, pesquisadas, cuja exposição confunde um tanto o leitor não especializado do século XX, mais habituado aos vãos sincréticos, mesmo por parte de economistas sérios. Nos *Princípios*, como no *Ensaio*, Malthus não hesita em mostrar, com todos os pormenores desejáveis, de que modo esse fenômeno se produziu, de que modo a população evoluiu, de que modo variou o preço do trigo. A propósito do “progresso da riqueza”, cujas causas ele procura, Malthus consagrará dez seções para analisar sucessivamente a influência de todos os fatores tomados independentemente, depois em conjunto, sempre com uma exposição muito clara. Se, às vezes, encontramos repetições que tornam o texto pesado, elas têm como efeito tornar inteligíveis demonstrações difíceis. Quando Malthus quer precisar a natureza do lucro, ele o faz com um modelo teórico em cifras, que ele leva até as últimas conseqüências com um rigor notável.

É claro, esse raciocínio não vale senão pelas hipóteses que lhe servem de base. Supõe-se que o comportamento dos agentes econômicos, que as reações da oferta ou da procura correspondam a “leis” que são enunciadas nos meandros de uma demonstração. O mesmo acontece a respeito do consumo de determinados produtos: “A história da espécie humana prova suficientemente que um gosto pronunciado pelos objetos de

luxo... , muito longe de se manifestar rapidamente no momento em que a necessidade se faz sentir, pelo contrário, desenvolve-se de modo muito lento.”²³ Não podemos deixar de discutir a validade dessas leis, particularmente à luz da evolução da sociedade industrial de há um século e meio atrás. Mas é preciso reconhecer em Malthus, e Keynes lhe rendeu homenagem a esse respeito, o mérito de ter proposto leis de comportamento diferentes, de acordo com os grupos sociais (as “classes sociais”). Para Malthus, existe um mercado de bens de consumo, mas a procura para esse mercado é múltipla. A classe dos operários não tem o mesmo comportamento da classe dos comerciantes e dos fabricantes, ou da classe dos proprietários de terras. Em relação ao mercado do trabalho, o comportamento é igualmente diversificado. Nos *Princípios* há descrições precisas desse comportamento de agentes econômicos que revelam em Malthus um trabalho prévio de pesquisa e de observação muito importante.

Malthus tem a preocupação de apresentar o comportamento dos grupos sociais concretos e de estabelecer para esses grupos leis suscetíveis de submeter à verificação em diferentes épocas e em diferentes sociedades. Ele próprio “verificou” certas leis, acumulando fatos e observações sobre diferentes períodos de tempo e sobre diversas sociedades. Esse método, que é verdadeiramente a base dos *Princípios*, não está ausente do *Ensaio*, pelo menos em sua segunda edição. Tendo apresentado sua revelação demográfica sob a forma de lei, Malthus irá colher documentos estatísticos nos locais ou nos livros, a fim de reforçar sua tese. Mas, à diferença do número de leis econômicas enunciadas nos *Princípios*, parece que a “lei” que é o ponto de partida do *Ensaio* não foi formulada de modo bastante preciso para ser bem averiguada. Essa lei era o produto de uma questão filosófica. Malthus não a explicitou completamente em termos demográficos ou econômicos. Em particular, as diferenças nos ritmos de evolução naturais da população e dos recursos deveriam ser medidos, e não “assimilados” aos termos de progressões geométricas e aritméticas.

(23) *Princípios de Economia Política*, p. 261.

Contudo, parece que esse modo de propor uma questão filosófica argumentável, mas não verificável, não poderia caracterizar o método malthusiano. No prefácio dos *Princípios*, Malthus louva “a teoria de Newton, tão grande e tão bem de acordo em todas as suas partes”.

Pode-se dizer que o método de Malthus foi fiel a essa posição científica. Salvo em casos muito particulares que, por sua natureza, prendiam-se a um tipo de reflexão diferente, ele “vai em busca das leis naturais a partir dos fatos e da experiência...”. Nele, “a vontade de se submeter aos fatos não está portanto separada de um determinismo estrito, da procura dos laços de causalidade rigorosos e de princípios absolutamente verdadeiros”.²⁴

Embora Malthus se tenha declarado, antes de Durkheim, por uma análise científica dos fatos econômicos e sociais, embora nisso ele efetivamente tenha seguido um método bastante próximo do método científico, isso contudo não basta para colocá-lo a salvo de uma discussão crítica de sua obra. Pelo contrário, essa discussão é facilitada pelo enunciado claro de hipóteses, de postulados, pelo caráter explícito dos raciocínios. Pode-se captar sem muita dificuldade, tanto através dos *Princípios* como através do *Ensaio*, os pressupostos que constituem a base das análises de Malthus. Porque o pastor está sujeito a um duplo sistema de influências. O primeiro se liga à sua posição na sociedade inglesa do início do século passado, à sua situação religiosa, etc. O segundo, talvez mais sutil, prende-se ao método por ele adotado: método que parte de uma observação dos fatos, da escolha de categorias concretas, da preocupação de conseguir resultados utilizáveis. Além do mais, às vezes ocorre a combinação de ambos esses sistemas; as influências sócio-históricas orientam o método malthusiano, mas o método usado dá uma força particular aos pressupostos de Malthus enquanto burguês da Inglaterra do início do século XIX. Apesar dessa imbricação, parece-nos interessante distinguir essas duas influências. A crítica que se pode fazer à obra de Malthus não pode ter valor senão em relação a essas duas influências distintas.

(24) J.-F. Faure Solet, in Malthus, *Princípios de Economia Política*, Paris, Calmann-Lévy, 1969 (prefácio).

A posição social do pastor de Haileybury influenciou manifestamente certos desenvolvimentos do *Ensaio*. Os julgamentos morais, as soluções propostas aos problemas de população são ótimos exemplos disso. A própria questão filosófica e política do *Ensaio* é bem compreendida como resposta a uma corrente de idéias igualmente filosófica e política que havia abalado as bases da sociedade tradicional inglesa, como aliás as de toda a Europa. Os *Princípios* permitem igualmente sentir essa influência da posição social de Malthus. Delinea-se um conservadorismo social e político, através da análise econômica. Depois da leitura dos *Princípios*, não há dúvida de que o autor seja adepto da conservação da propriedade rural, da sua transmissão hereditária, de um conceito de elite da sociedade. Mas esse tipo de pressupostos, induzidos pelo fato de o autor pertencer a uma classe social e a um período histórico, é afinal muito fácil de descobrir, seja no *Ensaio*, porque a própria forma da obra não pode enganar o leitor, seja nos *Princípios*, porque o próprio Malthus explicita as razões que o levam a recusar esta ou aquela hipótese.

Isso acontece, por exemplo, com o sistema de transmissão da propriedade agrícola. Tratando, no Livro II dos *Princípios*, da incidência da forma de propriedade e de sua transmissão sobre a produção agrícola e manufatureira, Malthus faz uma apologia puramente política do sistema agrícola inglês, que deu ao país "em seu estado atual e sob as leis que o regem... o aspecto de uma riqueza maior que a de nenhum outro Estado moderno possuidor de um território considerável".²⁵ Ele chega até a predizer o fim da República Francesa, vítima da abolição do direito de primogenitura... A prova disso é que o primeiro tradutor francês, até então neutro, não pôde deixar de colocar nesse tópico uma nota muito forte, negando qualquer valor econômico à argumentação de Malthus e criticando sua posição no plano político. A posição de Malthus nem sempre é tão explícita, mas, alarmado por semelhante profissão de fé, o leitor

(25) *Princípios de Economia Política*, p. 308.

é constantemente levado a situar a obra e seu autor em seu contexto histórico.

AS LEIS ECONÔMICAS "NATURAIS"

A segunda categoria de pressupostos é mais difícil de se captar. Como já se disse, ela está ligada ao método: Malthus raciocina para uma determinada sociedade, a partir de problemas concretos, que são portanto os problemas dessa sociedade, a partir também de comportamentos observados, e não imaginados, nem abstratos. Depois, o que Malthus considera como leis, dados, constantes dos mecanismos econômicos e demográficos, são na verdade relativos a um campo histórico e social restrito. Com efeito, é perfeitamente legítimo consagrar longos comentários aos problemas da renda, quando se observa o funcionamento de uma economia ainda demasiado agrícola. É realmente útil raciocinar com base nos processos de poupança e de consumo em curso em grupos sociais reais, e que estão ligados a seus modos de vida. Mas as conclusões que se pode tirar dessas premissas não são evidentemente válidas, senão enquanto a forma da sociedade permanece a mesma. Ora, Malthus não quer saber se a forma da sociedade vai mudar de modo radical. Ele se recusa até a considerar essa hipótese, de um lado porque deseja que a sociedade inglesa conserve as bases que constituíram sua força, mas também por vontade metodológica, que ele próprio enuncia nos *Princípios*: "... Queremos fazer da economia política uma ciência positiva, baseada na experiência, e suscetível de proporcionar resultados precisos..."²⁶

Sendo assim, não é preciso concluir que a obra de Malthus seja uma obra unicamente pragmática, circunstancial e ultrapassada. Porque, apesar dos limites que ele impunha a si próprio, para não cair no utopismo, Malthus sentiu a necessidade de estudar o passado, de observar sociedades diferentes, por vezes muito afastadas da sociedade inglesa. Por exemplo, ele consagra longos comentários ao funcionamento da economia americana, notavelmente diferente da economia inglesa. Depois, essas

(26) *Princípios de Economia Política*, p. 13.

observações e esses fatos acumulados vêm reforçar o enunciado de certo número de leis "naturais" que, como vimos, não são as do funcionamento de um tipo de sociedade em determinada época, mas são muito mais gerais. Isso acontece com a pergunta fundamental do *Ensaio*, cujo alcance ultrapassa a sociedade inglesa do início do século passado.

Mas convém notar que Malthus não se considera prospectivo. Pelo contrário, suas preocupações são fortemente ancoradas na sociedade de sua época, como o demonstra o próprio título dos *Princípios de Economia Política Considerados do Ponto de Vista de Sua Aplicação Prática*, assim como a atualidade do *Ensaio* no início do século XIX.

Sendo assim, o *Ensaio*, pela natureza dos problemas tratados, provoca, quase que obrigatoriamente, uma reflexão sobre o futuro. Malthus considerou o problema da subsistência dos pobres na sociedade inglesa de sua época. É dentro dessa moldura que ele tirou conclusões econômicas e demográficas. Mas, colocar o problema como ele o fez, pondo frente à frente a população e os meios de subsistência, é certamente fazer desse problema objeto de uma reflexão geral sobre a evolução futura da sociedade, reflexão que, por si, é prospectiva.

A partir daí, revela-se extremamente importante o desacordo entre o demógrafo Malthus que, um pouco pela força das coisas, propõe uma reflexão prospectiva, e o economista Malthus que, talvez, opondo-se a Ricardo e, sem dúvida, a Condorcet, situa-se num ponto extremamente próximo das realidades sociais. Qual dos dois, o economista ou o demógrafo, tinha razão? Qual é o verdadeiro Malthus? A resposta é: o economista, se se entende por economista o Malthus que estudou a sociedade, tanto no *Ensaio* quanto nos *Princípios*, com um método que partia da observação dos fatos para chegar à análise científica de suas causas. Esse método, realmente, é o de Malthus, mesmo se o *Ensaio* permite que se captem outros traços de sua personalidade. Como vimos, esse método não está isento de pressuposições, o que constitui um obstáculo quando se quer utilizar seus resultados em outras épocas e em outro tipo de sociedade. Mas a descrição dos fatos econômicos sociais em Malthus é suficientemente precisa para pôr-nos em guarda

contra a tentação de extrapolações abusivas. Por exemplo, se é verdade que o interesse manifestado nos *Princípios* pela renda agrícola encontra sua origem no caráter rural da Inglaterra do século XVIII, Malthus não ignora a existência, na indústria, de rendimentos crescentes, susceptíveis de modificar completamente a evolução econômica. Como os *Princípios*, ao contrário do *Ensaio*, não levam naturalmente a uma reflexão prospectiva, o economista Malthus não passa por ter sido perspicaz. Pode-se, contudo, falar, com Keynes, da "completa indigência" de Malthus em relação a certos fenômenos econômicos.

Mas, definitivamente, trata-se realmente de uma distinção entre um Malthus economista e um Malthus demógrafo? O método usado é tanto o de certas passagens do *Ensaio* como o da análise econômica dos *Princípios*. É também o método do Malthus demógrafo, se demógrafo não significa mais o autor do *Ensaio*, mas o Malthus que estuda mediante métodos científicos os fenômenos da população.

Parece que a distinção economista-demógrafo, mais do que a distinção entre o *Ensaio* e os *Princípios*, não será capaz de explicar o duplo método de Malthus. É justamente no terreno dos métodos que é preciso distinguir entre um Malthus científico, quanto o permitiam a sociedade e suas áreas de estudo, e o Malthus das grandes questões sociais ou políticas de que o *Ensaio* foi a obra-mestra.

5. O ECONOMISTA DOS "PRINCÍPIOS"

Embora os *Princípios* se disponham como a construção de uma teoria econômica: o valor, as relações entre oferta e procura, a distribuição do produto, e depois a política econômica — pode-se duvidar que semelhante plano corresponda verdadeiramente ao método de Malthus. O conteúdo da primeira edição, na qual ainda não aparecia o capítulo a respeito do valor, não mais que certos comentários a respeito da renda agrícola, reforça essa hipótese. De fato, a influência de Smith e, sobretudo, de Ricardo é manifesta. O método de Malthus é normalmente o de um economista que parte do concreto e que procura explicá-lo, interpretá-lo, a partir de leis reconhecidas e verificadas. Mas, em 1820, e ainda mais para a segunda edição dos *Princípios*, ele precisava responder a Ricardo, como em 1798 ele precisou escrever o *Ensaio* para responder aos utopistas. Responder a Ricardo significava escrever uma obra à altura dos *Princípios de Economia Política*, que Ricardo havia publicado em 1817. Os *Princípios* de Malthus apresentaram-se portanto como um tratado de economia "que se poderia opor" ao de Ricardo. Esse último não se enganou, pois ele o reeditou na mesma forma, respondendo ponto por ponto à teoria econômica malthusiana.

A apresentação dos *Princípios*, tão lógica quanto possa parecer, esconde com efeito muito mal o método particular de Malthus, preocupado em levar em conta as realidades da sociedade, através de categorias concretas, de comportamentos, de mecanismos observados. A causa determinante da reflexão econômica de Malthus é a preocupação de responder aos problemas colocados por seu tempo. Problemas difíceis, porque põem em

causa quase toda a engrenagem. Problemas de tal modo graves que, mesmo naquela época, ninguém podia ignorá-los.

O PREÇO DO TRIGO

O primeiro desses problemas econômicos (talvez se trate apenas de um sintoma) do qual se ocupa o professor de Hailybury é o preço do trigo. Com efeito, o preço do trigo aumentava bastante regularmente a partir de certo número de anos. Essa alta, aliás, havia levado a Inglaterra, tradicionalmente exportadora, a importar trigo. É claro, não se tratava ainda de importações maciças e, aliás, elas logo foram limitadas pelas *corn laws*,²⁷ que as taxavam pesadamente. O preço, portanto, continuava a subir. Numa época em que esse cereal era a base da alimentação do povo, seu preço elevado provocava intenso descontentamento, entre os trabalhadores em particular, mas também entre os capitalistas, que, em consequência, eram obrigados a aumentar os salários.

A posição de Ricardo a respeito do problema desgostava a aristocracia rural. É essa última que, fazendo uso de seu poder político no Parlamento, havia feito votar as *corn laws*. Desse modo, ela assegurava para si uma proteção e lucros cada vez mais altos para o trigo que produzia em suas terras. A lei da oferta e da procura era ilustrada de um modo admirável e simples: diante de uma procura crescente pelo fato da industrialização, havia uma oferta limitada, causa da alta dos preços. Quanto ao conceito de renda agrícola, ele tomava na circunstância um significado particularmente claro.

Malthus recusa-se a entrar imediatamente nesse esquema, que não lhe parece retratar a realidade. Não que ele negue, por exemplo, a validade da lei da oferta e da procura. Pelo contrário, trata-se para ele de uma lei natural, de acordo com a ordem das coisas. Os mecanismos em causa são os mesmos em todas as épocas, em todas as sociedades. Mas essa lei, que, para Malthus, constitui a base da economia política, não é um princípio abstrato. Ela se baseia na observação, na experiên-

(27) Leis sobre o trigo.

cia das transações, nas estatísticas da evolução dos preços: “a experiência coloca a verdade deste princípio em toda a sua clareza”.²⁸ Malthus vai mais longe ainda: a lei da oferta e da procura é a que dirige o mercado sobre o qual se fixam os preços; e é partindo desse nível, observável, que se podem compreender mecanismos de si incompreensíveis. Assim, Malthus reconhece que, quando os custos de produção aumentam, o preço dos bens sobe. Mas isso não é considerado por ele como uma lei. Por isso, ele procura “o que faz especialmente elevar os preços neste caso”²⁹ e declara que “a relação entre a oferta e a procura... é o princípio dominante que fixa o preço corrente, tanto que o preço natural e os custos de produção não podem contribuir para isso... senão enquanto esses custos exercem uma influência imediata ou suposta sobre a relação existente entre a oferta e a procura”.³⁰

Percebe-se melhor então como o acordo aparente com Ricardo sobre a lei da oferta e da procura esconde um desacordo profundo entre dois tipos de análises econômicas. Para Ricardo, o preço é determinado essencialmente pelos custos de produção, mesmo se o mercado provoca ao redor desse valor flutuações menores e de curta duração. Para Malthus, o efeito dos custos de produção sobre os preços só poderiam influenciar através dos mecanismos da oferta e da procura sobre o mercado, de onde a importância que ele atribui a essa famosa lei. Os resultados podem ser semelhantes, as perspectivas são completamente diferentes.

A RENDA AGRÍCOLA

O desacordo vai se ampliar a propósito da renda agrícola. Malthus recusa totalmente a tese de Ricardo a esse respeito. A renda é, por definição de Malthus, o que resta ao produtor agrícola da venda de seus produtos depois de ele ter pago seus custos de produção, isto é, o salário dos trabalhadores e os juros

(28) *Princípios de Economia Política*, p. 47.

(29) *Ibid.*

(30) *Ibid.*

dos adiantamentos do capital. É concebível que se possam fazer perguntas e discutir a respeito da natureza desse resíduo que, sob certos aspectos, parece participar da criação do valor, mas que, sob outros aspectos parece não constituir nada mais do que um sobrepreço cobrado antecipadamente pelo produtor (para o proprietário) ao consumidor.

Diga-se o que se disser, a posição de Malthus é clara: a renda é natural. Ela promana, primeiro, “dessa qualidade do solo, que permite que se colham gêneros alimentícios mais do que são necessários para a vida, mais do que é preciso para fazer subsistir os que trabalham no cultivo da terra”³¹: a terra pode criar valores. Se fosse perfeitamente impossível a um homem retirar da terra mais do que é necessário para fazê-lo sobreviver, nenhum monopólio, nenhuma escassez seria capaz de produzir rendimentos. Esse poder criador da terra é um dom que a natureza fez ao homem. Não é portanto anormal que os proprietários da terra, beneficiários do dom natural, recebam uma renda, tanto mais, e esta é uma nova lei à qual Malthus se refere, que o supérfluo criado pela terra provoca por si mesmo uma procura. Muito depressa, o excedente dos produtos fornecidos pela terra, não só alimento, mas também roupas e aquecimento, vai permitir que novas famílias subsistam. Essas famílias constituem uma nova demanda para esse excesso de produção, excesso que irá valorizar a renda. Encontra-se aqui a preocupação do *Ensaio Sobre o Princípio da População*. São os meios de subsistência que constituem o regulador da demografia e, por consequência, da procura de produtos. Produza-se mais e a população aumentará, assegurando por esse mesmo fato o crescimento da procura de produtos, e assim por diante.

Quanto ao montante da renda recebida pelos proprietários, ele é fixado pela relativa escassez das terras férteis. Em relação à terra menos fértil, a última a ser cultivada, a renda será quase nula, pois o trigo é produzido ao preço da venda no mercado. Em contrapartida, em relação às terras férteis, o trigo que será vendido ao mesmo preço do mercado será produzido a um preço muito menor, constituindo essa diferença a renda própria dessa

(31) *Princípios de Economia Política*, p. 105.

terra mais fértil. Essa diferença de fertilidade das terras parece capaz de explicar por si a renda. Mas Malthus demonstra que ela não tem ação senão porque o preço do trigo é alto, o que se deve à renovação da procura de meios de subsistência e porque, de qualquer modo, a renda só existe por causa do poder produtor da terra, proporcionado pela natureza.

Estamos aqui no ponto central da querela entre Ricardo e Malthus. Malthus, a princípio, afirma: “Não se deve mais encarar a renda como o efeito natural de uma qualidade concedida por Deus à terra?”³² Depois acrescenta: “Não é a renda parte... desse produto líquido da terra... sem o qual, numa palavra, não existiria nada do que constitui uma sociedade culta e elegante?”³³ Ricardo recusa categoricamente essas duas proposições. Em primeiro lugar, replica ele, ambos escrevemos tratados de economia, e não obras de moral. O problema, portanto, não está em dizer se a renda é um benefício da Providência, mas saber por que esse poder criador da terra é limitado, enquanto outros dons são concedidos ao homem sem medida: a água, o ar, por exemplo. Se a renda é mesmo um dom da natureza, esse dom é muito modesto em relação aos recursos da água e da atmosfera, que a Providência nos legou.³⁴ Por que, então, sobrestimar esse poder da terra, se não simplesmente para justificar a renda?

Por outro lado, para Ricardo, não é certo que a renda seja um bem necessário ao desenvolvimento e ao progresso da sociedade. Pelo menos, a renda não deve ser considerada diversamente dos produtos do capital conseguidos em outras atividades, industriais ou comerciais. A exploração agrícola constitui um emprego de capital como qualquer outro. E, do mesmo modo que não é do interesse da nação manter monopólios industriais ou comerciais, não é preciso hesitar em importar o trigo se a necessidade se faz sentir. “Penso que os interesses da sociedade são mais bem servidos se se autorizar a importação do trigo: o supérfluo produzido pelas terras cultivadas da Inglaterra será

(32) *Ibid.*, p. 111.

(33) *Ibid.*

(34) Os atuais problemas da poluição não diminuem o valor de Ricardo?

com efeito dividido nas proporções mais favoráveis aos arrendatários e aos capitalistas e menos favoráveis aos proprietários rurais.”³⁵

Vê-se bem assim, em definitivo, a natureza da oposição entre os dois homens. De um lado, oposição de problemática, de método; de outro lado, oposição de tipo político. Mas seria um erro acreditar que a primeira se reduz a uma discussão a respeito do caráter explicativo das intervenções providenciais, ou que a segunda se reduza a uma querela de políticos. A discussão entre Malthus e Ricardo é fundamentalmente um conflito entre dois métodos de análise econômica; cada um deles refletirá um conceito diferente da sociedade: orgânica e natural para Malthus, liberal em Ricardo. A visão ricardiana continuará a servir de base à teoria econômica, pelo menos até Keynes. A de Malthus, bem-esquecida, talvez esteja prestes a renascer...

A SUPERPRODUÇÃO

Em todo caso, é nessa mesma perspectiva que o autor dos *Princípios* abordará um tema que já preocupava a época e que será verdadeiramente fundamental para o mundo econômico do século XIX e da primeira metade do século XX: o da superprodução. Com o desenvolvimento de nossas formas de capitalismo (industrial e comercial), a importância dos mecanismos de investimento não podia mais escapar à reflexão econômica. Como corolário, colocava-se então um problema, cuja análise teórica será levada avante por Marx e depois por Rosa de Luxemburgo: o problema das saídas. Com efeito, o aumento da capacidade de produção de um país implica numa procura correspondente de produtos, sem a qual a máquina da acumulação de capital se deteria. O que irá, portanto, assegurar essa saída para os produtos suplementares criados? Um francês de grande fama, Jean-Baptiste Say, havia respondido a essa questão formulando a famosa “lei das saídas”. Esta consistia simplesmente em observar que todo bem produzido, justamente pelo fato de sua produção, supunha uma procura equivalente.

(35) *The Works and correspondence of David Ricardo.*

Com efeito, um bem não é produzido senão para ser vendido, e a venda vai proporcionar a seus produtores, sob a forma de salários, lucros ou rendas, um rendimento igual ao preço desse bem. Esses rendimentos assim recebidos logo irão se transformar numa procura equivalente de outros produtos. Essa "lei" exclui portanto todo risco de superprodução global e durável.

Por uma análise inteiramente nova para sua época, Malthus, antes do marxismo, contra o próprio Ricardo, irá refutar essa teoria. Ele descobre assim, um século antes de Keynes e da grande crise econômica, o mal que já então roía o capitalismo nascente. Keynes teve de lhe render homenagem nos *Ensaio de Biografia*, de 1933, tornando assim a colocar sob evidência o pastor de Haileybury, que havia eclipsado aos olhos da posteridade o brilhante Ricardo. De fato, se Malthus não deu atenção à análise monetária, que Keynes e sobretudo seus sucessores levaram bastante longe, é certo que o autor dos *Princípios* havia colocado em evidência uma das teses de Keynes: o equilíbrio do subemprego, provocado pela insuficiência da procura e o excesso de poupança não investida: "...As classes operárias podem deixar de ter onde trabalhar no meio da abundância das coisas necessárias todas as vezes que essas coisas não se encontram entre as mãos daqueles que têm ao mesmo tempo os meios e a vontade de empregar uma quantidade proporcional de braços." 36

Malthus estuda de perto os problemas de consumo, considerando o comportamento dos grupos sociais. O consumo implica ao mesmo tempo os meios e a vontade de consumir. Certas classes sociais têm rendas importantes, mas, só por isso, elas irão consumir muito? Para Malthus, a tesauroização dos "capitalistas" é consequência de hábitos de prudência, de preocupações a longo prazo, enfim, de falta de ocasiões para consumir, coisas que só poderão ser modificadas com dificuldade. Essa tesauroização causará um desequilíbrio entre a produção e a procura, de onde, para Malthus, uma baixa do "valor permutável da totalidade dos produtos". O remédio, afirma ele, reside primeiramente nas vendas externas, que irão permitir aos manu-

(36) *Princípios de Economia Política*, p. 319.

factureiros e aos industriais ingleses desenvolver-se de modo notável. Sem essas vendas, numerosas empresas prósperas do início do século XIX não teriam podido sobreviver. O outro remédio aos perigos da superprodução é o consumo de serviços pessoais que correspondem à criação de empregos não produtivos. Os domésticos, os juizes, os professores, os artistas, os médicos, pagos pela poupança dos capitalistas, irão constituir outros tantos consumidores improdutivos, que aumentarão a procura sem aumentar a oferta. Haverá portanto reequilíbrio num nível superior ao "valor dos produtos". Essa análise repousa sobre a consideração da tendência para consumir ou para acumular (isto é, para poupar), específica de acordo com os grupos sociais (negociantes, manufatureiros, proprietários rurais, operários, etc.). Se ela não é, como a análise keynesiana, orientada em termos de produto nacional, de quantidades globais, ela não deixa de estar mais perto do comportamento real dos consumidores. Keynes insistirá nesse ponto de modo talvez mais abstrato, mas com o mesmo interesse.

O PROBLEMA DO VALOR

Muito curiosamente, tornamos a encontrar vários dos temas que acabam de ser lembrados nos comentários que Malthus consagra ao valor. Se esse assunto é abordado desde os primeiros capítulos dos *Princípios*, é preciso ver que não se trata absolutamente para o autor de criar uma axiomática do valor. Malthus só escreverá esse opúsculo a respeito da medida do valor, assunto que será retomado na segunda edição dos *Princípios*, em 1823. Trata-se, portanto, da obra de um economista maduro, à procura de definições e de conceitos operatórios. O problema apresentado é o da troca dos produtos e o da fixação de seu preço. Qual é, no fundo, o princípio que governa o comércio dos produtos em relação ao dinheiro? Por que o preço de determinado produto se estabelece a determinado nível? A lei da oferta e da procura, tão cara a Malthus, dá conta das variações do preço ou das quantidades de um nível de equilíbrio, mas não explica o fundamento desse nível.

O preço de um gênero, expresso em dinheiro, traduz certa relação entre o valor desse gênero e o valor do dinheiro. Se nos quisermos lembrar do interesse que Malthus dedicava à evolução do preço do trigo, compreender-se-á que ele não poderia deixar de se interessar pelo problema do valor. Com efeito, no período por ele estudado, não apenas a oferta e a procura do trigo tinham variado de modo notável, como também a estabilidade monetária ainda não havia constituído regra. Nessas condições, dever-se-ia atribuir a alta do preço do trigo ao comportamento dos produtores ou, antes, a uma evolução do sistema monetário, a menos que isso não fosse devido ao aumento dos salários na agricultura? A solução, e tanto A. Smith quanto Say ou Ricardo haviam compreendido muito bem isso, passa por uma análise em termos de valor dos bens.

Isso supõe uma definição do valor. O debate a esse respeito, que se iniciou muito antes de Malthus e que ainda não chegou ao fim, presenciou ao embate de duas tendências. Para os defensores do valor-trabalho, um bem só poderia ter como valor de troca a quantidade de trabalho necessário à sua produção. Para os partidários do valor-utilidade, o valor nada mais é do que aquilo que se manifesta nas preferências do consumidor, a utilidade que esse bem representa para ele.

É difícil classificar Malthus em uma ou outra dessas categorias. Como ele próprio faz notar, a posição de A. Smith a respeito do custo era ambígua. Mas a de Ricardo não o é mais: o valor é exatamente a quantidade de trabalho exigido pela produção. Nesse ponto, Malthus é categórico: ele não aceita esse conceito porque ele é negado pela observação das mudanças econômicas. Mas nem por isso ele abandona a idéia de medida para o trabalho. Ele critica com muita severidade J.-B. Say, e alguns outros utilitaristas, por não terem usado o trabalho como medida.

A idéia finalmente defendida por Malthus, desconhecida e muitas vezes mal compreendida por seus sucessores, parece-nos extremamente interessante e característica do estilo do pastor. É sem dúvida uma quantidade de trabalho que constitui a base da medida dos custos de um bem. Mas essa quantidade de trabalho não é a que foi necessária para produzi-lo, mas a que

esse bem pode “impor”, isto é, a quantidade de trabalho necessária para que alguém proporcione a si mesmo o bem em questão. Trata-se aí, de acordo com Malthus, de uma “boa” medida. Aliás, ela é intrínseca ao bem, isto é, ela não depende das condições de produção dos outros bens. Ela permite igualmente reconhecer as causas que habitualmente são consideradas como modificadoras do valor dos bens: a oferta e a procura, assim como o custo de produção.

Mas, sobretudo, essa definição do valor parece-nos condensar o conceito malthusiano da economia. Encontra-se aí, de algum modo, um resumo do sistema econômico tal como ele é analisado nos *Princípios*: o processo de produção, que representa a dificuldade de conseguir uma mercadoria, “base essencial do valor de qualquer mercadoria”³⁷ (oposição ao utilitarismo de Say); a relação da oferta e da procura do produto, que se estabelece num mercado de acordo com o esquema clássico e que irá mediatizar a dificuldade de produção pelo “poder e o querer da procura” (possibilidades de superprodução); enfim, o comando do trabalho pelas mercadorias, que bem exprime a relação real percebida por Malthus entre a produção e o consumo, ou, se se preferir, entre os recursos e a população.

As grandes linhas da visão econômica de Malthus resultam dessa medida do valor, que ele quis opor àqueles que “consideraram os produtos como sinais algébricos cujas relações eram compreendidas, não como artigos de consumo a estudar em suas relações com o número e as necessidades dos consumidores”.³⁸ É talvez numa frase como esta que se encontra o essencial da lição do economista dos *Princípios*.

Odiado por uns, traído por outros, desconhecido por todos, Malthus e sua obra continuam, para sempre, no Panteão dos economistas, no próprio alvorecer da demografia. O oráculo que se entrevê nas leis da população exerce ainda seu fascínio e a pergunta fundamental por ele expressa continua válida. Hoje, tanto como ontem, não é fácil responder-lhe. A doutrina de Malthus ainda está viva, sua influência continua a se exercer,

(37) *Princípios de Economia Política*, p. 67.

(38) *Ibid.*, p. 257.

dando ocasião a controvérsias. Cada ano ela vê surgir a sua refutação; no ano seguinte, os demônios malthusianos renascem, como uma fênix, de suas cinzas, e o dilema primordial população-recursos é de novo colocado. Se Malthus tivesse mentido, não teria sido esquecido? Se tivesse tido inteira razão, continuaria a ser um alvo permanente e fácil?

Tentar responder é procurar fazer um balanço da herança de Malthus através dos desenvolvimentos demográficos e econômicos do século e meio mais fascinante de nossa história.

6. UM DESMENTIDO BRILHANTE

Comentando os resultados dos dois primeiros recenseamentos efetuados na Inglaterra, Malthus escrevia na quinta edição do *Ensaio*: “Essa relação (entre a população de 1810 e a de 1800) é verdadeiramente extraordinária para um país rico e bem povoado. . . Se ela continuasse, duplicaria o número dos habitantes em 55 anos. É uma taxa de crescimento que, na natureza das coisas, não pode ser permanente.”

A “EXPLOÇÃO” POPULACIONAL

Contudo, em pouco mais de um século e meio, de 1800 a 1970, quando o Reino Unido “exporta” 17 milhões de súditos, a população britânica em seu território passa de 16,2 milhões para 55 milhões: ou seja, uma pujança e um índice de crescimento cuja possibilidade Malthus se recusava mesmo a considerar. Ultrapassando os limites da Inglaterra, a inflação demográfica se estende à Europa e, com certa diferença, o continente todo registra um afluxo de população considerável. Em três séculos, a Europa, com a inclusão da U.R.S.S., aumenta de mais de 6 vezes: 103 milhões de habitantes em 1650, 640 milhões em 1950.

Ao mesmo tempo, a Europa povoou e fertilizou novas terras, por ela descobertas no fim do século, e o campo principal de sua expansão, a América do Norte, quase deserta com um milhão de habitantes, tem hoje 225 milhões!

Esse turbilhão varre o mundo todo e, em 1970, o bilhão de homens foi muito mais do que triplicado.

Num curto espaço de tempo, a humanidade, e os ocidentais em primeiro lugar, viveu uma maré montante, uma explosão demográfica única dentro da perspectiva histórica: a rapidez e sobretudo a regularidade desse aumento não tinham nenhum precedente. Malthus, e, na verdade, ninguém, poderia prever nem sequer conceber esse crescimento e suas características originais.

UM CRESCIMENTO, MAIS FENOMENAL AINDA, O DOS RECURSOS

Menos ainda se poderia enunciar, ou sequer imaginar, o aumento vertiginoso dos bens e dos diversos produtos de que esse século e meio seria testemunha. Parte de nosso planeta se transforma em terra de Canaã e, além da abundância dos produtos da terra, novas riquezas aparecem: as da indústria, as de formas de vida cuja segurança e luxo, até então impossíveis mesmo aos maiores reis, se tornam bens comuns.

Jamais o curso da vida humana foi tão profundamente modificado e alguns números significativos permitem apreciar a proporção incrível dessa grande transformação. A maldição da fome, essa obsessão que remonta à noite dos tempos, foi abolida. Hoje, os Estados Unidos, não só alimentam — e de que maneira — 208 milhões de habitantes, mas exportam em média anual uma quantidade de produtos agrícolas suficientes para alimentar 200 milhões de homens menos exigentes. Se, nas sociedades tradicionais, eram necessárias 5 500 horas de trabalho para produzir 100 *bushels* de trigo (2 722 quilos), essa cifra cai para 373 nos Estados Unidos em 1800, depois para 108 em 1900, e para apenas 10 em 1970. Do mesmo modo, o trabalhador americano tinha de dar 4 horas de seu tempo para comprar um quilo de pão no século XVIII; hoje, bastam 8 minutos. A produção por ativo agrícola cresce de 100% na Inglaterra de 1700 a 1800, e de 190% na Alemanha de 1840 a 1900.

Uma das chaves dessa progressão espetacular é a formidável liberação de força ligada à descoberta e ao uso de novas técnicas de conversão de energia em trabalho útil. Até o século XVIII, a produtividade do homem era determinada por sua própria força e a dos animais domésticos por ele usados. Essa

limitação fundamental, pouco a pouco, irá sendo abolida pelo aparecimento do carvão e da máquina a vapor. Na França, a produção de carvão passa de 770 000 toneladas em 1811 para 33 milhões de toneladas em 1900: uma progressão de 1 para 43. Nos Estados Unidos, em 1850, a madeira ainda fornece 90% da energia. Ela é suplantada pelo carvão em 1900 (70%), depois o petróleo torna-se predominante em 1950 e, hoje, assegura 76% da energia total. O consumo de energia durante esse século é multiplicado por 30 nos Estados Unidos. É-nos difícil apreciar a importância fundamental desse desenvolvimento: de modo global, a energia foi multiplicada, em menos de três séculos, mais de 150 vezes no mundo em geral e mais de 500 vezes nos países desenvolvidos, enquanto os fatores de multiplicação demográfica, respectivamente, não aumentaram senão de 6 e 8 vezes! Só a cidade de Chicago consome hoje mais energia do que todo o mundo de dois séculos atrás.

Esse crescimento extraordinário da energia serviu, em primeiro lugar, para criar e desenvolver novos modos de produção e novos tipos de riqueza. Um universo de máquinas, de instrumentos, de técnicas, de modos de transporte surgiu assim a partir de 1800, transformando a existência cotidiana de todos os homens. Para nos limitarmos a um produto conhecido há milênios, mas sempre pouco divulgado, o ferro, o consumo por habitante, da ordem de 1 a 2 quilos nas sociedades tradicionais, atinge atualmente 500 quilos no Ocidente. A produção de ferro e de aço multiplicou mais de cem vezes de 1800 a 1900 nesses países, e um trabalhador que produzia anualmente cerca de 1 a 2 toneladas de ferro, produz atualmente cerca de 1 700 toneladas.

Essa cornucópia que se derrama infatigavelmente e com tanta generosidade permite que o homem conquiste duas vitórias em duas frentes nas quais, até então, os lucros haviam sido muito lentos e muitas vezes questionáveis. Primeiramente, no plano da duração da vida; graças a esse maná, não é só a espécie que se multiplica, mas também a duração média da existência de seus membros se prolonga, para atingir quase o limite extremo fixado pela fisiologia. O salto é impressionante: se a duração média da vida era de 25 anos em 1650, ela passa na Europa a 41 anos em 1850, e a 71 anos em 1960. Em meio

século, de 1900 a 1950, a probabilidade de vida no nascimento aumentou de 42%!

Outro aspecto desse salto para a frente: à melhoria da duração da vida corresponde a do nível de vida. Seria aliás justo afirmar que vive-se mais porque vive-se melhor. Seja lá como for, o aumento dos bens materiais de toda espécie causou uma elevação considerável no nível de vida. Aqui, a apreciação é particularmente difícil. Pode-se, contudo, afirmar que a diferença entre o nível de vida do homem de Neanderthal e do Egito faraônico devia ser de 1 para 2. Idêntica diferença entre o nível de vida do súdito de Ramsés I e o do súdito de Luís XIV. Comparando-se com o século XVIII, a diferença de nível de vida é de 20 para 1 para os países desenvolvidos, e de 30 para 1 em relação à América do Norte.³⁹

MALTHUS E A HISTÓRIA DEMOGRÁFICA RECENTE

Em que medida essa evolução condiz com as previsões de Malthus? Em que medida esse período de transição demográfica, através de suas sucessivas etapas, está conforme às leis da população por ele enunciadas?

Num primeiro estágio, durante a explosão demográfica, a população responde, como Malthus havia previsto, às solicitações do meio, às possibilidades de expansão que este lhe oferece. As razões desse crescimento ligam-se, em primeiro lugar, à grande melhoria do nível de vida resultante do progresso técnico, que se estende a todos os setores da atividade humana, ao salto para a frente da produtividade do trabalho, à extensão de uma prosperidade que, pouco a pouco, aproveita a todas as classes da sociedade. Um longo período de paz, relativa, se estabelece, durante o qual os poderes centrais e nacionais fortes surgem e se organizam. Por outro lado, o controle da mortalidade se constitui e se reforça através da constante melhora da higiene pública, do controle das epidemias, do saneamento do ambiente geral, das contribuições fulgurantes e decisivas da medicina mo-

(39) Para uma análise mais pormenorizada, cf. J.-M. Poursin, *La population mondiale*, "Société", Le Seuil, 1971.

derna. Sob a dupla influência de um crescimento sem solução de continuidade dos meios de subsistência e do aparecimento de novas riquezas, de uma diminuição cada vez mais pronunciada das causas diretas da mortalidade, a natalidade, bloqueada a um nível alto, sem ter mais de preencher os vazios deixados pela fome, pelas epidemias e pelas guerras, produz consideráveis excedentes de população. Isso tudo é, justamente, tudo o que Malthus havia anunciado. É justo acrescentar que ele não havia imaginado que essas condições pudessem jamais se reunir. Um dos objetivos principais de sua obra era demonstrar que essa incrível conjunção jamais se realizaria e é a essa predição, a seu pessimismo sem recursos que a história trouxe o mais flagrante dos desmentidos.

Num segundo estágio, o da estabilização pela limitação dos nascimentos, a população afasta-se inteiramente do sistema de pensamento malthusiano, escapa às maldições até então intangíveis da escassez, da miséria, às leis eternas da natureza e das espécies vivas, para se sujeitar às duras injunções de um regime econômico e social. Como se deve entender essa reação? Em primeiro lugar, é evidente que a diminuição da taxa de mortalidade deveria ser seguida, em prazo mais ou menos longo, de uma diminuição concomitante da natalidade. Se essa taxa de natalidade se tivesse conservado ao nível registrado no século XVIII, a França teria hoje 440 milhões de habitantes! Nem as possibilidades do meio, nem as melhorias técnicas teriam podido permitir um crescimento tão considerável, e nós teríamos caído outra vez no domínio restrito de Malthus. Sendo essas dificuldades nitidamente pressentidas e o progresso econômico deliberadamente preferido à perspectiva de um crescimento cego, todas as regras do jogo da economia iriam avançar através de um conjunto inumerável de decisões individuais, e a história demográfica no sentido de uma limitação voluntária de nascimentos.

Essa ruptura completa com o passado aniquila o universo demográfico sobre o qual Malthus havia baseado seus cálculos e suas regras. A transição demográfica tem como resultado um tipo de população nova, dotada de caracteres singulares originais. Aparentemente, obteve-se o mesmo resultado: a longo prazo, a estabilidade da população é conseguida, como no regime

precedente, mas as forças que provocam essa situação de estabilidade são completamente diversas. Por outro lado, essas populações apresentam caracteres específicos: duração de vida média, envelhecimento, fraca fecundidade, composição de população ativa, etc., que são o produto dessa nova dinâmica, do equilíbrio particular que ela definiu e que Malthus, evidentemente, não podia imaginar.

7. O GRANDE MEDO DE 1954

A obra de Malthus teria apenas um interesse retrospectivo? Passando a fazer parte da história, ela parece pertencer a um passado longínquo. No entanto, bastou que as terríveis ameaças das leis da população fossem afastadas do Ocidente, bastou que os países ricos chegassem a uma *terra nova* demográfica mais ridente, para que a maldição malthusiana tornasse a se manifestar. Desta vez, era a grande maioria da humanidade que estava em causa e que parecia ter de se submeter à contradição fundamental que o *Ensaio* havia explicitado de forma magistral. Se, para o Ocidente, Malthus foi um falso profeta, não continuaria ele a ser uma Cassandra para o resto do mundo? A tomada de consciência durante os anos cinqüenta, e depois a revelação sucessiva dessa indiscutível evidência, iriam provocar, com uma renovação de interesse para com as teses malthusianas, um grande medo, que não deixaria de ter conseqüências.

A DEMOGRAFIA GALOPANTE DO TERCEIRO MUNDO

Até mais ou menos 1920, dois terços da humanidade (a Ásia, a África, a América Central e a América Latina) continuavam a ser flagelados pela fome e a doença, a sofrer, debaixo da soberania política dos países ricos, de uma economia quase autárquica de subsistência e de um regime demográfico tradicional. Nada havia mudado de lugar nessas regiões fechadas dentro de um passado milenar. Os traços distintivos do tipo demográfico conhecido pela Europa do século XVIII perpetuavam-se e, em primeiro lugar, a quase estabilidade numérica das populações através dos súbitos recrudescimentos da mortali-

dade. Por volta de 1920-1925 começa a surgir uma mudança nesse conjunto imutável e começa-se a notar uma progressão demográfica, nos raros países dotados pelo colonizador de aparelhagem estatística. Entre 1930 e 1940 já não pode haver nenhuma dúvida e a taxa de crescimento já é de 1,5%, ou seja, quase 2 vezes a taxa média da progressão na Europa durante a revolução demográfica. Por volta de 1950, a inflação demográfica se amplia e o ritmo se acelera ainda mais. Em 1970 a população do terceiro mundo não-comunista aumenta globalmente de 2,6 para 2,7% ao ano, ou seja, a multiplicação por 2 a cada 20 anos, a multiplicação por 13 em um século!

Eis o indício sobre o qual é impossível haver enganos: os países pobres se lançaram no ciclo da revolução demográfica. Esse brusco aceleração no estágio inicial, o do crescimento, concentra dentro de um período curto o advento de maciços excedentes demográficos e fornece uma prova brilhante da eficácia das técnicas terapêuticas modernas. A luta contra a morte travou aqui uma de suas batalhas mais fulgurantes e mais completas. O crescimento demográfico é estritamente o resultado da aplicação acelerada, nessas populações, de uma medicina ocidental eficaz. As vacinas, a vulgarização de uma higiene de base, o controle das epidemias mais devastadoras (a peste, a cólera, a varíola) ou de doenças endêmicas, esses meios simples, mas seguros, provocaram resultados espetaculares. Em vinte anos, o México, Costa Rica, Venezuela, o Ceilão, Singapura, entre outras nações, vêem suas taxas de mortalidade declinar de mais de 50%, enquanto que em muitos países da África, da Ásia e da América nota-se igual crescimento da duração da vida média. No conjunto, essa primeira etapa — fertilidade sempre no alto nível primitivo, mas baixa sensível da mortalidade (que, na Europa, exigia quase um século para ser conseguida) — foi atingida aqui em três ou quatro decênios, e o grupo dos países subdesenvolvidos tem atualmente uma taxa de mortalidade em tudo idêntica à dos países ricos.

Não apenas a Europa cresceu muito mais lentamente, a uma taxa de 0,6% — o que implica uma multiplicação por 2 em um século, e não por 13! — mas ainda o sincronismo relativo, que havia permitido um desenvolvimento quase harmônico do progresso econômico paralelamente ao progresso demo-

gráfico, não existe. Persiste em quase todos os países do terceiro mundo uma distorção entre essas duas variantes e, se a África tem a mortalidade e a duração de vida do sul da Europa no início do século XX, ela tem a natalidade da França de 1750 e um nível de desenvolvimento econômico quase de dois séculos em atraso com relação à Europa de hoje. Sobre esse ponto, o terceiro mundo parece escapar a uma estrita análise malthusiana e o dilema da terrificante corrida entre população e recursos está provisoriamente abolido.

Mas o avanço tomado pelo progresso da medicina em relação ao progresso econômico, longe de melhorar o nível de vida dessas populações, o reduz ainda e, se um número maior vive mais, vive também cada vez mais miseravelmente. Na verdade, em alguns países, ele sobrevive no extremo limite da miséria e da pobreza, na obsessão de um pão cotidiano aleatório, além de qualquer preocupação de moradia, de roupas, de instrução, etc. Esses miseráveis, no tempo de Malthus, teriam sido impiedosamente condenados a morrer. Eles são não menos impiedosamente condenados a sobreviver, numa condição para-humana, em nossa época, quando a O.N.U. e João XXIII publicaram, uma, a declaração universal dos direitos do homem, o outro, a encíclica *Pacem in Terris*. Esses dois textos reconhecem explicitamente e em primeiro lugar o direito de viver a toda criatura humana. O Ocidente que, por sua ciência médica, os impediu de morrer, tem a obrigação, conseqüentemente, de permitir que vivam, e a fome, efetivamente, foi afastada há trinta anos por um esforço consciente da comunidade mundial. Essa “facilidade” concedida constitui evidentemente um dos elementos da multiplicação desenfreada da população, cujas conseqüências e amplitude se iriam realizar de um modo brusco.

O GRITO DE ALARMA DOS DEMÓGRAFOS

Os demógrafos de cada geração baseiam seus trabalhos nas condições de população que eles constatarem, e eles tendem a acreditar em sua perenidade. Durante os anos trinta e quarenta eles raciocinam, conseqüentemente, a respeito da diminuição de

fecundidade constatada na Europa e na América há sessenta anos e que levava determinados anos a taxas de substituição inferiores à unidade. O espectro do despovoamento coincidia com a crise, com a economia de estagnação, com “o suicídio da raça branca”, com a quase-esterilidade das classes ricas e dos meios cultos. Quando a Europa emergia das ruínas da guerra, espaldada pela todo-poderosa América, quando o sistema universal e suas seqüelas políticas transformavam o planeta, tornou-se enfim possível, pelos anos cinqüenta, deixar de lado o urgente e o imediato para lançar um olhar sobre o mundo. Sinal dos tempos, a O.N.U. e seu corpo de demógrafos especializados são os encarregados dessa tarefa. A partir de 1951 é tentada uma experiência no meio de um enorme vazio estatístico, e a O.N.U. estabelece uma primeira projeção mundial. Justamente por causa de suas imperfeições essa sondagem a respeito de nosso futuro demográfico ficou longe de ter a repercussão do estudo de previsão, realizado alguns anos mais tarde. É por ocasião do I Congresso Mundial da População, em 1954, e tomando por base os dados colhidos durante o recenseamento de 1950 que, pela primeira vez na história, se estende à maior parte do globo (com uma exceção de importância: a China) que foram estabelecidas as segundas perspectivas do futuro da população mundial.

A repercussão desse balanço foi incomparável. O conjunto das pesquisas, focalizado durante algumas dezenas de anos sobre a ameaça de um eventual despovoamento, deve subitamente modificar por completo sua orientação diante das evidências que se acumulam. Os países ricos não mais devem temer a morte porque, há quase quinze anos, nos Estados Unidos, e há quase dez anos, na Europa, o *baby-boom* transforma o perigo tão temido num pesadelo. Esse elixir da juventude de efeito rápido substitui a inquietação, transformada numa verdadeira angústia diante da evolução provável dos países do terceiro mundo. O balanço apresentado aos participantes do I Congresso é surpreendente sob o duplo aspecto de sua novidade e do aspecto maciço e irremediável de suas conclusões. O dado mais simples, o mais desmedido também, é estabelecido em quatro cifras: 2 bilhões e meio de homens em 1950, 6 bilhões e meio ou 7 bilhões no ano 2000. Em cinqüenta anos a população mundial deve ultrapassar o dobro. Essa avalanche humana é, em si mesma,

opressiva e quase foge à realidade. Uma análise mais esmerada nos informa melhor das desproporções que ela oculta. O crescimento decenal, justamente quando se preludia esse confronto de números, de 1950 a 1960, é de 483 milhões de homens: é um número superior ao da Europa (excluída a U.R.S.S.) em 1960, e quase igual ao do total das populações da África e da América Latina na mesma data! O súbito aceleramento do fenômeno do crescimento é tal que essa cifra é modesta ao lado da que se pode prever para um futuro muito próximo. Durante o decênio 1990-2000 — daqui a menos de vinte anos e em dez anos apenas — o crescimento da população mundial será de um bilhão e cinqüenta milhões de homens. Esse simples crescimento decenal totalizará mais homens do que o mundo contava no momento em que Malthus escrevia o *Ensaio*. Apesar de sua enormidade, essas cifras não revelam contudo senão parte da história. Avancemos ainda mais um pouco na análise. Os dois terços da humanidade, isto é, as populações da Ásia, da África e da América Latina, constituem a fonte dessa verdadeira erupção demográfica e serão de muito longe os principais suportes do crescimento global. Esses países, que contam com 2 bilhões de homens em 1960, contarão perto de 5 bilhões e meio no ano 2000 e, durante o decênio 1990-2000, registrarão um aumento demográfico de 983 milhões de pessoas! Os países ricos: a América do Norte, a Europa, a U.R.S.S., tinham 960 milhões de habitantes em 1960 e terão um bilhão e 450 000 no ano 2000. O crescimento decenal 1990-2000 será de 118 milhões apenas. A situação mundial, portanto, irá modificar-se profundamente em menos de um século: as nações desenvolvidas, em seu apogeu numérico em 1920, englobavam 36% da população mundial e esse coeficiente será abaixo de 24% no ano 2000. Não apenas o progresso conseguido pela Europa no curso do século XIX se desvaneceu, mais ainda, à lenta e progressiva ascensão demográfica que a Europa conheceu opõe-se uma fenomenal onda de fundo, tanto mais difícil de se canalizar quanto mais ela se infla pela enormidade numérica das massas humanas que põe em jogo.

O espanto provocado pela sucessiva emergência dessas cifras, quer por ocasião da preparação do Congresso, quer por ocasião de seu desenrolar, não demorou a dar lugar à angústia. Paradoxalmente, a inquietação foi muito mais intensa entre os países ricos, em primeiro lugar, os Estados Unidos, do que nos países pobres, nos quais, contudo, tais perspectivas não deviam deixar de causar medo. Sem dúvida, as realidades do mundo de 1954 e, singularmente, as realidades políticas anunciavam perspectivas mais preocupantes para as nações abastadas do que para as demais. Em si mesma, a extraordinária prolificidade dos três continentes já constituía um perigo, diante da fraqueza dos efetivos e das taxas de crescimento do bloco dos ricos. À exacerbação das necessidades causadas pelo simples aumento do número acrescentava-se o fato de que esses continentes reúnem povos muitos pobres, cujo nível de vida mostra-se intoleravelmente baixo. Em trinta anos — num prazo muito curto — haverá a inelutável junção de superpopulação e de miséria. Mas, mesmo hoje, a diferença econômica que, melhor do que o faria qualquer oceano, separa povos ricos e povos pobres, é impressionante e aumenta a cada ano: 200 dólares de renda média por habitante para estes; 5 000 dólares por habitante em média nos Estados Unidos. A miséria privada corresponde a penúria pública, a do Estado, e também aí a diferença é considerável. O Canadá, com 22 milhões de habitantes, tem uma renda nacional e um orçamento federal mais importante do que a Índia, que conta com 550 milhões de habitantes.

A brutal constatação dessas disparidades econômicas durante o decênio-chave de 1950 leva à idéia de subdesenvolvimento. O termo e o conceito foram efetivamente criados nesse período e o fator demográfico é um de seus principais componentes. O subdesenvolvimento só pode ser concebido, em oposição a um nível de desenvolvimento, como um atraso e uma privação. A tomada de consciência dessa dupla falta coincide com o grande movimento de emancipação política que transformou em quinze anos o mapa mundial. Em 1954 todo o Sudeste da Ásia, com exceção da Malásia, tornou-se independente, como a Indonésia e a Nigéria, o Egito. A descolonização e o desmoro-

namento dos impérios marcam o fim do domínio mundial da Europa, que volta a cuidar de si mesma. Mais ainda: com a independência política, todos esses povos voltam a se tornar responsáveis pelo próprio destino, depois de um eclipse de vários séculos, após a destruição de sua economia por um sistema do qual até então eles não faziam parte. Bruscamente reintegrados na corrente da história, as nações emancipadas vêem-se de modo brutal frente a uma realidade maior, que confere a esse período de após-guerra toda a sua originalidade: a constituição de dois blocos políticos ferozmente antagônicos, entre cujos meios de luta está o aliciamento de uma clientela de países. O aparecimento desse mercado disputado de continentes inteiros gera, ainda aí, uma criação no vocabulário político e é durante os anos cinquenta que Sauvy forja e usa a noção e o vocábulo terceiro mundo, cuja próspera sorte lingüística é bem conhecida.

O amálgama desses fatos e dessas previsões num clima de tensão permanente, as ameaças que parecia fazer planar sobre uma opinião pública muito sensibilizada e muitas vezes tendenciosamente informada, o incrível afluxo humano, anunciado com toda a verossimilhança e com toda autoridade pelos *experts* da O.N.U. provocaram uma reação de ansiedade em todos os países ocidentais, principalmente nos Estados Unidos. Limitando-nos apenas ao domínio da demografia, vemos reaparecer, de repente, sobre novo pedestal, e com que brilho, Malthus, sua problemática e suas respostas sem esperança. Depois de um século e meio de aparente eclipse, eis, mais "competitiva" do que nunca, a corrida entre população e meios de subsistência. Única diferença: ela é formidavelmente ampliada e complicada pelo volume das massas em jogo, como se uma parte da espécie fosse presa de um monstruoso acesso de febre biológica. Uma multidão de jornais, de revistas, de livros, de conferências repetem: a maldição do *Ensaio* retoma sua atualidade e pesa sobre a maior parte dos homens. A idade de ouro não ocorrerá amanhã e as perspectivas próximas desmentem o otimismo fundamental — embora recente — do mundo ocidental, baseado na dupla segurança do progresso continuado e universal, da marcha constante dos níveis de vida rumo a uma situação melhor e mais igual. Mas a onda bruta, prestes a arrebentar, não só ameaça

levar de roldão as posições privilegiadas da raça branca — e é aí que se situa o cerne da angústia ocidental — mas ainda compromete a solução econômica, obrigando o terceiro mundo a consagrar — paradoxalmente — o essencial de seus recursos e de suas energias apenas a perpetuar o crescimento demográfico.

Ao complexo do “perigo amarelo” acrescentava-se um medo muito mais imediato e direto: o da fome. Evidentemente, esse fenômeno, conseqüência da inflação demográfica, devia primeiramente fulminar a população dos países subdesenvolvidos. Contudo, “o medo de faltar” se estendia aos recursos por definição não-renováveis (minas e petróleo) e, por outro lado, não se podia deixar de evocar, pelo menos implicitamente, o eventual recrudescimento da luta pela partilha do bolo mundial e as violências que ela causaria: estômago faminto...

Bem antes das massas de homens que virão, com efeito, a fome aí está. Antes da Segunda Guerra Mundial, os países da Ásia, da África e da América Latina exportavam, em média, 11 milhões de toneladas de cereais por ano. Em 1964 esses mesmos países importaram 25 milhões de toneladas. Nada de surpreendente nessa reviravolta: entre 1959 e 1964 a população total da América Latina aumentou de 11,5%, enquanto que a produção de alimentos só aumentou de 6,5%. O mesmo desequilíbrio se nota no Extremo Oriente, com uma diferença de 1,5%. O índice *per capita* de produção dos meios de subsistência diminui portanto (de 1961 a 1965: — 4% na Ásia, — 6% na América Latina) enquanto que surge uma dificuldade fundamental: a disponibilidade das terras cultiváveis nos países subdesenvolvidos foi reduzida de cerca de 50% entre 1920 e 1970.

O PLANEJAMENTO FAMILIAR

Ao enunciado de todas essas ameaças, o espectro de Malthus podia efetivamente rondar o I Congresso Mundial da População. Além da evocação do grande antepassado, os meios de comunicações permitiram a reunião excepcional, num feixe completo, de informações até então esparsas. Dessa junção surgiu o confronto de evoluções que, uma vez colocadas lado a

lado, não poderiam deixar de parecer contraditórias. É essa multiplicação de indícios que caracteriza a questão central saída dos trabalhos do Congresso: a do destino próximo da população mundial. Contudo, muitos anos serão necessários para que a própria existência desse problema e de suas conseqüências seja plenamente aceita e force a uma adesão. Grande parte dos demógrafos europeus continua muito sensível ao perigo do despovoamento, surgido entre eles antes da guerra, e insistem em demonstrar a especificidade irredutível dos estágios de evolução atingidos respectivamente pelos países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, e a sublinhar que, tendo a transição demográfica de chegar a uma nova estabilidade, o crescimento era apenas provisório e até precário. O bloco das nações socialistas recusou-se até 1966, por motivos doutrinários, a reconhecer o perigo e os obstáculos que a inevitável inflação demográfica iria provocar. Sua oposição no seio da O.N.U. impediu qualquer tentativa de uma resposta mundial a esse perigo planetário. Enfim, é preciso evocar o clima tradicionalmente hostil a qualquer redução da fertilidade reinante nos países latinos e católicos. Em 1954, não apenas o aborto era proibido nos Estados Unidos, mas ainda a legislação da maior parte dos Estados proibía a transmissão de informações sobre o controle dos nascimentos. A posição da França, mais restritiva ainda, não evoluiu senão recentemente, e com que prudência!

Antes mesmo desse reconhecimento geral dos chefes de governo, como dos cidadãos, do problema mundial da população, foram feitos esforços para lutar contra certos aspectos da terrível situação gerada pela maré montante da demografia. Duas frentes de combate serão lembradas ulteriormente: de uma parte, a que combatia a fome e, de outra, a que combatia o subdesenvolvimento. Uma terceira frente de luta foi aberta quando já não era mais possível manter a ignorância oficial diante do aceleramento da pressão demográfica. A Índia de 1951 deu os primeiros passos e, muito depois dela, um conjunto de países adotou uma política populacional baseada numa doutrina de planejamento familiar e dotada de meios concretos de execução. Essas iniciativas constituíam, em si, uma revolução. Todo o transcorrer da história demográfica da Europa passou-se na ignorância dos poderes públicos frente ao desenvolvimento dos avan-

cos da população. Em primeiro lugar, ignorância estatística, seguida de uma ignorância de princípio, na qual o liberalismo é apenas aparente. Além dessa fachada, a hostilidade do Estado e da Igreja atingia com um interdito a difusão das técnicas de controle dos nascimentos. Se a diminuição da fertilidade conquistou e arrebatou todo o Ocidente, isso aconteceu ao arpejo da doutrina e da prática de todas as autoridades. Não estamos senão no início dessa mudança maior na posição dos Estados, pois em 1960 apenas a Índia tinha um programa de planejamento familiar. Num decênio, a partir de 1964 sobretudo, grande número de países subdesenvolvidos adotou as medidas de contenção demográfica. Hoje, 80% de seus habitantes dispõem de uma ajuda governamental em favor da restrição dos nascimentos e essa porcentagem atinge 98% nos Estados asiáticos. Os objetivos dessa política são numerosos, mas dizem respeito primeiramente a aspectos econômicos e sociais: melhor renda *per capita*, melhores condições de moradia, melhora da saúde pública, do ensino, etc. As bases são nitidamente demográficas no sentido de que um dos meios para atingir esses objetivos é a redução do crescimento através da regulamentação dos nascimentos. O objetivo é atingir o estágio da transição demográfica, com as taxas de nascimento e as taxas de mortalidade que o caracterizavam, da Europa de 1900 — o concurso de um terço da população maior seria suficiente para isso.

Efetivamente a "revolução" do planejamento familiar, à luz de apenas cinco anos de pleno exercício, parece tomar corpo e ganhar, no plano estatístico, um verdadeiro significado. Vários fatos se encaminham nesse sentido. Trata-se, antes de mais nada, do objetivo que os homens e as mulheres dos países subdesenvolvidos querem atingir, tanto quanto os dos países ricos: limitar o número de descendentes. O resultado de uma série concludente de entrevistas e de sondagens surpreende as opiniões mais fortes dos demógrafos e dos sociólogos... dos países desenvolvidos. A esta vontade, agora provada, é cada vez mais lícito proporcionar meios efetivos de controle da fecundidade. As técnicas da contracepção foram consideravelmente melhoradas de quinze anos para cá e, sem serem perfeitas, constituem um arsenal quase completo. A pílula oral, os dispositivos intra-uterinos, são eficazes e se encontram no mercado já há

quase dez anos. Enfim, depois das lições que se podem tirar da história demográfica ocidental, um exemplo importante e recente demonstra claramente as possibilidades do *birthcontrol*. Trata-se do Japão, onde o movimento pela diminuição da natalidade foi travado desde antes da guerra, apesar de uma opinião pública de sentido contrário, estendendo-se, sempre espontaneamente, até depois da guerra, antes de receber, em 1948, um apoio oficial. Em dez anos, de 1947 a 1957, a taxa de nascimento baixou para a metade: de 34% para 17%, queda que, na Europa, exigiu cinco anos. Deve-se insistir no fato de que esse declínio foi devido, num primeiro estágio, ao aumento dos abortos, tornados praticamente livres, e que, em determinados anos, ultrapassaram a cifra dos nascimentos. Num segundo estágio, contudo, a baixa da fecundidade é atribuível, sem dúvida alguma, ao aumento de práticas anticoncepcionais. Por esse motivo, o número absoluto dos abortos, nestes últimos cinco anos, diminuiu, e a relação abortos-nascimentos decresceu para 1/3. É bom notar que nem a pílula nem os dispositivos intra-uterinos foram autorizados para uso público no Japão.

Diante desse êxito, devido, em grande parte, à pressão dos indivíduos e à coincidência de seus pontos de vista com os de seus governos, levantam-se obstáculos que impedem qualquer ilusão sobre um êxito imediato, total e fácil desse movimento. O primeiro desses obstáculos é a enorme massa humana a que ele deve atingir. Embora a Índia tenha dado início a seu programa de planejamento familiar desde 1952 e o tenha acelerado grandemente em 1965, apenas 8% da população feminina em idade de procriar foi atingida pelos serviços de controle dos nascimentos. Na Índia, ainda, as grandes esperanças, baseadas nos dispositivos intra-uterinos, acabam de ser desiludidas: em alguns anos, o número de inserções, em lugar de aumentar, diminuiu de mais da metade: 820 000 em 1965-1966, 480 000 apenas em 1968-1969. Esse fracasso psicossociológico é, em larga medida, um tropeço e as razões objetivas de êxito são agora reunidas. De um lado, registra-se, em certo número de países, uma queda rápida das taxas de natalidade: na Coreia, Formosa, Singapura, Hong-Kong, em certas regiões da América Central. Por outro lado, as análises preliminares do recenseamento de 1970 deixam transparecer os primeiros sinais de um novo está-

gia da revolução demográfica. É provável que a Índia, sempre a Índia, tenha registrado durante o decênio 1960-1970 uma taxa de crescimento de 2,3%, em lugar dos 3,2% que alguns demógrafos previam depois do recenseamento de 1960. Idêntica estimativa exagerada da taxa de crescimento para uma meia dúzia de países sul-americanos, notadamente o Chile, que teve uma taxa de crescimento de 1,9% em lugar dos 2,9% esperados.

Outros indícios caminham no mesmo sentido. Se a Índia, por causa de sua recusa pública e particular do aborto, se nega desse modo à eficácia de uma técnica abrupta mas rápida, vêem-se aparecer em outros países os elementos desse “curto-circuito” demográfico que constituiu o essencial do sucesso japonês. Na Nigéria, se as taxas de nascimento continuam ainda muito elevadas e embora esse movimento seja em grande parte espontâneo, é certo que os métodos contraceptivos são cada vez mais usados e cada vez mais conhecidos. A coordenação de séries estatísticas permite supor que a partir de agora a duração média exigida para atingir o terceiro estágio da revolução demográfica — aquele no qual as taxas de nascimento desce dos altos valores tradicionais (35 a 40%) para se conformar com o nível da Europa ocidental de 1910 (cerca de 20%) foi grandemente reduzido: o intervalo médio é de 23 anos para os países subdesenvolvidos que chegaram a esse nível, e de mais de 50 anos para as nações que se aproximaram de sua transição entre 1875 e 1899.

Esse resultado essencial é uma das conseqüências da difusão muito rápida e pouco descritível de um modo de pensar, de reagir, de viver que, divulgados pelos inúmeros canais de *mass-media*, ignora as barreiras de raças, de línguas, de religião, de credo político, e até de riqueza, desde que um determinado limiar de pobreza tenha sido transposto e um de cujos componentes principais é o modelo da família reduzida, com não mais do que 3 filhos. A curto prazo, contudo, as resistências a serem vencidas são numerosas, a história implica sua própria dificuldade e, no caminho da estabilização do crescimento demográfico, através do planejamento familiar, surge uma dupla insuficiência, cuja inexorabilidade constitui a pedra angular do grande medo de 1954 e do renascimento malthusiano.

7 BILHÕES DE HOMENS SOBRE A TERRA

Do ponto de vista numérico, o crescimento da população mundial durante os próximos vinte anos é um fenômeno inelutável e, a longo prazo, quase irreversível. Essa fatalidade é a que exprime a estrutura atual por idade da população dos países subdesenvolvidos, nos quais mais de 40% da população global tem menos de 15 anos. Essa pirâmide de idades, fruto do recente aumento demográfico, esconde nela mesma as molas do crescimento futuro. A cada ano, o número de jovens que se tornarão pais será muito maior do que o número dos pais que sairão das idades “reprodutoras”, e ainda maior do que o número de pessoas que morrerão. Retomando o caso da Índia, se todos os pais hindus, em 1985, tiverem adotado uma técnica de contracepção e tiverem decidido, de acordo com o movimento de planejamento familiar, manter sua fecundidade ao simples nível de substituição das gerações, a Índia teria, não obstante, um bilhão de habitantes em 2050 (1971: 550 milhões). Os dados atuais da fecundidade, natalidade e mortalidade continuariam os mesmos até o ano 2000, com a diferença que se contariam, sempre em 2050, 500 milhões de habitantes além do milhão precedente. É por esse mesmo motivo que é absolutamente improvável que os 3 bilhões de criaturas humanas não sejam 7 bilhões dentro de um prazo muito próximo — todo o problema está em se saber se essa cifra será atingida em 2005 ou em 2055!

Do ponto de vista dos objetivos, é preciso assinalar enfim a modéstia, a timidez (a hipocrisia) dos programas em curso. Nenhum deles determina o objetivo que precisa ser atingido realmente: a estabilidade da população. Ora, os obstáculos econômicos e sociais que preocupam o mundo inteiro não poderão ser ultrapassados senão por uma primeira e indispensável vitória com relação ao obstáculo demográfico, a fim de que seja justamente detida essa corrida infernal, nova encarnação do *Ensaio* e de Malthus, renovada e ampliada de acordo com as dimensões do mundo de hoje.

8. OS DEMÔNIOS DE 1970

Passaram-se dezoito anos desde que se levantou, no I Congresso mundial da população, essa rajada de pânico que acabamos de evocar. A O.N.U., ulteriormente, foi levada a fazer outras previsões que confirmaram, reforçando-a, a grande reviravolta da população mundial. Um Segundo Congresso Mundial foi realizado em 1965, ainda sob o signo desse traumatismo e de suas ressonâncias.

Contudo, afinal, o grande medo se atenuou. Com efeito, nas três frentes principais da luta que se tinha travado para resistir às previsões fatais registraram-se sensíveis êxitos.

A primeira frente é a da demografia pura, que examinamos pormenorizadamente e sobre a qual não voltaremos a falar. A importância dos meios postos em obra, os resultados já obtidos fazem esperar que, dentro de um prazo curto, embora impreciso, a população mundial verá diminuir e depois, finalmente, deter-se o crescimento acelerado e desmedido que hoje a anima. Apesar do enorme volume humano assim "liberado" durante esse período de transição, a inquietação se atenua, desde que seja possível entrever um limite a esse desenvolvimento e a seu ritmo.

A REVOLUÇÃO VERDE

Tranqüilizado a respeito desse perigo a longo termo, o mesmo acontece a respeito da ameaça mais imediata: a da fome. A miséria estava à nossa espera e esse espectro que surgiu do fundo dos tempos tornava inútil e ilusória a libertação de uma parte da espécie do ciclo infernal da miséria e da submissão à

natureza, enquanto a grande maioria da humanidade continuava atezada por seus grilhões. Essas perspectivas eram ao mesmo tempo sombrias e imediatas. Se, por volta de 1950-1955 as carências alimentares eram notáveis na Ásia e na África, uma verdadeira carestia deveria alastrar-se e estender-se por três continentes em 1975-1980. Graças a um sábio, o Dr. Norman E. Borlang, Prêmio Nobel de 1970, graças ao governo mexicano, à Fundação Rockefeller e às leis da genética, a revolução verde conjurou essa terrível maldição. Em que consiste ela?

Em 1943, um programa de pesquisas para o aumento da produção do trigo, do milho e do feijão foi lançado no México sob a direção de Borlang. Nessa época, o México importava mais de 50% do trigo consumido. Depois de alguns anos de trabalho obscuro, Borlang e sua equipe criaram variedades de trigo e de milho que davam um rendimento duplo ou triplo das variedades usuais e que, ao mesmo tempo, eram muito mais resistentes tanto ao clima subtropical quanto às doenças. Embora sua população, nesse meio-tempo, tenha aumentado mais do que o dobro, o México é auto-suficiente em trigo e em milho desde 1965. O interesse provocado por esses resultados foi considerável, principalmente no Sudeste da Ásia. Um esforço de adaptação permitiu o plantio de novas variedades na Índia e no Paquistão. Esses cereais milagrosos se propagaram rapidamente: 200 ares plantados em 1965, 40 milhões em 1970! O progresso conseguido foi surpreendente: em primeiro lugar, no que dizia respeito à rentabilidade. Nesses lugares, onde as variedades e os métodos antigos permitiam uma colheita média de 2,5 toneladas de cereais por hectare ao ano, é agora possível conseguir, de acordo com o ritmo da plantação, de 7 a 12 toneladas de cereais, trigo ou arroz, por ano. Apesar das colheitas catastróficas na Índia, ambas devidas à seca, em 1965-1967, a implantação maciça de novas técnicas permitiu um verdadeiro salto na produção: 12,3 milhões de toneladas de cereais na Índia em 1964-1965, 16,5 milhões em 1968 e 20 milhões de toneladas em 1970. Idêntico progresso foi constatado no Paquistão: 4,6 milhões de toneladas em 1965, 8,4 em 1970, ou seja, uma produção quase que duplicada. Esses dois países se aproximam agora da auto-suficiência em cereais, já alcançada no Paquistão ocidental.

Essa segunda revolução agrícola, por sua amplitude e rapidez, permitiu uma multiplicação dos meios de subsistência num ritmo superior ao da multiplicação demográfica. Sua extensão a outros territórios, a possibilidade de adaptar seus métodos de pesquisa e de produção a outros recursos agrícolas, abrem sérias possibilidades de melhora do nível dos meios de subsistência num futuro bem próximo. Contudo, a partir de 1980, o terceiro mundo terá de alimentar quase que um terço a mais de bocas. Desse modo, o sucesso registrado na corrida população-meios de subsistência é apenas temporário e a trégua que ele nos proporcionou é de quinze anos, talvez de trinta. Contudo, a espada de Dâmocles da carestia já não ameaça mais, de imediato, milhões de homens.

O FRACASSO DO DESENVOLVIMENTO

Na terceira frente da luta aberta em 1954, os resultados são muito menos brilhantes. Paradoxalmente, contudo, eles caminham no mesmo sentido que os indícios encorajadores acumulados alhures, levando a uma atenuação sensível do grande medo. A batalha travada contra o subdesenvolvimento foi decidida e se desenvolve ainda sob os auspícios da O.N.U., que em dezembro de 1961 declarava o período 1961-1970 o “primeiro decênio do desenvolvimento”. A Assembléia Geral, ao mesmo tempo, fixava objetivos precisos que deveriam, oportunamente, aproximar o nível de vida dos países subdesenvolvidos do das nações industrializadas. Um segundo decênio foi decidido em 1968, em Nova Delhi, em meio à indiferença e à perplexidade causadas pela constatação de impotência e de fracasso.

Com efeito, os objetivos fixados estão longe de serem atingidos. As taxas de crescimento do produto nacional bruto deveriam ser de 10% ao ano, e foi de apenas 1,6-1,8%. Noutro setor, o da educação, apesar do enorme esforço, o número dos analfabetos passou, em dez anos, de 700 para 800 milhões. Todos os indícios apontam no mesmo sentido: a ajuda dos países ricos, fixada a 1% de seu produto nacional, era efetivamente dessa ordem em 1960, mas baixou depois regularmente e não ultrapassou em 1970, em relação aos Estados Unidos, o prin-

cipal doador, 0,50%. Desse total, apenas 20 ou 25% constituem auxílio; a parte maior é constituída de empréstimos reembolsáveis. A dívida dos países subdesenvolvidos em relação aos países ricos subiu de 9 bilhões de dólares em 1955 para 60 bilhões em 1970. A dívida ia quase a 5 bilhões de dólares em 1968, ou seja, mais de um terço da ajuda total recebida no mesmo ano. Daqui a alguns anos, os lucros dos empréstimos anteriores ultrapassarão o total da ajuda anual. Enfim, a parte do terceiro mundo nas exportações mundiais cai de 28% em 1953 para 17,7% em 1969. Diante dessa estagnação, ou dessa regressão, o aceleramento extraordinário do crescimento econômico nos países desenvolvidos torna mais sensível ainda o atraso do terceiro mundo. O espaço entre ambos aumenta a cada ano e se torna um abismo cada vez mais difícil de se preencher.

Foi preciso tirar lições desse fracasso. Em primeiro lugar, parece difícil, diante da enormidade das massas humanas envolvidas, que seja possível resolver o problema do subdesenvolvimento e da miséria agindo do lado de fora. Em última análise, o coração dos países ricos — o dos países capitalistas, do grupo dos Dez — não aceitou o desafio que lhe havia sido lançado. Só o Estado é capaz de extrair da estrutura de base agrícola os excedentes que permitirão os investimentos industriais. Só o planejamento — e o planejamento autoritário — pode levar a esse resultado, que não pode ser pretendido pela economia do mercado. Além do mais, a solução que deve ser dada ao subdesenvolvimento passa, quase inevitavelmente, por um processo político. A China, a esse respeito, é um exemplo, pois conseguiu obter um crescimento do produto por habitante de 3 a 4% ao ano no período de vinte anos, isto é, durante um período longo e agitado, no país de maior população do mundo, 750 milhões de pessoas, e sem nenhuma ajuda externa há mais de dez anos.

A SUPERPOPULAÇÃO DOS RICOS

Esse panorama, tal como podia ser apreciado em 1967, levava a fazer sobre a situação demográfica mundial um julgamento bem diferente daquele expresso em 1954. Então, os perigos mais ameaçadores, os mais imediatos, pareciam afastados, senão

conjurados: o espectro da penúria foi afastado e a fome não é mais o problema central da população mundial. Do mesmo modo, o impulso demográfico, sem ser detido, perdeu contudo a inexorável fatalidade de sua permanência. Já se pode divisar o clarão que marca a saída do túnel e, sem que a distância a percorrer seja bem definida, já se pode discernir um termo. Quanto à miséria, ela encontrará entre aqueles mesmos que ela persegue as razões de seu desaparecimento. É através da revolução política e da tomada do poder que as grandes massas rurais encontrarão a energia necessária para se sacrificar, para se equipar e para progredir.

Os países abastados têm algumas lições a tirar dessas três conclusões. Para o primeiro deles, os Estados Unidos, essa lição chegava justamente no instante em que uma reação isolacionista parecia ditar a atitude de seu presidente. O “descompromissamento”, com efeito, não dizia respeito apenas ao Vietnã ou à Europa. Ele se estende igualmente ao conjunto dos problemas gerais que se colocam na escala da comunidade mundial. A ele se acrescenta uma profunda desilusão: os Estados Unidos forneceram mais de 60% da ajuda total aos países subdesenvolvidos, e hoje ainda mais de 40%. A constatação de fracasso que, afinal, resultou desse esforço põe em dúvida a crença profundamente americana num progresso contínuo e universal, na diminuição constante da desigualdade das condições de vida. As disparidades, em vez de se atenuarem, se acentuam.

Mas, onde estão os cataclismas tantas vezes anunciados? À força de predizer as catástrofes que deveriam atingir este planeta superpovoado, pode-se duvidar da realidade desses futuros apocalipses, desse juízo final dentro de prazos continuamente protelados.

Estamos agora bem longe do grande medo de 1954. A superpopulação e seu cortejo de fome, de epidemias, de miséria parecem ter ido para longe e o silêncio toma o lugar das ruidosas descrições de sua devastação. Contudo, outros rumores, e de outra ordem, se levantam ao mesmo tempo em que esse pavor se acalma.

A caixa da Pandora demográfica mal acaba de se fechar — não sem uma profunda hipocrisia — e ela torna a se abrir e os

demônios de Malthus tornam a aparecer nos lugares onde eram menos esperados: nos países desenvolvidos, e no mais poderoso de todos eles: nos Estados Unidos.

A questão central do século que chega não é mais a que nos preocupava há vinte anos. Se a superpopulação continua a constituir o cerne do problema, os acusados não são mais os países pobres e prolíficos, cuja multiplicação descontrolada ameaçava submergir o globo e dissipar nossas riquezas. A superpopulação de novo estilo e o superconsumo desenfreado, o intenso desperdício que faz dos países ricos, e do primeiro dentre eles, o ávido e privilegiado devorador dos recursos limitados concedidos a toda a nossa espécie.

No transcorrer dos anos 1966-1967 uma reviravolta brusca e completa modifica totalmente a imagem que os americanos faziam de si próprios, e partindo de sua população. Instalada desde o após-guerra no alto de seu enorme poder, na idade de ouro de um desenvolvimento harmonioso e regular, contente consigo própria e de consciência tranqüila, a América, em alguns meses, vê-se ameaçada e abalada em todos esses pontos. O dinamismo demográfico, que caminhava lado a lado durante o mesmo período e que se resume no *baby-boom*, refletia uma acepção muito ampla de um ideal familiar, centrado na visão idílica de um povo de crianças, a brincar nos jardins encantados de uma pacífica e abastada *suburbia*. Muito bruscamente, esse dinamismo e esse ideal desaparecem. O crescimento populacional — como o crescimento econômico, sob o mesmo pretexto, aliás, e a mesma virulência — é posto em causa e parece transformar-se mais numa carga do que num benefício. O objetivo de uma população estável instala-se nos espíritos e no vocabulário, e acaba sendo aceito pelos Estados e pelo Governo Federal. O modelo invejado das grandes famílias é agora rejeitado e dá lugar a um tipo de família absolutamente original nos anais americanos.

A sombra, o nome e a doutrina de Malthus estão muito evidentemente presentes nessa mudança de direção. Voltando-se para si mesma, a América constata com espanto que, sob aparências diferentes, os demônios que ela combateu nos países pobres estão agindo em sua própria casa. Malgrado sua força

e riqueza — ou talvez por causa delas — sua sorte está ligada à evolução futura de sua população, às quedas de seu gigantismo econômico e, notadamente, aos golpes irremediáveis que elas causam sobre os recursos fundamentais.

O novo terror vai se exprimir e repercutir de modo notável no meio da população. O impacto demográfico desse movimento de opinião é muito sensível em três direções complementares. Em primeiro lugar, uma diminuição da taxa de nascimento que, depois de se ter mantido durante dez anos, de 1947 a 1957, num nível elevado, o dos 25%, diminuiu em 1965 para 17,5%, o mínimo absoluto jamais registrado nos Estados Unidos. Em segundo lugar, a taxa de fecundidade desce a 30% de 1957 a 1967, e essa nova tendência manifesta uma redução importante no tamanho das famílias. Se a média de filhos por mulher casada era de 3,7 nos últimos anos de 1950, o número médio de filhos para a geração dos pais de 1965-1970 não ultrapassa os 2,5 filhos por casal. Em conclusão, os dados recentes disponíveis sobre a evolução do casamento e da família americana indicam uma revolução real e de longa duração no estilo da família americana. O ciclo de vida típico de uma família média nos anos cinquenta comportava um casamento jovem, o nascimento aproximado de 3 ou 4 filhos, uma casa individual nos *Parly* agreste de uma grande cidade, o uso de dois automóveis, o trabalho do marido na cidade, a mulher em casa durante 15 ou 18 anos, uma poupança considerável orientada para a educação universitária dos filhos e para a velhice. Esse tema, hoje, conhece variações absolutamente novas. A família se forma mais tarde, porque já não se casa tão jovem. O primeiro filho demora muito mais a vir e, portanto, a mulher continua a trabalhar muito depois do casamento. O número de filhos é de 1,2 e, mais raramente, de 3. A mulher volta a se dedicar a uma atividade paga, com os filhos ainda muito jovens. Como o casal trabalha, quer morar mais perto do lugar do trabalho e recusa o esporte estafante do *commuting*; com uma situação financeira bem favorável, ele consome mais e, sendo menores as preocupações familiares, economiza menos.

A essa nova versão da vida particular dos cidadãos corresponde uma orientação não menos nova dos poderes públicos. Esse processo é absolutamente original nos Estados Unidos,

cujas legislações, até agora, nunca havia tratado diretamente da população. Os Estados haviam criado e mantêm regulamentos negativos ou restritivos a respeito da contracepção e mais ainda do aborto. A primeira manifestação da adesão das autoridades governamentais às preocupações do povo americano é a mensagem especial do Congresso a respeito da população a 18 de julho de 1969. Se pela primeira vez na história americana o presidente vinha chamar a atenção sobre o problema demográfico, seu primeiro objetivo era, em primeiro lugar, sublinhar o perigo que correm os Estados Unidos com a aberrante distribuição de sua população. Os primeiros resultados do recenseamento de 1969 reforçaram essa inquietude. Mais de 75% dos americanos mora nas zonas urbanas e esse coeficiente será elevado para 86% no ano 2000. Durante o decênio 1959-1969, mais de dois terços dos *counties* que compõem os Estados Unidos (o equivalente administrativo de nossos distritos) tiveram mais emigrantes do que imigrantes e cerca da metade, apesar do movimento natural de aumento da população, tem um saldo negativo. Frear esse movimento de concentração excessiva, tal o objetivo do "Housing and Urban Development Act", votado em 1970 pelo Congresso.

As repercussões demográficas dessa tentativa para orientar a instalação da distribuição sobre o território dos 50 próximos milhões de americanos só podem ser indiretas. Dois organismos criados em 1970 pela administração dedicam-se aos problemas demográficos como tais e ambos refletem bem o rumo tomado pela preocupação dos americanos. Trata-se, de uma parte, do "Conselho Para a Qualidade do Meio Ambiente" e, de outra, da "Secretaria de Pesquisa dos Objetivos Nacionais". A Secretaria acaba de publicar seu primeiro relatório, que confirma a importância primordial da evolução da futura distribuição da população e a necessidade de se conseguir um crescimento mais moderado e mais equilibrado da mesma.

A essa primeira abordagem, discreta, dos problemas demográficos, iria seguir-se a abertura de uma segunda frente, desta vez, sob a bandeira da saúde e do bem-estar social. O Dr. Charles Westoff calculava em 1969 que cerca de 35 a 45% do crescimento demográfico entre 1960 e 1968 era devido a uma fecundidade não desejada. Esse incrível salto, nesse país, devia

ser detido. O Congresso toma duas medidas essenciais nessa direção. Um *Act* de 1970 prevê a criação do "Serviço Federal de Planejamento Familiar e das Pesquisas Relativas à População" e destina, por três anos, um crédito de 235 milhões de dólares para o início dos serviços de planejamento familiar e de 195 milhões de dólares para uma série de estudos a respeito dos melhores métodos de contracepção. Reconhece-se aí explicitamente o direito, para todas as mulheres, seja qual for seu *status* econômico, de conhecer e de fazer uso do planejamento familiar. Esse é o primeiro passo, e um dos mais importantes, rumo a uma política populacional, e esse passo não pode deixar de ter uma influência efetiva sobre o movimento da demografia americana. A liberdade de escolha que, assim, acaba de ser objetivamente criada, vai ser reforçada muito sensivelmente pela liberação da legislação do acordo. Doze Estados reformaram suas leis nesse sentido e em três deles, dentre os quais Nova Iorque, o aborto é deixado ao critério apenas do médico e da mulher grávida.

Em apenas um ano, a taxa de nascimento diminuiu de 15% em alguns bairros novaiorquinos e nesse mesmo ano houve um aborto para cada nascimento em todo o Estado de Nova Iorque. Um novo passo muito significativo foi a criação, a 16 de março de 1970, da "Comissão Para o Crescimento da População e do Futuro Americanos", cuja finalidade demográfica, pela primeira vez, é explicitada. As missões confiadas a esse organismo são reveladoras: o Senado pediu-lhe que seguisse os movimentos de população, que avaliasse suas repercussões sociais e recomendasse as medidas a serem tomadas para ajustar estas àqueles. A Câmara dos Representantes, por sua vez, foi muito mais longe ao pedir à Comissão que julgasse as implicações do crescimento demográfico sobre o meio e os recursos americanos. Entregou-se, enfim, à Comissão a pesquisa do nível de população ótimo diante dos "custos" e dos meios materiais da América de hoje. A comissão publicou em março de 1971 um relatório preliminar, cuja conclusão nada tem de ambíguo: "A este estágio de nossa pesquisa, consideramos que um crescimento da população tão importante como o que foi constatado nos Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial agravou a maior parte de nossos problemas nacionais e tornou difícil sua solução."

Essa tomada de posição oficial coincide com os gritos de alarma dados por inúmeros modos e meios no conjunto dos Estados Unidos, que colocam o crescimento demográfico no primeiro plano dos problemas políticos. No Dia da Terra, a 23 de abril de 1970, milhões de americanos protestaram contra a exploração destrutiva da natureza pelo homem e se manifestaram contra o perigo da superpopulação. De um modo ou de outro, os americanos, de uns anos para cá, julgam-se ameaçados pela sua expansão demográfica. A prova mais evidente dessa psicose é a criação e o êxito de um movimento que iria coordenar e organizar o conjunto dessas atitudes e dessas reações. A Associação do *Zero Population Growth* (Crescimento Nulo da População) ou Z.P.G. foi fundada em 1969 por Paulo Ehrlich, biólogo de Stanford, e contava em abril mais de 30 000 membros nos 45 Estados. A rapidez da multiplicação dos adeptos é reveladora da verdadeira paixão provocada nos Estados Unidos pelo objetivo dessa associação: a estabilização da população americana. Para atingi-la, seria necessário que as mulheres americanas não colocassem no mundo, durante toda a sua existência "fértil", mais do que 2,1 filhos. Atingido esse limite, seriam precisos 70 anos para que a estabilidade global da população — 2 040 — possa ser conseguida. Embora desde agora a América já esteja a caminho de uma diminuição, ainda resta muito para ser feito no sentido do não-aumento.

Depois de dois decênios de um otimismo quase agressivo, eis, portanto, em poucos anos, outra vez Malthus à frente da cena. Daqui a pouco, veremos quão múltiplas são as motivações dessa volta ao nosso grande antepassado. Seja como for, a América, depois de ter sido inundada de admoestações a respeito da superpopulação no terceiro mundo e da carestia... alhures, é hoje bombardeada por uma literatura não menos alarmista, mas voltada desta vez para esses problemas internos dos Estados Unidos e centrada sobre o crescimento de sua própria população.

As perspectivas demográficas justificam, depois da euforia precedente, a atual ansiedade? Sem dúvida alguma a pressão e o ritmo de crescimento diminuíram nesses últimos anos: 18,7% de 1950 a 1960, 13,7% de 1960 a 1970, e prevê-se, para o próximo decênio, uma taxa global de 11%. Em relação à taxa

de nascimento, ela desceu a seu ponto mais baixo em 1968, mas depois tornou a subir ligeiramente. Acrescentamos que, apesar de sua relativa modéstia, a taxa de 11% em 10 anos leva à duplicação da população em 73 anos. Essa modéstia, contudo, é notável, porque começamos a sentir de novo os efeitos do *baby-boom*, e os filhos nascidos no após-guerra chegam à idade de reprodução, o que explica o aumento recente das taxas de nascimento. O número de mulheres na faixa de idade de 18 a 28 anos, que era de 11 milhões em 1960, passará a 22 milhões em 1980. Apesar disso e embora, como já vimos, o ideal familiar comporte menos filhos: 2,5 em lugar de 3,7, é inevitável um aumento da população e Nixon resumia de modo muito sistemático a perspectiva do futuro em sua mensagem ao Congresso: "Acho que um grande número de nossos problemas sociais podem ser ligados ao fato de que dispusemos de apenas cinquenta anos para acolher a segunda centena de milhões de americanos... É possível que disponhamos de apenas trinta anos para receber a terceira centena de milhões."

Essa previsão era um tanto arriscada, no sentido de que, à luz do recenseamento de 1969, a Secretaria de Recensamento publicou na primavera de 70 uma última série de projeções menos audaciosas. Quatro possibilidades são evocadas — citaremos apenas as duas extremas. A hipótese alta comporta um retorno à fecundidade dos anos 40-50 e a permanência dessa improvável alta até o ano 2000. Nesse quadro e a essa data a população americana seria de 320 milhões de habitantes, contra os 205 milhões de hoje, e atingiria 420 milhões no ano 2020. A hipótese baixa admite a adesão do conjunto de casais ao modelo Z.P.G., ou seja, aos 2,1 filhos por família, e isso num ritmo bastante rápido para que a taxa de fecundidade de substituição seja atingida em 1980 e se perpetue até o ano 2000. Por mais improvável que seja essa hipótese, ela leva contudo a um aumento da população de 55 milhões até o ano 2000 e o índice de 300 milhões seria ultrapassado no ano 2020.

Em última análise, parece impossível prever com exatidão o volume e o ritmo do inevitável avanço demográfico. A experiência dos últimos cinquenta anos no conjunto dos países do Ocidente mostra que os movimentos que animam essas populações são cada vez mais flutuantes e que é impossível basear-se

em tendências estáveis a longo ou médio prazo. Todo acontecimento favorável ou desfavorável, notadamente de ordem econômica, provoca quase que de imediato um eco demográfico, e essa sensibilidade atualmente só tende a crescer, desafiando qualquer predição.

Sentado ao banco dos réus, o crescimento demográfico está longe de estar sozinho. De fato, o ato de acusação lançado contra o crescimento demográfico provém de vários motivos de ansiedade concernentes à poluição e à defesa do meio ambiente. Um Malthus moderno e *yankee* redigiria de um modo bem diverso o seu *Ensaio*, e o peso de seu principal ataque, não podendo recair sobre a fome *stricto sensu*, se concentraria sobre uma das manifestações mais insidiosas da recente explosão de nossos poderes. A multiplicação dos ricos faz com que eles se aproximem dos limites da poluição tolerável e logo será necessário escolher entre aproveitar ao máximo nosso nível de riqueza, limitando o número dos eleitos, ou então partilhar as riquezas entre os pretendentes cada vez mais numerosos e ver em definitivo o crescimento econômico detido, degradada a qualidade da existência e rebaixado o nível de vida.

Bem evidentemente, esse problema situa-se além das questões fundamentais que se colocam no terceiro mundo, e do primeiro dentre eles: a existência ou a morte de milhões de criaturas para as quais o meio ambiente e o respeito que lhe é devido constituem um luxo e uma terrível irrisão. Começa-se a ver o aparecimento da noção de um passivo do incrível desenvolvimento econômico desses últimos trinta anos, do mesmo modo pelo qual se tornara sensível, *a posteriori*, o enorme custo humano e social da revolução industrial. Antes, os benefícios globais da expansão ultrapassavam e tornavam de algum modo invisíveis os aspectos negativos de sua ação.

Um novo superpovoamento, que já não é mais apenas de natureza demográfica, inquieta as nações ricas e torna a colocar em evidência a equação malthusiana. Como se exprime ele? Pelo aparecimento da asfixia, da incapacidade dos territórios dessas nações para absorver a terrificante ação de que eles constituem a sede. Não é a massa humana que está em questão aqui, mas, acabamos de vê-lo, o impacto ecológico dos indivíduos das nações ricas. Paralelamente, dois fenômenos levaram ao novo

superpovoamento. De um lado, o aumento das necessidades das nações ricas; de outro, o impacto negativo da satisfação de algumas dessas necessidades sobre a satisfação das outras. O desenvolvimento econômico, que libertou os países ricos da fome, e que depois permitiu que eles satisfizessem necessidades menos elementares e sempre renovadas, é acompanhado inexoravelmente do desenvolvimento urbano, fonte de todos os obstáculos, em breve negação das necessidades de espaço, de verde, de ar puro, de calma, etc. O "meio ambiente" está superpovoado, e não pode mais fornecer a todos e a cada um a parte que lhe cabe da natureza.

Vê-se como mudou o sentido do termo superpopulação. Contudo, uma imagem permite que se reencontre seu sentido primitivo. Atualmente, cada um de nós é senhor de uma multidão de escravos invisíveis (cada americano tem cerca de 500), agindo através dos inúmeros produtos que consumimos ou de que fazemos uso. Aladim tinha às suas ordens apenas um gênio: nosso poder vai além dos *Contos das Mil e Uma Noites*. A eficácia desse grupo, cega e continuamente devotado, é a medida das desordens que ele causa. Feitas as contas, os Estados Unidos, com seus habitantes e os escravos que os servem, são o país mais povoado do mundo, e a América, na verdade, se resente muito vivamente das manifestações desse paradoxal superpovoamento.

A partir dessa constatação de um superpovoamento, que não diz mais respeito aos meios de subsistência, mas à qualidade da vida, elaboram-se contudo profecias à la Malthus. Encontram-se cada vez mais sinais que anunciam que os Estados Unidos ultrapassaram a capacidade da biosfera de degradar e de assimilar com rapidez a imensa montanha de 150 milhões de toneladas de resíduos domésticos que envenenam lentamente seu território e sua atmosfera.⁴⁰ O prolongamento das atuais tendências desse novo superpovoamento parece levar as nações ricas a um suicídio.

(40) Alguns totais brutos, para apreciar tanto a realidade como a enormidade do problema: como fazer desaparecer cada ano 7 milhões de carros, 55 bilhões de latas de cerveja, 26 bilhões de garrafas, 3 bilhões de sacos, detritos, cinzas e refugos de toda sorte! Um exemplo entre mil: por motivos econômicos, o valor do esterco é nulo. Os criadores de gado

UMA NOVA ESCASSEZ

Mas nesse concerto profético, e apesar da analogia fácil da superpopulação, quem deveria ser ouvido: o Malthus demógrafo do *Ensaio*, ou o economista dos *Princípios*? A população, sua evolução, suas necessidades constituem os temas aparentes de uma crise diversamente profunda, na qual as perguntas são um retrato do pavor que as inspira. Que a tradução no plano dos números, e apenas nesse plano, apresenta algumas contradições, isso pode ser julgado pelo seguinte exemplo. Os Estados Unidos estão realmente superpovoados? Os totais brutos de densidade permitem que se duvide dessa afirmativa: eles são 4,5 vezes mais altos na França, 10 vezes mais altos no Reino Unido, 50 vezes mais alto na Holanda. Contudo, como vimos, três quartos dos americanos moram nas zonas urbanas, nas quais a densidade é muito mais alta do que a densidade média; cerca da metade desses cidadãos vive nas metrópoles, onde a densidade é 150 vezes maior. O verdadeiro problema, portanto, não é o de um total muito elevado de habitantes, mas o de uma concentração excessiva: a cidade de Paris multiplicada, em meio a outros tantos desertos. O problema da repartição e da distribuição não dependeria essencialmente das técnicas econômicas e sociais mais do que das da demografia?

A escassez, que Malthus havia captado com surpreendente clarividência no *Ensaio*, mas que só o economista dos *Princípios* soube realmente analisar, e que os países ricos haviam quase esquecido, no prodigioso desenvolvimento econômico dos séculos XIX e XX, torna a aparecer por toda parte e para todos. Desde a empresa pioneira, que não sabe mais onde encontrar água para resfriamento suficientemente fria ou suficientemente pura, onde encontrar ar suficientemente adequado, até o pescador de linha à procura de peixes cada vez mais problemáticos, cada um sente essa emergência de novos tipos de escassez.

Num futuro próximo, o P.N.B. deverá ser substituído por um índice de nível de vida que leve em consideração outros

procuram desfazer-se dele do modo mais barato possível, jogando-o nos rios. Em um só desses rios a poluição causada por essa descarga foi avaliada como equivalente à dos dejetos de 100 milhões de pessoas! (*The Time*, 14 de setembro de 1970, citado por Bairoch, p. 353.)

fatores, além dos bens de consumo: o ar e a água puros, o espaço, a intimidade, o silêncio, a beleza, tornam-se bens raros, e é provável que essa procura seja regulamentada e satisfeita pela sociedade, como ocorre em relação a todos os demais bens raros. Um nível de vida elevado incluirá, a custo igualmente alto, elementos qualitativos da existência até agora disponíveis gratuitamente. Desde já, a corrida em direção ao sol e às montanhas é um sinal dessa evolução. Nesse contexto, a análise da renda, o debate entre Malthus e Ricardo readquirem aqui toda a sua acuidade.

A regulamentação pela escassez começou no novo sistema socioeconômico. Mesmo se a catástrofe ecológica, com que nos ameaçam, não seja para amanhã, os custos externos, os que não estão integrados no cálculo econômico, também eles subiram muito sensivelmente e, além de certo limite, já atingido pela Europa Ocidental, já ultrapassado pelos Estados Unidos, o preço social e global do crescimento é maior do que suas vantagens. Os economistas foram obrigados a admitir a existência de limites físicos e biológicos à expansão econômica. Como escreveu K. C. Boulding, a terra nada mais é do que um navio espacial e a economia do *cow-boy* deve dar lugar à economia do astronauta, que dispõe de reservatórios reduzidos, seja para guardar como para lançar fora, e cujo consumo é rigorosamente calculado e medido. A dificuldade inflexível, apresentada pelas capacidades de adaptação de nosso planeta, é claramente compreensível a todos. A reflexão econômica não pode mais se basear num fluxo ininterrupto de bens, mas na exploração de um capital de recursos não-renováveis.

Aqui é preciso citar Malthus: "De acordo com essa lei da população, que, por mais exagerada que possa parecer, enunciada em seus termos, não deixa de ser a que responde melhor à natureza e à condição do homem, é evidente que deve existir um limite qualquer para a produção desses meios de subsistência e de alguns outros produtos necessários à vida."⁴¹ Os produtos necessários à vida englobam hoje o ar, a água, etc., que Malthus considerava como dispensados em abundância ao homem pela Providência. A reflexão malthusiana não deixa de ser

(41) Malthus, Princípios de Economia Política, *op. cit.*, p. 164.

menos atual e a renda começou a desempenhar seu papel nas regras a que se submete o sistema. A especulação imobiliária talvez seja o sinal mais evidente disso. Contudo, no domínio da produção, os industriais já começam a levar em conta o custo dos recursos antes gratuitos, tais como a água e determinados tipos de terrenos. Mas enquanto, na época de Malthus, a propriedade agrícola era um fato histórico e institucional, a propriedade privada não é a regra para todos esses novos recursos raros. De quem é a água dos rios e dos lagos, de quem são as praias, de quem é a atmosfera? Compreende-se bem ao mesmo tempo a pertinência da análise malthusiana e a dificuldade de sua transposição.

Seja como for, surge uma certeza: a capacidade de adaptação está prestes a ser ultrapassada e o estoque disponível não é suficiente para assegurar a todos o nível de vida dos países desenvolvidos. Além do mais, nada indica que a parada do crescimento da população das nações ricas seja suficiente para deter a tendência para uma degradação de nosso meio, que parece ser bem a consequência de nosso consumo e de seu aceleração. Um mesmo fenômeno, considerado sob dois ângulos diferentes, será mais bem apreciado. Os dois terços do aumento do consumo da corrente elétrica nos Estados Unidos, a partir de 1945, são atribuíveis à elevação do nível de vida por cabeça, e apenas um terço ao aumento da população. Por outro lado, os Estados Unidos gostariam de voltar ao nível de produção total de eletricidade de 1940 com o consumo por cabeça de 1960, quando sua população não deveria ultrapassar os 25 milhões.

A constatação precedente leva à descoberta de uma evidência ainda mais amarga e cujas consequências estão longe de serem hoje totalmente apreciadas. A elevação do nível de vida nos Estados Unidos e na Europa ameaça não apenas seus territórios e atmosfera, mas ainda a própria existência dos outros povos, cujas riquezas e exploração constituem a base de privilégios exorbitantes. Todos os cosmonautas estão na mesma nave, mas não têm igual acesso ao oxigênio. Algumas cifras são bastantes para provocar desânimo. Os Estados Unidos, com 6% da população, consomem 40% das matérias-primas produzidas no mundo. O limiar da pobreza está situado oficialmente, nos Estados Unidos,

em 3 000 dólares de renda por ano e por família: trata-se de uma cifra quase dez vezes superior à renda média de uma família hindu! Quando a contabilidade se torna mais precisa, a diferença aumenta ainda e sua evolução cronológica é desastrosa: em 1970, a diferença média por habitante do terceiro mundo e a dos habitantes dos países desenvolvidos passou de 1 para 9 em 1950 a de 1 para 14 em 1970. Entre o Sudeste da Ásia e a América, essa diferença é de 1 para 42. Se em cada um desses dois conjuntos geográficos selecionarmos o país mais pobre e o país mais rico, a diferença passa de 1 para 70. Expresso em anos de atraso a recuperar para alcançar o modelo ocidental, de acordo com o ritmo de desenvolvimento atual próprio de cada continente, a diferença não é menos desesperadora. Seriam precisos mais de dois séculos para que a África alcance o clube dos Dez; um século e meio para a Ásia, um século para o Oriente-Médio, meio século para a América Latina.

Não é de se admirar que, nesse contexto, a equação malthusiana tome um aspecto singularmente desequilibrado. Um americano consome 30 vezes mais petróleo e minerais que um hindu. Fora dessas quantidades facilmente mensuráveis, calcula-se que o impacto negativo de um americano sobre o conjunto ecológico é 50 vezes superior ao de um hindu. Além de qualquer outro motivo, essa indicação, sozinha, dá conta do terror demográfico nos Estados Unidos: mais 75 milhões de americanos — a quota demográfica mínima dos trinta próximos anos — equivale a um aumento planetário de 3 bilhões e 750 milhões de hindus. Onde está a verdadeira ameaça demográfica? O problema pode ser encarado de outro modo e o essencial dos privilégios americanos resumido num simples enunciado: a produção total do mundo em 1969 não poderia permitir a existência de mais de um meio-bilhão de homens dotados do nível de vida privilegiado dos americanos.

AS ANÁLISES DE FORRESTER

O grande medo de 1970 é essa evolução da obsessão demográfica quanto à sorte dos países do terceiro mundo para uma reflexão dos Estados Unidos sobre o crescimento de sua própria população. É justamente em razão de sua riqueza que, muito

paradoxalmente, os americanos estão assustados por uma progressão cuja formulação demográfica de fato dissimula, como acabamos de ver, um conjunto complexo de fatores. Toda a grita levantada sobre o problema demográfico põe em jogo o peso insentado do consumo, a punção dos recursos do mundo inteiro e a perspectiva de seu esgotamento por uma ínfima minoria da humanidade. A questão explosiva é a de se saber se o nível de vida americano, baseado em seu poderio, pode-se perpetuar ou se um pouco mais de justiça não causará uma diminuição desse mesmo nível.

Seja como for, a preocupação dos americanos transformou-se numa crise e o esforço reflexivo por ele causado abre uma nova direção para o pensamento malthusiano. Este último jamais esteve ausente e havia encontrado, como vimos, uma manifestação brilhante de sua perenidade no exame da situação demográfica do terceiro mundo. Seu ressurgimento hoje em dia é afirmado, não só por inúmeras homenagens e referências a Malthus e à sua inspiração mas, mais ainda, por um renascimento indiscutível e uma volta de sua tradição.

Sob o duplo aspecto dessa filiação e da análise da crise em andamento, o professor Jay W. Forrester acaba de publicar, sob a égide do Club de Roma, uma obra que reúne, numa surpreendente síntese, o ensinamento de Malthus e as lições a serem tiradas do problema americano.⁴² O livro, intitulado *World Dynamics* não é uma dessas obras de predição, com descrições apocalípticas, que constituem as delícias e as falsas angústias de um público alarmado mas não informado. Trata-se, provavelmente, de um lançamento tão importante, tão fecundo como o das teses de Colin Clark há trinta anos, pelos caminhos que abre e pelas pesquisas que não deixará de provocar. Voltado para o futuro, ele se baseia numa lógica muito diferente da dos clássicos do gênero e, nesse sentido, é absolutamente inovadora. Pela pri-

(42) Este trecho foi escrito quando os trabalhos do Club de Roma acabavam de ser publicados. Desde então, a divulgação de que foram objeto e os debates que se travaram sobre esse tema levam-nos a perguntar sobre a finalidade de semelhante estudo. A comparação com o *Ensaio* parece-nos, hoje, impossível, e só poderia ser feita com muita prudência.

meira vez, Forrester substitui uma perspectiva linear, que desenvolve sucessivamente cada um dos fatores, considerados de acordo com as tendências anteriormente constatadas, prolongando-as pelo espaço cronológico, por uma abordagem dinâmica que se preocupa com as interações.⁴³ Seu objetivo é “compreender as opções à disposição da humanidade quando as sociedades humanas dão início à transição do crescimento para o equilíbrio. O homem, durante sua história, se concentrou no crescimento — crescimento demográfico, de nível de vida, das fronteiras geográficas. Mas, no espaço limitado deste mundo, o crescimento, num dado instante, tem de ceder o passo diante do equilíbrio. Pouco sabemos a respeito das forças econômicas e sociais que acompanham nosso ingresso no equilíbrio mundial”.

Se essa asserção é familiar aos ecologistas, os métodos de abordagem de Forrester são originais. *World Dynamics* é fundamentalmente a descrição de uma simulação feita por computador, técnica já bastante conhecida, na qual a atividade humana e seu meio são considerados como um sistema global único. Por sistema global único Forrester entende o homem, sua organização social, sua tecnologia e ambiente natural. As relações entre essas forças produzem mudanças, tensões e rupturas dentro do quadro social, o que não é novidade. Mais novidade é a constatação muito recente de que essas forças e seus conflitos não podem mais ser controlados pelas soluções históricas clássicas: migração, expansão, crescimento econômico ou tecnológico — sem mencionar os remédios tradicionais, mas já ultrapassados, como a guerra, a fome ou as epidemias. É bem verdade que uma simulação eletrônica do impacto de nossa espécie sobre o planeta provoca simplificações extremas. É por isso que o “inventor” não pôde englobar em seu modelo nenhuma distinção de ordem geográfica ou política, considerando, por exemplo, a população e o capital como se distribuídos de modo uniforme sobre toda a terra. Apesar disso, a complexidade desse trabalho é muito grande e só a descrição do modelo das variantes com os valores que lhes são atribuídos ocupa a maior parte do livro.

(43) A exemplo dos processos circulares de nossos sistemas sociais, nos quais não existem causas e efeitos numa só direção, mas círculos de ações e de repercussões sucessivas e recíprocas.

Depois desse primeiro ensaio e do interesse por ele provocado, outros modelos simulados, mais complexos e com outras gradações, estão em elaboração. As variantes contidas nessa tentativa original e apaixonante são a população, a poluição, o investimento, os recursos naturais não-renováveis e a qualidade de vida (conceito definido como sendo a resultante do nível de vida material, da densidade, da poluição e do nível de alimentação). Através das múltiplas passagens pelo computador, Forrester examinou todas as interações possíveis entre cada uma dessas variantes até o ano 2100. A cada passagem, para simular as mudanças das condições ou da política, altera-se o valor numérico atribuído a uma ou a diversas das variantes e registra-se a repercussão dessas mudanças sobre as outras variantes, e depois o eco desses ecos, etc. É a multiplicidade considerável dessas interações que constitui a dificuldade e o interesse dessa técnica e que permite esboçar, pela primeira vez, o jogo dinâmico das forças econômicas e sociais.

Mas assim como, nas perguntas feitas pelos países ricos a respeito de seu novo superpovoamento, tornamos a encontrar o conteúdo dos problemas colocados por Malthus, assim, no método de Forrester, tornamos a encontrar certos traços originais do método malthusiano. Forrester, como Malthus, considera o homem um ser vivo, que envelhece, que, sucessivamente, é criança, adulto, velho, ao mesmo tempo produtor e consumidor. A ação dos recursos sobre o número de braços, estudada por Malthus, mas negligenciada pelos economistas “clássicos”, encontra nova formulação em *World Dynamics*.

Além do mais, a abordagem “sistêmica” de Forrester assemelha-se às análises de Malthus. Para Forrester, a justificação de um trabalho como *World Dynamics* reside na dificuldade de prever as reações “contra-intuitivas”⁴⁴ do sistema em determinadas simulações. Ora, essa era precisamente a preocupação de Malthus nos *Princípios*, e também num trabalho escrito em 1807⁴⁵ a propósito da lei de ajuda aos pobres.

(44) Em outras palavras, a complexidade dos “ecos” impede a previsão das conseqüências desta ou daquela ação.

(45) Malthus, *A letter to Samuel Whitbread on his proposed bill for the amendment of the poor laws*, Londres, 1807.

“As primeiras aparências, nesse assunto, são ainda mais decepcionantes que em outros; e os efeitos parciais e particulares, de uma medida de alívio, muitas vezes são diretamente opostas às conseqüências gerais e permanentes.”

Quando o modelo-base de Forrester, em resumo, muito parecido com o de Malthus, mas baseado em dados, tendências, métodos atuais, foi colocado num computador e submetido ao número de passagens necessárias, o cenário final resultante é bastante sombrio: o crescimento demográfico foi detido e diminuiu até, pela falta crescente dos recursos naturais. O declínio da população nesse quadro começa no ano 2020. Para observar de que modo se completaria esse mesmo modelo se a pressão dos recursos fosse libertada, Forrester, num segundo tempo, reduz arbitrariamente o coeficiente numérico de desenvolvimento afetado por essa variante. O computador dá uma descrição mais negra ainda, na qual o mundo é asfixiado mais rapidamente pela poluição. Cada um dos modelos considerados sucessivamente traz a visão de um prazo mais ou menos próximo, no qual o crescimento econômico e demográfico é detido: se o freio não é, como antes, a falta de recursos ou a poluição, é então a superpopulação e a falta de alimentos.

A conclusão parece vir por si e a marcha rumo ao equilíbrio é inelutável. A curto prazo, as implicações que devem ser tiradas desse ensinamento não são por isso menos constrangedoras e a revelação que ela implica acarreta a obrigação de uma verdadeira revolução copernicana em nosso modo de pensar. Nós esperamos “sempre mais” — e teremos de esperar “talvez menos” — depois do crescimento, o declínio. Eis as lições gerais que Forrester tira do “jogo” dos diferentes modelos por ele elaborados.

Antes de mais nada, vê-se claramente que a indústria, provavelmente, se transformou numa força de desordem para a ecologia mundial, mais custosa que a população e, nesse sentido, o fim do crescimento é, não apenas o fim do aumento da população, mas também o fim do desenvolvimento industrial.

Conseqüências imediatas, que Forrester não dissimula nem atenua de modo algum, podem ser deduzidas a partir daí. Mediante um cálculo aritmético muito simples, amplamente confir-

mado pela simulação em computador, parece impossível ver, de modo realista, que o nível de vida dos países subdesenvolvidos alcance algum dia o nível dos países ricos. Cada privilegiado sobrecarrega os recursos e a natureza 20 a 50 vezes mais do que uma pessoa desfavorecida. Há quatro vezes mais população no terceiro mundo do que nos países industrializados e já agora os níveis críticos de poluição foram atingidos, surgem os riscos de esgotamento dos recursos não-renováveis. Nessas condições, uma eventual adequação dos níveis de vida tenderá a se efetuar mais através de um atraso dos países ricos do que mediante o progresso dos países pobres. Essa constatação leva Forrester mais longe ainda: ele põe em dúvida a capacidade de sociedades superindustrializadas, como os Estados Unidos, se perpetuarem no tempo. Embora leve um século, parece que essa louca obsessão pelo desenvolvimento e pela industrialização é despropositada. Os países subdesenvolvidos estão afinal mais próximos desse equilíbrio final com o meio, que se tornou a meta que seremos forçados a atingir. Eles são menos sensíveis às tensões exercidas pelas diversas forças que ameaçam bloquear e depois desintegrar as economias mais avançadas, cuja organização e especialização muito adiantadas constituem ao mesmo tempo a mola de sua eficácia e o sinal de sua fragilidade.

Sob esse ângulo, é provável que os países ocidentais, sem terem bem consciência disso, estejam vivendo sua verdadeira idade de ouro. Nunca, no passado, seu nível de vida foi tão elevado, e é-nos permitido pensar que, no futuro, ele jamais chegará a tanto. Pode-se acreditar que esse nível de vida elevado seja o resultado de uma produção de alimentos e de bens materiais que ultrapassa definitiva e amplamente o crescimento da população. Outros obstáculos se apresentam: o limite do espaço, que pode deter a expansão agrícola; o limite de recursos naturais, que pode deter a expansão industrial; o limite da poluição, que pode levar à degradação progressiva do nível e da qualidade da vida. Vemos surgir novos demônios ameaçadores, até agora ignorados e inofensivos. É o caso, por exemplo, da poluição, cuja influência histórica sobre a evolução demográfica foi nula. Na medida em que a poluição é um subproduto direto do equipamento industrial, seu aumento progressivo foi ligado ao da industrialização. Dessa evidência Forrester extrai um dilema

cruel. Uma industrialização desenvolvida é indispensável à manutenção das altas densidades populacionais do Ocidente e sem ela nossas cidades desaparecem. O mesmo perigo se agrava, contudo, com a busca da industrialização, que significa, por causa da poluição crescente, uma terrível ameaça demográfica, enquanto que a interrupção da industrialização significaria uma catástrofe da mesma ordem, motivada pela deterioração do suporte técnico, vital a nossas sociedades. Um raciocínio quase similar pode ser feito em relação ao *crowding*, que se pode traduzir como o fator de apreciação da densidade das aglomerações humanas.

Forrester, depois de ter evocado os impasses e os obstáculos contra os quais necessariamente se irá chocar a busca milenar do sonho de crescimento e do progresso material perpétuos, dá-nos enfim a imagem do equilíbrio global, tal como o impõe a estimulação eletrônica. Essa imagem é a de um mundo encarquilhado, encolhido, e a soma dos sacrifícios a que nos devemos submeter faz-nos duvidar da possibilidade de que essa imagem e o próprio equilíbrio algum dia se tornem realidade. Para que a população humana de 1970, dotada de um nível de vida igual para todos, de uma qualidade de vida também igual para todos, se perpetue, no futuro, com as mesmas características, seria necessário reduzir de 75% a exploração dos recursos não-renováveis; reduzir de 50% a geração de poluição; reduzir de 40% o montante de investimentos de capital; reduzir de 30% a taxa de nascimento; reduzir de 20% a produção de alimentos.

É verdade que se pode conceber intelectualmente o equilíbrio global perpétuo. As condições acima enumeradas sugerem que a adesão geral a esse programa não é para amanhã e que a revolução que ele implica deveria exigir previamente a transformação de alto a baixo dos objetivos, dos valores, dos modos de pensar e de agir de toda a humanidade.

Essa utopia assemelha-se à de Malthus, que via em seu tempo o equilíbrio entre população e recursos realizado por uma conversão de todos às virtudes de uma castidade severa e quase religiosa. Na verdade, a semelhança entre Forrester e Malthus não pára aí e parece que temos em *World Dynamics* o *Ensaio* do século XX, o livro que Malthus teria escrito se fosse vivo nos dias de hoje.

9. MALTHUS AMANHÃ...

Toda a evolução histórica das populações européias e seu atual resultado parecem desmentir, ou antes, destruir os pontos de vista teóricos de Malthus. A situação demográfica atual ultrapassa manifestamente o quadro de seu pensamento. A partir do próprio instante em que Malthus tornava explícitas as leis da população, elas se revelavam falsas e, não sem ironia, a história dos últimos séculos caminhava na direção oposta à que ele havia predito. As opiniões de Malthus seriam, por isso, inadmissíveis? Esses dois séculos não seriam um parêntesis na epopéia de nossa espécie e, se Malthus voltasse amanhã, não teria ele, baseado numa observação muito mais ampla, as mesmas razões de inquietação e o mesmo dever de dar o alarme?

MALTHUS DESMENTIDO PELA HISTÓRIA

É certo que as leis de Malthus, tais como foram formuladas no *Ensaio*, com rigor e sem nuances, não passam de um objeto histórico, mas, em compensação, elas exprimem muito fielmente, além da realidade de uma época, a essência da condição humana durante milênios. Elas continuam a ser o reflexo muito fiel de um passado que se desequilibrava historicamente no instante em que estavam sendo elaboradas.

A obra de Malthus, como já sublinhamos, deriva diretamente da tradição; encontra suas origens e mergulha suas raízes num passado longínquo. A base teológica do *Ensaio*, a primazia concedida às leis da natureza criada por Deus, com o fatalismo dela decorrente, o caráter estacionário e hierárquico da sociedade, o destaque dado à propriedade, a permanente maldi-

ção pronunciada sobre a maior parte dos homens, os pobres, todas essas características, e outras ainda, situam Malthus dentro da órbita de certo pensamento clássico cristão.

Vivendo numa época de transição, Malthus não a captou sob esse aspecto. Sua obra reflete, mesmo assim, a transição dolorosa que ocorre entre os séculos medievais e a nova situação mundial. Nesse sentido, ela constitui uma articulação essencial entre os séculos XVIII e XIX. Primeiramente, sob um aspecto negativo: sua oposição ao movimento de idéias mais inovador do século precedente, sua luta contra as filosofias idealistas, sua recusa em adotar a idéia do progresso contínuo, de uma evolução do homem e da sociedade. A natureza do homem exprime-se para ele na queda original, a natureza da sociedade na escassez fundamental e nas obrigações que isso implica.

Depois, de um modo positivo: Malthus defende e justifica o utilitarismo e sua moral, o individualismo, a economia liberal comandada pela liberdade do mercado, o mecanismo dos preços. Na verdade, seu pensamento continua dominado por preocupações que correspondem, não ao mundo que se cria sob seus olhos, mas muito mais àquele que está prestes a desaparecer. Quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista demográfico, Malthus dá uma resposta aos problemas da economia agrícola, na qual a Europa viveu durante muitos séculos. Sua obra é anterior à revolução industrial, que então apenas se esboçava. Ela é anterior também à revolução demográfica, que se inicia. Malthus inquieta-se com a situação da Inglaterra por volta de 1800, com o estado demográfico e econômico que ele tem sob os olhos, e tece comentários a respeito. Os dados que então prevalecem, em sua maioria, são os da economia medieval, e isso explica a primazia que Malthus concederá sempre à agricultura, aos "meios de subsistência". Do mesmo modo, ao expor o *moral restraint*, Malthus nada mais faz do que atualizar o controle dos casamentos, que foi, por toda a Idade Média, um dos principais meios empregados pelas sociedades ocidentais para tentar realizar o equilíbrio entre recursos e população.

Malthus e, com ele, Smith e Ricardo, os dois fundadores da escola econômica inglesa, apareceram num período importante da história do mundo: aquele no qual, pela primeira vez,

registra-se um progresso constante e sensível da riqueza de certas nações. Essa melhoria delineia-se tendo como fundo o quadro de uma estagnação econômica milenar, em benefício de uma classe da sociedade apenas. Malthus e seus adeptos não podiam negligenciar o duplo exemplo do passado e do panorama econômico que eles tinham sob os olhos. Eles, portanto, consideraram como dados bem-estabelecidos a escassez e suas consequências. Naquele tempo, a norma era a pobreza e a miséria; a riqueza e seu crescimento eram a exceção, em contradição com todos os ensinamentos da experiência. Embora Malthus tenha elaborado, nos *Princípios*, uma reflexão teórica sobre a riqueza e seu crescimento, ele nada mais faz do que explicitar e sistematizar com clareza e precisão esse estado de coisas. Rompendo com as idéias recebidas da sociedade tradicional, ele fez uma análise magistral do mundo existente em seu tempo. Nada era mais importante no contexto da escassez implacável do que desenvolver os recursos e, se apenas alguns atingiam a opulência, esses é que deveriam ser preservados. As duras exigências da concorrência e do mercado podem esmagar milhões de criaturas, pois crueldades ainda maiores foram feitas inutilmente em todos os tempos. Em qualquer hipótese, a desigualdade é um fato da natureza e a vontade do homem nada pode contra ela.

Se o mundo continuasse como então, as leis de Malthus seriam ainda integralmente válidas. Para infelicidade de nosso analista, não aconteceu assim. Justamente quando ele expõe e desmonta os mecanismos da demografia tradicional, esta começa a decrescer na Europa. Ele anuncia e codifica suas leis quando elas deixam de ser válidas. O impulso econômico sem precedentes do Ocidente transforma os dados da demografia e faz retardar, e depois desaparecer, as maldições que Malthus havia enunciado com tanta propriedade, por acreditar, erradamente, em sua perenidade. Socialmente, seus apelos à continência tornam-se cada vez menos úteis; é por meio daquilo que ele chama de vício que se modera o impulso demográfico. O Ocidente quebrou definitivamente o ciclo infernal da corrida entre produção e meios de subsistência. Ele escapou do cerco das leis naturais que regem e limitam o desenvolvimento das espécies vivas. O novo regime demográfico, resultado dessa libertação, é um equilíbrio original na história da humanidade, e independe

dos recursos, em seu movimento e em suas vicissitudes. Se Malthus tivesse tido razão em acreditar que, nas condições de sua época, a população cresceria fatalmente se mais meios de subsistência estivessem à disposição, seria arriscado e finalmente inexato supor que o número de homens devia fatalmente aumentar numa taxa mais rápida do que a da produção dos recursos disponíveis.

Sem dúvida, Malthus não podia prever a evolução histórica dos povos ocidentais no transcorrer do último século e meio. Por outro lado, a análise demográfica à qual ele se dedicou antes de escrever o *Ensaio* não lhe proporcionou elementos suficientes para detectar a mudança capital que se esboçava na dinâmica dessas mesmas populações. O antigo regime predominava com toda a sua força e o novo regime apenas se delineava. Embora lhe tivesse adivinhado as primícias, Malthus, contudo, não discerniu a ruptura essencial que se anunciava entre o regime demográfico tradicional, caracterizado pela sensibilidade às catástrofes, as grandes ondas de sobremortalidade, e o novo regime, baseado, de momento, no declínio pronunciado da mortalidade e, num prazo mais longo, numa diminuição paralela da natalidade.

Não tendo previsto a profunda transformação que se ia operar no mecanismo demográfico, Malthus não podia nem apreciar os caracteres originais das populações do novo tipo nem questionar a respeito delas. Os problemas maiores, que surgem nas regiões mais desenvolvidas de nosso mundo, escaparam-lhe por completo, porque esses problemas não existiam, propriamente falando, no momento em que ele escrevia. A meio termo, a análise e os julgamentos de Malthus não se aplicam mais às populações dos países industrializados. Suas características demográficas, seus problemas específicos são *terra incognita* para Malthus; eles se situam além de suas observações e de seu modo de pensar. A seu respeito, a obra de Malthus não passa de uma referência a um passado definitivamente abolido, que permanece como testemunho maior sobre os tempos passados.

Se Malthus escreveu o *Ensaio* com uma finalidade precisa (a luta contra os ideólogos do progresso e as repercussões sociais que essas doutrinas provocariam na Inglaterra de 1800), bem depressa o próprio objeto de sua obra se ampliou para se trans-

formar num *corpus* teórico baseado numa vasta pesquisa demográfica. De fato, Malthus descreveu um regime demográfico milenar, que começa a se desintegrar precisamente nessa época, mas cuja economia e continuidade tradicionais ele jamais colocou em dúvida. Malthus tem sob os olhos um mundo iminente, ordenado e governado por leis consideradas naturais. Elas se originaram de uma experiência milenar na qual o homem, no ponto mais alto da escala das espécies vivas, nem por isso escapa à rígida ação das leis gerais da biologia e da ecologia. Malthus coroa esse edifício com a intervenção de um legislador supremo, que teria fixado para sempre os limites da evolução humana.

Justamente quando Malthus coloca essa capa sobre a expansão futura das populações, o homem se liberta, por seu próprio gênio, desses grilhões e demonstra a superioridade e a especificidade da natureza humana em relação ao resto da natureza. Por um impulso técnico sem precedentes, as nações mais desenvolvidas garantem essa libertação e encontram os recursos necessários para construir num mesmo ímpeto um novo tipo de lei demográfica e uma economia diversificada, de poder desmesurado, se comparada à organização tradicional. Aí ainda Malthus, sem deixar de considerar as primícias, não captou a importância maior das mudanças que se anunciam. Suas declarações baseiam-se numa economia de ampla predominância agrícola, na qual a indústria e o trabalho não representam mais do que riquezas marginais, na qual os problemas de subsistência, no sentido estrito, constituem ainda a principal das atividades do *homo faber*. Toda a história tem muito mais importância do que as rachaduras que põem à vista a derrocada do sistema ancestral nesse setor reduzido do mundo. Para Malthus, o problema dominante da economia continua a ser o do aumento da produção dos alimentos, dentro de um plano tecnológico no qual a lei dos rendimentos decrescentes exprime a precariedade dos métodos rígidos e põe em destaque a submissão total do homem a seu meio. O mundo econômico que ele considera é aquele fundado por uma longa tradição, cujas origens remontam ao neolítico: é o das técnicas agrícolas simples e intangíveis, o das comunidades rurais isoladas e autárquicas, o de um gênero e de um nível de vida quase imutáveis, de um regime social estável, no qual uma desi-

gualdade confessada separa uma minoria privilegiada de grandes proprietários da massa pouco diferenciada dos pobres; o do mundo, enfim, no qual a alimentação e a multiplicação dos homens se opõem em termos antagônicos, onde, dentro desse círculo vicioso, a expansão humana progrediu de uma forma muito moderada, na justa medida da pequena margem permitida pelo aumento das riquezas.

O MUNDO ACABADO

Além de sua formulação matemática, essas leis, já contestáveis no plano do regime natural, não têm correspondência real com as novas forças que comandam a evolução da população dos países desenvolvidos. O pensamento de Malthus, contudo, compreende duas coordenadas essenciais, que garantem uma base permanente e, portanto, sempre atual à sua obra.

A primeira é a orientação antropológica dada pelo *Ensaio* e essa perspectiva, absolutamente nova em seu tempo, de recolocar a humanidade na classe das espécies vivas. Este é bem um dos paradoxos, senão uma das contradições de Malthus, ao mesmo tempo pastor e homem de ciência. Se, por um lado, o aspecto do homem, criatura privilegiada de Deus, é e continua a ser predominante para ele, por outro lado, ele faz com que a humanidade desça de seu trono e a obriga a reintegrar o quadro das criaturas da Natureza. Malthus baseou todo o seu raciocínio sobre a noção de luta pela existência, da concorrência vital, que iria encontrar pleno desenvolvimento no século com o triunfo da evolução. Com efeito, é Darwin quem realizará nesse campo uma revolução não menos universal que a de Copérnico. Se este último relegou nosso globo do papel de eixo e de centro do mundo para aquele, mais modesto, de satélite do sol, Darwin, por seu lado, recolocou o homem na escala dos seres vivos e no-lo aponta como o mais elaborado dos animais. A esse respeito, o homem não escapa às leis biológicas primordiais. Uma das mais importantes, e sobre a qual Darwin se apóia sem restrição, é a da escassez relativa dos meios de subsistência em relação ao poder prolífico da vida, de que Darwin tirará a dupla

consequência da competição pela existência e a da eliminação dos menos dotados.

Malthus havia penetrado mais além ainda nesse caminho e, como precursor, soube evocar uma dimensão essencial de nossa espécie: o campo para sempre limitado de sua possível expansão; o grande problema de limites que sempre recuam, embora sempre visíveis, da escassez fundamental. Dentro dessa perspectiva, a experiência do Ocidente talvez não passe de uma breve trégua na história geral da humanidade. Malthus sublinhou o modo pelo qual a oposição permanente entre a escassez e a capacidade multiplicadora de nosso povoamento torna necessário o equilíbrio entre esses dois fatores. Ele foi o primeiro a designar de forma peremptória o obstáculo erguido, a longuíssimo prazo, pelo nosso mundo acabado a uma dupla progressão econômica e demográfica. Essa barreira fixa o termo às capacidades de expansão indefinidas das forças econômicas e científicas, que comandam a progressão e a extensão do sistema industrial, e das forças biológicas, que regulam o desenvolvimento e o crescimento das espécies vivas.

SE MALTHUS VOLTASSE...

Se Malthus voltasse para nosso meio, encontraria intangíveis e eternas as próprias bases que garantem a solidez de sua construção teórica e que justificam em larga escala o interesse, senão a paixão, que numerosas gerações lhe dedicaram. Seu pensamento, contudo, não poderia deixar de tropeçar na formidável diferença que separa o mundo que ele conheceu do mundo atual, o extraordinário desenvolvimento do quadro cotidiano da existência humana no mesmo lapso de tempo.

Se a fome no terceiro mundo é bem real e parece voltar (não deixamos aqui de chamar a atenção a esse respeito), de acordo com os termos da alternativa própria de Malthus e de seu tempo, ela, contudo, não representa mais do que um aspecto parcial da corrida extenuante que sintetiza em definitivo sua doutrina. Além do mais, a fome, e é isso o que a torna intollerável, nada mais é do que a demonstração de nossa carência e não, como acreditava Malthus, a afirmação de uma fatalidade

invencível. Ela é a expressão mais cruel do subdesenvolvimento, ele próprio fruto do imperialismo, da transferência de pobreza que o mundo ocidental fez sobre o terceiro mundo. Do mesmo modo, a avareza da Natureza, neste caso, deve ser menos condenada aqui do que a rapacidade dos homens, e só uma solução de ordem política pode pôr fim a esse escândalo.

Depois de ter afirmado e demonstrado a impossibilidade de uma dupla progressão demográfica e econômica, Malthus, atualmente, nada mais poderia fazer do que mostrar-se pesaroso e reconhecer a enormidade de seu erro diante dos resultados conseguidos em ambos esses planos no espaço de um século e meio. Ele poderia constatar, como o fizemos, a semelhança impressionante da tendência para um crescimento exponencial nesse duplo domínio.

Contudo, Malthus, muito judiciosamente, teria escolhido o momento de sua volta à cena, porque ela coincidiria com a colocação em causa, senão em acusação, de todo o movimento de expansão que parecia dever relegar à ordem das velhas coisas suas previsões sombrias. O progresso indefinido, a possibilidade, a certeza de uma expansão ilimitada de nossos bens materiais, ou de nosso número, não são mais crenças tão em voga como o eram há alguns anos. Do mesmo modo que outrora o homem havia-se organizado para manter a qualquer preço uma alta fertilidade, como resposta a uma mortalidade devastadora, assim ele deve organizar-se num futuro muito próximo para colocar um dique a uma fertilidade sem limites, diante de uma mortalidade que agora está sob seu controle e que foi reduzida a um valor mínimo. A atual combinação de uma taxa elevada de nascimento e de uma taxa moderada, e em declínio, de mortalidade só pode ser temporária. A única associação capaz de durar é a que existia anteriormente, a de taxas do mesmo nível, e esse objetivo pode muito bem ser almejado: a estabilização é a última etapa da revolução demográfica, a que já foi atingida pelas nações ocidentais.

No que se refere à economia, alguns anos foram bastantes para que percebêssemos bruscamente os limites que a ecologia fixa para nosso mundo, muito além de Malthus. São esses limites hoje descobertos, depois de um século e meio de negligência

(não-fortuita) que dão todo o relevo e expressão a esse pavor de 1970, a essa ansiedade a que nos referimos precedentemente. As sociedades desenvolvidas aproximam-se de um estado próximo da saturação no sentido de que, em algumas direções, o crescimento não poderá persistir mais por muito tempo sem se chocar contra obstáculos intransponíveis. Eis o que diz a esse respeito um relatório feito para a O.C.D.E., sob a direção do professor Brooks: "Constatam-se sinais de saturação em toda a população, a poluição do meio ambiente, o tamanho dos aglomerados urbanos, a circulação, a sobrecarga de informações que pesam sobre o indivíduo, mesmo no ensino superior e, aos olhos de certas pessoas, na produção de novos conhecimentos. Isso não quer dizer que o aumento se deterá de aqui a dez anos, nem mesmo que se possa prever hoje, em alguns casos, a duração-limite do processo de crescimento; isso significa apenas que uma diminuição das taxas de crescimento é previsível desde agora até o fim da duração da vida dos homens atualmente existentes. Numa sociedade que há trezentos anos se habituou a se ver crescer sob quase todos os seus aspectos, isso constitui algo absolutamente novo, a reclamar consideráveis esforços de adaptação."

O Malthus novo-estilo sem dúvida poderia assinar sem restrições esse parecer. O Malthus estilo-antigo, em última análise, nada mais havia afirmado do que isto: dentro do espaço fechado de nossa ecossfera, ao crescimento, num momento determinado, deve suceder o equilíbrio. Confrontadas com a evolução do mundo moderno, as teses do Malthus do *Ensaio* se revelam mais incompletas do que errôneas.

À luz do mundo que ele conhecia, Malthus havia definido com precisão o último obstáculo imposto à expansão do povoamento: o dos meios de subsistência, isto é, o da terra. Depois que Malthus "promulgou leis", a validade desse limite foi discutida e o aumento da população, de um lado, e o progresso da produção agrícola, de outro, foram intensificadas para refutá-lo. Contudo, não se pode negar que Malthus colocou aí um limite intransponível ao crescimento demográfico. Essa afirmação não é apenas teórica: o balanço atual prova que o formidável afluxo de alimentos de 150 anos para cá nem por isso

reduziu a porcentagem total dos subnutridos. O número total dos homens ameaçados pela fome, ou que a sofrem, é maior em 1970 do que no tempo de Malthus.

Hoje, a ecologia pôs de novo em evidência o pensamento de Malthus. Enquanto ele não considerava senão um fator — a terra — como elemento de limitação final, a ecologia, por sua vez, leva em consideração o conjunto das condições que garantem a existência e o equilíbrio do meio ambiente como limite real ao crescimento demográfico. Os meios de subsistência podem não ser a primeira barreira a essa progressão. Outras forças, que Malthus desconhecia, podem estar atualmente em jogo dentro do complexo sociotecnológico mundial atual, e podem deter toda expansão futura bem antes da intervenção de uma fome generalizada. À terra, único fator conhecido por Malthus, nossa civilização acrescentou, como preço de seu incrível desenvolvimento, o esgotamento dos recursos naturais, a poluição e as superdensidades. Além disso ainda, e numa perspectiva que Malthus jamais pôde apreender, é a industrialização que faz pesar sobre nosso meio uma ameaça mais considerável ainda que a da superpopulação. É o desenvolvimento industrial que, enquanto proporciona poder e riqueza aos países desenvolvidos, leva-os a esse estado de saturação descrito pelo professor Brooks, estado que é também, e sobretudo, um estado de congestão pletórica, que, provavelmente, não pode ser sustentado por um período de tempo muito longo. Esse fator é tão decisivo que é inútil falar em cifras de população sem acrescentar ao número em si um coeficiente de ponderação que leve em conta o impacto da produção industrial *per capita*, da “aura” de poder e de destruição que rodeia cada um de nós, através das máquinas de que nos servimos, da energia que gastamos, etc.

Com Forrester exprime-se esse desencantamento, cujas primícias Malthus, o homem dos prazos longos, havia anunciado.

Denunciados, esquecidos, deformados, a obra e o pensamento de Malthus sempre são encontrados não apenas no coração dos problemas demográficos mais atuais, senão também alimentam as discussões que se fazem a respeito do relacionamento entre o homem e a biosfera. Hoje sabemos que a escassez, afinal, continua a ser a condição fundamental à qual nossa

espécie terá de continuar a sujeitar sua existência e seu desenvolvimento. Malthus e sua obra continuam assim como um dos pólos essenciais da reflexão dos homens sobre seu próprio destino.

Ao mesmo tempo que essa tomada de consciência, essa nova sensibilidade reintegra Malthus, suas pesquisas e suas preocupações, no campo da problemática de nosso futuro imediato.

BIBLIOGRAFIA

I. OBRAS PUBLICADAS POR MALTHUS

- An essay on the principle of population* (Ensaio Sobre o Princípio de População), 1798, 2.^a ed. 1803, 3.^a ed. 1806, 4.^a ed. 1807, 5.^a ed. 1817, 6.^a ed. 1826.
- Principles of political economy* (Princípios de Economia Política), 1820, 2.^a ed. 1836.
- Definitions in political economy* (Definições de Economia Política), 1827.
- An investigation of the cause of the present high price of provisions* (Pesquisa a Respeito da Causa do Atual Preço Elevado dos Víveres), 1800.
- A letter to Samuel Whitbread, Esp., M.-P., on his proposed bill for the amendment of the poor laws* (Carta a Samuel Whitbread Sobre Sua Proposta de Emenda às Leis a Respeito dos Pobres), 1807.
- A letter to Lord Grenville, occasioned by some observations of his Lordship on the East India Company's Establishment for the education of their civil servants* (Carta a Lord Grenville por Ocasão de Algumas Observações de Sua Senhoria a Respeito do Colégio da Companhia das Índias Orientais Para a Educação dos Funcionários Dessa Companhia), 1813.
- Observations on the effects of the corn laws and of a rise or fall in the prices of corn on the agriculture and general wealth of the country* (Reflexões a Respeito dos Efeitos das Leis Sobre o Trigo e os Cereais, e de Uma Alta ou Baixa dos Preços na Agricultura e a Riqueza Geral do País), 1814.
- The grounds of an opinion on the policy of restricting the importation of foreign corn; intended as an appendix to "the observations on the corn laws"* (Base de Uma Opinião Sobre a Política de Restrição da Importação do Trigo Estrangeiro, Destinada a Ser Anexada nas "Observações Sobre as Leis do Trigo e dos Cereais"), 1815.
- An inquiry into the nature and progress of rent and the principles by which it is regulate* (Pesquisa a Respeito da Natureza e do Desenvolvimento da Renda, Assim Como Sobre os Princípios Que Comandam Sua Evolução), 1815.

Statements respecting the East India College, with an appeal to facts in refutation of the charges lately brought against it in the Court of proprietors (Declarações Concernentes ao East India College Com Uma Memória dos Fatos em Refutação às Acusações Recentemente Produzidas Contra Ele Diante da Assembléa dos Proprietários), 1817.

The measure of value stated illustrated, with an application of it to the alteration in the value of the english currency since 1790 (A Medida do Valor, Exposta e Ilustrada por Aplicação à Mudança do Valor da Moeda Inglesa a Partir de 1790), 1823.

A summary view of the principle of population — (Considerações Sumárias Sobre o Princípio da População) (reedição do artigo "Population" escrito em 1824 por Malthus para a *Enciclopédia Britânica*), 1830.

REVISTAS:

Edinburg Review, "An inquiry concerning the power of increase in the and magnitude of the population of Ireland", julho de 1808 (Review of Thomas Newenham's Book).

Edinburg Review, "Review of six pamphlets on various currency questions by Robert Musket, Mm. Blake, Wm. Huskisson, M.P., Charles Bosanquet and David Ricardo", fevereiro de 1811.

Edinburg Review, "An inquiry concerning the power of increase in the number of Mankind, being an answer to Mr. Malthus's essay on the subject" (Review of William Godwin's book), julho de 1821.

Quarterly Review, Review of Thomas Tooke's Book, "Thoughts and details on the high and low prices of the last thirty years", abril de 1823.

Quarterly Review, Review of Mc Culloch's essay on political economy in the supplement to the 4th, 5th and 6th edition of the *Encyclopaedia Britannica*, janeiro de 1824.

Papers contributed to the transcription of the Royal Society of Literature:

- "On the measure of the conditions necessary to the supply of commodities", 6 de maio de 1825.
- "On the meaning which is most usually and most correctey attached to the term value of commodities", 7 de novembro de 1827.
- "Letters to Nassau Senior", 1829.
- "Letters to Ricardo", 1811-1823.

Duas edições recentes em países anglo-saxões:

- Uma reedição: *Occasional papers of T.-R. Malthus*... edited by Bernard Semmel. Bust Franklin publisher, Nova Iorque, 1963. Reedição dos artigos de e sobre Malthus na *Edinburg Review* e na *Quarterly Review* durante a vida de Malthus.
- Um inédito: *The travel diaries of T.-R. Malthus*, Cambridge, 1966, editado por Patricia Jones (excelente introdução aos "Diários de viagem de Malthus").

II. OBRAS DE MALTHUS TRADUZIDAS EM FRANCÊS.

Essai sur le principe de population..., traduction de M. Pierre Prévost (de Genebra), Paris, 1809; baseada na quarta edição inglesa de 1807.

Essai..., traduzido por Pierre e Guillaume Prévost (de Genebra), Genebra e Paris, 1823; baseada na 5.ª edição inglesa de 1817, a última revista por Malthus.

Essai..., de acordo com a edição anterior, Paris, 1836.

Essai..., nova edição feita com base na tradução de Prévost, mas enriquecida com uma introdução de P. Rossi, com uma nota de Charles Comte e de notas de Joseph Garnier, Paris, 1845.

Essai..., idem, Paris, 1852.

Essai..., extratos da segunda edição inglesa; prefácio, introdução e tradução do Dr. Pierre Theil, Seghers, 1963.

Principes d'économie politique..., tradução francesa, ed. Guillaumin, Paris, 1846.

Principes..., Calmann-Lévy, Paris, 1969.

BIOGRAFIA

- 1766 13 de fevereiro: Nascimento de Thomas-Robert Malthus (Thomas nunca havia sido usado e apenas Robert era o nome usual) na casa da família "The Rookery", perto de Dorking, Surrey. Sexto filho de Daniel e Henriette Malthus.
- 1766-1782 "Don Robert", como seu professor gostava de chamá-lo, era aluno de Richard Graves, reitor de Claverton, perto de Bath.
- 1782-1784 Robert torna-se aluno-residente de Gilbert Wakefield que, como Daniel Malthus, é discípulo de Rousseau e, depois de ter sido *clergyman* da escola da Inglaterra, tornou-se não-conformista".
- 1784 Aos 18 anos, Thomas-Robert volta para o Jesus College, em Cambridge.
- 1788 Recebe as ordens.
- 1793 Junho: aos 27 anos é *Fellow* do Jesus College, onde permanecerá por três anos, como encarregado de cursos.
- 1796 Torna-se cura de uma pequena capela em Okewood, perto de Albury, onde residia sua família desde 1787.
- Não sabemos exatamente em que data Th. Robert Malthus se tornou cura ecônomo dessa pequena igreja e ignoramos igualmente em que data ele deixará de servir nessa paróquia.

- 1799 Primeira viagem ao continente: Alemanha e países nórdicos.
- 1802 Segunda viagem ao continente: França e Suíça.
- 1803 É nomeado reitor de Walesby, perto de Market Rasen, Lincolnshire. Continuará nessa sinecura até a morte. De fato, ele nunca residirá em sua paróquia.
- 1804 A 12 de abril, casa-se com uma prima afastada pertencente à pequena nobreza de Bath: miss Harriet Eckessall, que lhe sobreviverá trinta anos e lhe dará três filhos.
- 1805 Os Malthus deixam Bath para se instalarem em Hailybury, sede do Colégio da Companhia das Índias Ocidentais, onde Th. Robert é nomeado professor de história moderna e de economia política. Trata-se do primeiro professorado de economia política na Inglaterra. Malthus permanece nesse posto até a morte.
- A partir dessa data a biografia de Malthus não contém outros acontecimentos além do aparecimento de seus livros ou artigos, de sucessivas revisões do *Ensaio*, a publicação de seus *Princípios de Economia Política* em 1820, a morte de sua filha Lucy, em 1825, nova viagem ao continente (Bélgica, Holanda e Alemanha no mesmo ano), as férias na Escócia em 1826.
- A reputação de Malthus é crescente e ultrapassa de muito o círculo de seus amigos. Mantém correspondência com todos os economistas eminentes de seu tempo, notadamente com Ricardo, ao qual se liga por uma grande amizade.
- É nomeado Fellow da Royal Society, membro do Instituto de França e da Academia Real de Berlim. É um dos fundadores da Royal Statistical Society e do Political Economy Club.
- 1834 Malthus e sua família passam o Natal de 1834 na nova casa de seus sogros, 17 Portland Place, em Bath. Chega aí com perfeita saúde.

Malthus é vítima de um ataque repentino e morre a 29 de dezembro.

É enterrado na abadia de Bath e sua pedra tumular é coberta com um epitáfio que é atribuído ao bispo Otter: "...uma vida serena e feliz... apoiada por uma calma mas firme convicção na utilidade de seus trabalhos."